

# Índice

## Dados da Empresa

Composição do Capital	1
Proventos em Dinheiro	2

## DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	3
Balanço Patrimonial Passivo	4
Demonstração do Resultado	5
Demonstração do Resultado Abrangente	6
Demonstração do Fluxo de Caixa	7

### Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2018 à 31/03/2018	8
DMPL - 01/01/2017 à 31/03/2017	9
Demonstração do Valor Adicionado	10

## DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	11
Balanço Patrimonial Passivo	12
Demonstração do Resultado	14
Demonstração do Resultado Abrangente	15
Demonstração do Fluxo de Caixa	16

### Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2018 à 31/03/2018	18
DMPL - 01/01/2017 à 31/03/2017	19
Demonstração do Valor Adicionado	20

Comentário do Desempenho	21
Notas Explicativas	29

## Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	139
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	140
Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	141

**Dados da Empresa / Composição do Capital**

<b>Número de Ações (Unidades)</b>	<b>Trimestre Atual 31/03/2018</b>
<b>Do Capital Integralizado</b>	
Ordinárias	556.405.096
Preferenciais	0
<b>Total</b>	<b>556.405.096</b>
<b>Em Tesouraria</b>	
Ordinárias	13.174.689
Preferenciais	0
<b>Total</b>	<b>13.174.689</b>

**Dados da Empresa / Proventos em Dinheiro**

<b>Evento</b>	<b>Aprovação</b>	<b>Provento</b>	<b>Início Pagamento</b>	<b>Espécie de Ação</b>	<b>Classe de Ação</b>	<b>Provento por Ação (Reais / Ação)</b>
Reunião do Conselho de Administração	21/02/2018	Dividendo	12/03/2018	Ordinária		0,90000

**DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 31/03/2018</b>	<b>Exercício Anterior 31/12/2017</b>
1	Ativo Total	11.049.448	10.589.548
1.01	Ativo Circulante	1.032.492	179.832
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	681.401	93.174
1.01.02	Aplicações Financeiras	301.172	21.657
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	301.172	21.657
1.01.02.01.03	Títulos mensurados ao valor justo por meio do resultado	301.172	21.657
1.01.03	Contas a Receber	13.077	30.334
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	13.077	30.334
1.01.03.02.01	Demais Contas a Receber	2.217	2.404
1.01.03.02.02	Dividendos a Receber	10.860	27.930
1.01.06	Tributos a Recuperar	35.273	33.070
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	35.273	33.070
1.01.07	Despesas Antecipadas	1.569	1.597
1.02	Ativo Não Circulante	10.016.956	10.409.716
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	853.054	840.553
1.02.01.06	Tributos Diferidos	29.481	29.158
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	29.481	29.158
1.02.01.07	Despesas Antecipadas	38	0
1.02.01.08	Créditos com Partes Relacionadas	774.850	762.562
1.02.01.08.02	Créditos com Controladas	774.850	762.562
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	48.685	48.833
1.02.01.09.03	Impostos a Recuperar	48.685	48.685
1.02.01.09.04	Depósitos Judiciais	0	148
1.02.02	Investimentos	8.917.739	9.323.000
1.02.02.01	Participações Societárias	8.917.739	9.323.000
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	8.861.788	9.268.261
1.02.02.01.03	Participações em Controladas em Conjunto	55.951	54.739
1.02.04	Intangível	246.163	246.163

**DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 31/03/2018</b>	<b>Exercício Anterior 31/12/2017</b>
2	Passivo Total	11.049.448	10.589.548
2.01	Passivo Circulante	19.802	1.162.071
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	244	244
2.01.02	Fornecedores	111	461
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	111	461
2.01.03	Obrigações Fiscais	469	343
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	5.879	817.654
2.01.04.02	Debêntures	5.879	817.654
2.01.05	Outras Obrigações	13.099	343.369
2.01.05.02	Outros	13.099	343.369
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	13.099	335.930
2.01.05.02.04	Demais Contas a Pagar	0	7.439
2.02	Passivo Não Circulante	1.898.869	176.444
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	1.722.258	0
2.02.01.02	Debêntures	1.722.258	0
2.02.02	Outras Obrigações	5.757	4.003
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	5.757	4.003
2.02.02.01.02	Débitos com Controladas	5.757	4.003
2.02.04	Provisões	170.854	172.441
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	989	982
2.02.04.02	Outras Provisões	169.865	171.459
2.02.04.02.05	Bônus de Subscrição - Indenização	169.865	171.459
2.03	Patrimônio Líquido	9.130.777	9.251.033
2.03.01	Capital Social Realizado	5.171.752	5.171.752
2.03.02	Reservas de Capital	550.927	550.314
2.03.02.07	Instrumento patrimonial outorgado	1.149	536
2.03.02.08	Reserva de capital	549.778	549.778
2.03.03	Reservas de Reavaliação	4.868	4.930
2.03.04	Reservas de Lucros	3.147.591	3.311.333
2.03.04.01	Reserva Legal	629.144	629.144
2.03.04.02	Reserva Estatutária	3.000.707	3.000.707
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	0	163.742
2.03.04.09	Ações em Tesouraria	-482.260	-482.260
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	73.916	0
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	148.058	159.643
2.03.07	Ajustes Acumulados de Conversão	33.665	53.061

**DFs Individuais / Demonstração do Resultado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2018 à 31/03/2018</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2017 à 31/03/2017</b>
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	74.522	356.682
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	32	1
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	74.490	356.681
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	74.522	356.682
3.06	Resultado Financeiro	-900	-6.211
3.06.01	Receitas Financeiras	19.613	30.754
3.06.02	Despesas Financeiras	-20.513	-36.965
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	73.622	350.471
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	233	2.091
3.08.01	Corrente	-89	-1.121
3.08.02	Diferido	322	3.212
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	73.855	352.562
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	73.855	352.562
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	0,13630	0,65080
3.99.02	Lucro Diluído por Ação		
3.99.02.01	ON	0,13530	0,64610

**DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2018 à 31/03/2018</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2017 à 31/03/2017</b>
4.01	Lucro Líquido do Período	73.855	352.562
4.02	Outros Resultados Abrangentes	-30.981	50.254
4.02.01	Ajustes de avaliação de instrum financ de controladas, líquido	-11.972	48.362
4.02.02	Ajustes de avaliação de instrum financ de empreend controlados em conjunto, líquido	686	594
4.02.03	Ajustes acumulados de conversão de controladas, líquidos	-19.396	1.322
4.02.04	Perdas atuariais de benefícios pós-emprego de controladas, líquido	-299	-24
4.03	Resultado Abrangente do Período	42.874	402.816

**DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2018 à 31/03/2018</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2017 à 31/03/2017</b>
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	473.064	476.451
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	13.857	27.993
6.01.01.01	Lucro líquido do período	73.855	352.562
6.01.01.02	Equivalência patrimonial	-74.490	-356.681
6.01.01.03	Juros, variações monetárias e cambiais	14.814	35.324
6.01.01.04	Imposto de renda e contribuição social diferidos	-322	-3.212
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	459.090	466.111
6.01.02.01	Impostos a recuperar (AC)	-2.203	14.001
6.01.02.02	Dividendos recebidos de controladas e empreend controlados em conjunto (AC)	468.743	451.445
6.01.02.03	Demais contas a receber (AC)	187	1.570
6.01.02.04	Despesas antecipadas (AC)	28	-603
6.01.02.05	Fornecedores (PC)	-352	-121
6.01.02.06	Salários e encargos sociais (PC)	0	1
6.01.02.07	Obrigações tributárias (PC)	126	-182
6.01.02.08	Demais contas a pagar (PC)	-7.439	0
6.01.03	Outros	117	-17.653
6.01.03.01	Impostos a recuperar (ANC)	0	-17.064
6.01.03.02	Depósitos judiciais (ANC)	148	0
6.01.03.03	Despesas antecipadas (ANC)	-38	0
6.01.03.04	Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas (PNC)	7	-589
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-279.515	-50.664
6.02.01	Aplicações financeiras, liquidas de resgates	-279.515	-50.664
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	394.678	-502.244
6.03.01	Financiamentos e debêntures - Captação	1.721.596	0
6.03.02	Financiamentos e debêntures - Amortização	-800.000	0
6.03.03	Financiamentos e debêntures - Juros pagos	-29.811	-55.576
6.03.04	Dividendos pagos	-486.573	-470.728
6.03.05	Venda de ações em tesouraria	0	6.799
6.03.06	Sociedades relacionadas	-10.534	17.261
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	588.227	-76.457
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	93.174	127.944
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	681.401	51.487

**DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2018 à 31/03/2018****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Capital Social Integralizado</b>	<b>Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria</b>	<b>Reservas de Lucro</b>	<b>Lucros ou Prejuízos Acumulados</b>	<b>Outros Resultados Abrangentes</b>	<b>Patrimônio Líquido</b>
5.01	Saldos Iniciais	5.171.752	236.726	3.760.079	0	212.704	9.381.261
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	-130.228	0	0	-130.228
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	5.171.752	236.726	3.629.851	0	212.704	9.251.033
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	-163.129	0	0	0	-163.129
5.04.08	Instrumento patrimonial outorgado	0	613	0	0	0	613
5.04.09	Aprovação em Assembleia Geral Ordinária dos dividendos adicionais	0	-163.742	0	0	0	-163.742
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	73.855	-30.981	42.874
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	73.855	0	73.855
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-30.981	-30.981
5.05.02.01	Ajustes de Instrumentos Financeiros	0	0	0	0	-11.286	-11.286
5.05.02.04	Ajustes de Conversão do Período	0	0	0	0	-19.396	-19.396
5.05.02.06	Perdas Atuariais em Benefício Pós-Emprego, líquidas	0	0	0	0	-299	-299
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	-62	0	61	0	-1
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	-62	0	62	0	0
5.06.03	Tributos sobre a Realização da Reserva de Reavaliação	0	0	0	-1	0	-1
5.07	Saldos Finais	5.171.752	73.535	3.629.851	73.916	181.723	9.130.777

**DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2017 à 31/03/2017****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Capital Social Integralizado</b>	<b>Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria</b>	<b>Reservas de Lucro</b>	<b>Lucros ou Prejuízos Acumulados</b>	<b>Outros Resultados Abrangentes</b>	<b>Patrimônio Líquido</b>
5.01	Saldos Iniciais	3.838.686	239.013	4.466.392	0	-16.468	8.527.623
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	-82.427	0	-82.427
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	3.838.686	239.013	4.466.392	-82.427	-16.468	8.445.196
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	-158.716	0	0	0	-158.716
5.04.05	Ações em Tesouraria Vendidas	0	6.799	0	0	0	6.799
5.04.09	Aprovação em Assembleia Geral Ordinária dos dividendos adicionais	0	-165.515	0	0	0	-165.515
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	352.562	50.254	402.816
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	352.562	0	352.562
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	50.254	50.254
5.05.02.01	Ajustes de Instrumentos Financeiros	0	0	0	0	48.956	48.956
5.05.02.04	Ajustes de Conversão do Período	0	0	0	0	1.322	1.322
5.05.02.06	Perdas Atuariais em Benefício Pós-Emprego, líquidas	0	0	0	0	-24	-24
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	-62	0	52	0	-10
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	-62	0	62	0	0
5.06.03	Tributos sobre a Realização da Reserva de Reavaliação	0	0	0	-10	0	-10
5.07	Saldos Finais	3.838.686	80.235	4.466.392	270.187	33.786	8.689.286

**DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2018 à 31/03/2018</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2017 à 31/03/2017</b>
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	1.955	1.679
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	1.955	1.679
7.03	Valor Adicionado Bruto	1.955	1.679
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	1.955	1.679
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	94.103	387.435
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	74.490	356.681
7.06.02	Receitas Financeiras	19.613	30.754
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	96.058	389.114
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	96.058	389.114
7.08.01	Pessoal	1.604	1.409
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	569	-2.001
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	20.030	37.144
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	73.855	352.562
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	73.855	352.562

**DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 31/03/2018</b>	<b>Exercício Anterior 31/12/2017</b>
1	Ativo Total	28.548.706	28.205.511
1.01	Ativo Circulante	15.437.415	15.489.978
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	4.667.629	5.002.004
1.01.02	Aplicações Financeiras	1.482.010	1.283.498
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	1.482.010	1.283.498
1.01.02.01.03	Títulos mensurados ao valor justo por meio do resultado	1.259.188	1.151.647
1.01.02.01.04	Títulos mensurados ao valor justo por outros resultados abrangentes	222.822	131.851
1.01.03	Contas a Receber	4.447.221	4.203.056
1.01.03.01	Clientes	4.351.254	4.147.894
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	95.967	55.162
1.01.03.02.01	Demais Contas a Receber	84.727	44.025
1.01.03.02.02	Dividendos a Receber	11.240	11.137
1.01.04	Estoques	3.338.115	3.513.577
1.01.06	Tributos a Recuperar	899.053	881.584
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	899.053	881.584
1.01.07	Despesas Antecipadas	146.576	150.046
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	456.811	456.213
1.01.08.03	Outros	456.811	456.213
1.01.08.03.01	Ativos de contratos com clientes - direitos de exclusividade, líquidos	456.811	456.213
1.02	Ativo Não Circulante	13.111.291	12.715.533
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	3.923.160	3.768.173
1.02.01.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	15.302	10.955
1.02.01.01.03	Títulos mensurados ao valor justo por meio do resultado	15.302	10.955
1.02.01.02	Aplicações Financeiras Avaliadas ao Custo Amortizado	74.321	73.471
1.02.01.03	Contas a Receber	349.925	337.909
1.02.01.03.01	Clientes	347.575	329.991
1.02.01.03.02	Outras Contas a Receber	2.350	7.918
1.02.01.06	Tributos Diferidos	710.850	614.061
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	710.850	614.061
1.02.01.07	Despesas Antecipadas	376.995	346.886
1.02.01.08	Créditos com Partes Relacionadas	490	490
1.02.01.08.04	Créditos com Outras Partes Relacionadas	490	490
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	2.395.277	2.384.401
1.02.01.09.03	Impostos a Recuperar	325.493	313.242
1.02.01.09.04	Depósitos Judiciais	830.317	822.660
1.02.01.09.05	Ativo de indenização - combinação de negócios	202.352	202.352
1.02.01.09.06	Ativos de contratos com clientes - direitos de exclusividade, líquidos	1.037.115	1.046.147
1.02.02	Investimentos	155.554	150.194
1.02.02.01	Participações Societárias	155.554	150.194
1.02.02.01.01	Participações em Coligadas	25.534	25.341
1.02.02.01.04	Outras Participações Societárias	130.020	124.853
1.02.03	Imobilizado	6.813.700	6.634.528
1.02.04	Intangível	2.218.877	2.162.638

**DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 31/03/2018</b>	<b>Exercício Anterior 31/12/2017</b>
2	Passivo Total	28.548.706	28.205.511
2.01	Passivo Circulante	5.635.175	7.009.688
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	304.477	388.118
2.01.02	Fornecedores	1.859.790	2.155.498
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	1.686.211	1.973.668
2.01.02.02	Fornecedores Estrangeiros	173.579	181.830
2.01.03	Obrigações Fiscais	280.201	308.365
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	2.890.358	3.503.675
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	1.942.656	1.819.766
2.01.04.02	Debêntures	944.959	1.681.199
2.01.04.03	Financiamento por Arrendamento Financeiro	2.743	2.710
2.01.05	Outras Obrigações	208.414	554.624
2.01.05.02	Outros	208.414	554.624
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	14.472	338.845
2.01.05.02.04	Demais Contas a Pagar	126.770	125.150
2.01.05.02.05	Receita Diferida	18.779	18.413
2.01.05.02.06	Contas a pagar - indenização à clientes e terceiros	48.393	72.216
2.01.06	Provisões	91.935	99.408
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	57.437	64.550
2.01.06.02	Outras Provisões	34.498	34.858
2.01.06.02.03	Provisões para Passivos Ambientais e de Desativação	4.439	4.799
2.01.06.02.04	Benefícios Pós-Emprego	30.059	30.059
2.02	Passivo Não Circulante	13.448.072	11.605.502
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	11.889.953	10.086.919
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	6.186.624	6.113.545
2.02.01.02	Debêntures	5.658.179	3.927.569
2.02.01.03	Financiamento por Arrendamento Financeiro	45.150	45.805
2.02.02	Outras Obrigações	213.812	179.915
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	4.176	4.185
2.02.02.02	Outros	209.636	175.730
2.02.02.02.03	Demais Contas a Pagar	196.266	162.834
2.02.02.02.04	Receita Diferida	13.370	12.896
2.02.03	Tributos Diferidos	37.826	38.524
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	37.826	38.524
2.02.04	Provisões	1.306.481	1.300.144
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	865.967	861.246
2.02.04.02	Outras Provisões	440.514	438.898
2.02.04.02.03	Provisões para Passivos Ambientais e de Desativação	56.944	59.975
2.02.04.02.04	Benefícios Pós-Emprego	213.705	207.464
2.02.04.02.05	Bônus de Subscrição - Indenização	169.865	171.459
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	9.465.459	9.590.321
2.03.01	Capital Social Realizado	5.171.752	5.171.752
2.03.02	Reservas de Capital	550.927	550.314
2.03.02.07	Instrumento patrimonial outorgado	1.149	536
2.03.02.08	Reserva de capital	549.778	549.778
2.03.03	Reservas de Reavaliação	4.868	4.930

**DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 31/03/2018</b>	<b>Exercício Anterior 31/12/2017</b>
2.03.04	Reservas de Lucros	3.147.591	3.311.333
2.03.04.01	Reserva Legal	629.144	629.144
2.03.04.02	Reserva Estatutária	3.000.707	3.000.707
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	0	163.742
2.03.04.09	Ações em Tesouraria	-482.260	-482.260
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	73.916	0
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	148.058	159.643
2.03.07	Ajustes Acumulados de Conversão	33.665	53.061
2.03.09	Participação dos Acionistas Não Controladores	334.682	339.288

**DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2018 à 31/03/2018</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2017 à 31/03/2017</b>
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	20.751.122	18.544.570
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-19.229.825	-16.987.475
3.03	Resultado Bruto	1.521.297	1.557.095
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-1.311.949	-903.318
3.04.01	Despesas com Vendas	-671.447	-597.150
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-372.568	-362.578
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-264.953	49.982
3.04.05.01	Resultado na venda de bens	-2.230	-6.353
3.04.05.02	Outros resultados operacionais, líquidos	-262.723	56.335
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	-2.981	6.428
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	209.348	653.777
3.06	Resultado Financeiro	-106.965	-121.175
3.06.01	Receitas Financeiras	112.444	164.361
3.06.02	Despesas Financeiras	-219.409	-285.536
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	102.383	532.602
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-29.532	-177.896
3.08.01	Corrente	-122.063	-190.190
3.08.02	Diferido	92.531	12.294
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	72.851	354.706
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	72.851	354.706
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	73.855	352.562
3.11.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	-1.004	2.144
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	0,13630	0,65080
3.99.02	Lucro Diluído por Ação		
3.99.02.01	ON	0,13530	0,64610

**DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2018 à 31/03/2018</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2017 à 31/03/2017</b>
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	72.851	354.706
4.02	Outros Resultados Abrangentes	-30.981	50.254
4.02.01	Ajustes de avaliação de instrum financ de controladas, líquido	-11.972	48.362
4.02.02	Ajustes de avaliação de instrum financ de empreend controlados em conjunto, líquido	686	594
4.02.03	Ajustes acumulados de conversão de controladas, líquidos	-19.396	1.322
4.02.04	Perdas atuariais de benefícios pós-emprego de controladas, líquido	-299	-24
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	41.870	404.960
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	42.874	402.816
4.03.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	-1.004	2.144

**DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2018 à 31/03/2018</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2017 à 31/03/2017</b>
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-113.088	254.408
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	543.628	828.502
6.01.01.01	Lucro líquido do período	72.851	354.706
6.01.01.02	Equivalência patrimonial	2.981	-6.428
6.01.01.03	Amortiz. de ativos de contratos com clientes - direitos de exclusiv	104.513	128.218
6.01.01.04	Depreciações e amortizações	194.243	165.044
6.01.01.05	Créditos de PIS e COFINS sobre depreciação	4.338	3.233
6.01.01.06	Juros, variações monetárias e cambiais	223.191	169.046
6.01.01.07	Imposto de renda e contribuição social diferidos	-92.531	-12.294
6.01.01.08	Resultado na venda de bens	2.230	6.353
6.01.01.09	Perdas estimadas de crédito de liquidação duvidosa	27.507	15.109
6.01.01.10	Provisão para perda em estoques	-117	2.533
6.01.01.11	Provisão para benefício pós-emprego	5.680	2.703
6.01.01.12	Demais provisões e ajustes	-1.258	279
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-503.744	48.190
6.01.02.01	Contas a receber e financiamentos a clientes (AC)	-230.867	-12.600
6.01.02.02	Estoques (AC)	175.579	153.874
6.01.02.03	Impostos a recuperar (AC)	-13.640	-20.633
6.01.02.04	Seguro e demais contas a receber (AC)	-25.177	305.073
6.01.02.05	Despesas antecipadas (AC)	3.470	-29.167
6.01.02.06	Ativos de contratos com clientes - direitos de exclusiv (AC)	-598	-4.527
6.01.02.07	Fornecedores (PC)	-295.708	-514.315
6.01.02.08	Salários e encargos sociais (PC)	-83.641	-75.826
6.01.02.09	Obrigações tributárias (PC)	168	15.606
6.01.02.10	Imposto de renda e contribuição social (PC)	6.016	169.422
6.01.02.11	Benefícios pós-emprego (PC)	0	-1.295
6.01.02.12	Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas (PC)	-7.113	-1.153
6.01.02.13	Seguro e demais contas a pagar (PC)	-32.599	63.855
6.01.02.14	Receita diferida (PC)	366	-124
6.01.03	Outros	-152.972	-622.284
6.01.03.01	Contas a receber e financiamentos a clientes (ANC)	-17.584	-15.715
6.01.03.02	Impostos a recuperar (ANC)	-12.251	-30.571
6.01.03.03	Depósitos judiciais (ANC)	-7.657	-10.084
6.01.03.04	Demais contas a receber (ANC)	5.568	1.629
6.01.03.05	Despesas antecipadas (ANC)	-30.109	-47.544
6.01.03.06	Ativos de contratos com clientes - direitos de exclusiv (ANC)	385	5.853
6.01.03.07	Benefícios pós-emprego (PNC)	263	652
6.01.03.08	Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas (PNC)	4.721	-89.432
6.01.03.09	Demais contas a pagar (PNC)	33.432	-6.289
6.01.03.10	Receita diferida (PNC)	474	272
6.01.03.11	Pagtos de ativos de contratos com clientes - direitos de exclusiv	-95.866	-146.038
6.01.03.12	Imposto de renda e contribuição social pagos	-34.348	-285.017
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-658.257	-23.087
6.02.01	Aplicações financeiras, liquidadas de resgates	-203.458	246.196

**DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2018 à 31/03/2018</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2017 à 31/03/2017</b>
6.02.02	Caixa e equivalentes de caixa de controlada adquirida	3.662	0
6.02.03	Aquisição de imobilizado	-284.453	-241.845
6.02.04	Aquisição de intangível	-70.909	-32.902
6.02.05	Aquisição de empresas	-100.000	0
6.02.06	Aporte de capital em empreendimentos controlados em conjunto	-8.000	0
6.02.07	Receita com a venda de bens	4.901	5.464
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	433.390	-948.159
6.03.01	Financiamentos e debêntures - Captação	2.081.068	283.262
6.03.02	Financiamentos e debêntures - Amortização	-1.074.003	-606.091
6.03.03	Financiamentos e debêntures - Juros pagos	-84.273	-153.281
6.03.04	Contraprestação de arrendamento mercantil financeiro	-1.278	-1.297
6.03.05	Dividendos pagos	-488.115	-470.752
6.03.06	Sociedades relacionadas	-9	0
6.04	Varição Cambial s/ Caixa e Equivalentes	3.580	15.356
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-334.375	-701.482
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	5.002.004	4.274.158
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	4.667.629	3.572.676

**DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2018 à 31/03/2018****(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	5.171.752	236.726	3.760.079	0	212.704	9.381.261	339.571	9.720.832
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	-130.228	0	0	-130.228	-283	-130.511
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	5.171.752	236.726	3.629.851	0	212.704	9.251.033	339.288	9.590.321
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	-163.129	0	0	0	-163.129	-3.602	-166.731
5.04.08	Instrumento patrimonial outorgado	0	613	0	0	0	613	0	613
5.04.09	Dividendos adicionais atribuíveis a acionistas não controladores	0	0	0	0	0	0	-3.602	-3.602
5.04.10	Aprovação em Assembleia Geral Ordinária dos dividendos adicionais	0	-163.742	0	0	0	-163.742	0	-163.742
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	73.855	-30.981	42.874	-1.004	41.870
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	73.855	0	73.855	-1.004	72.851
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-30.981	-30.981	0	-30.981
5.05.02.01	Ajustes de Instrumentos Financeiros	0	0	0	0	-11.286	-11.286	0	-11.286
5.05.02.04	Ajustes de Conversão do Período	0	0	0	0	-19.396	-19.396	0	-19.396
5.05.02.06	Perdas Atuariais em Benefício Pós-Emprego, líquidas	0	0	0	0	-299	-299	0	-299
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	-62	0	61	0	-1	0	-1
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	-62	0	62	0	0	0	0
5.06.03	Tributos sobre a Realização da Reserva de Reavaliação	0	0	0	-1	0	-1	0	-1
5.07	Saldos Finais	5.171.752	73.535	3.629.851	73.916	181.723	9.130.777	334.682	9.465.459

**DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2017 à 31/03/2017****(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	3.838.686	239.013	4.466.392	0	-16.468	8.527.623	30.935	8.558.558
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	-82.427	0	-82.427	-81	-82.508
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	3.838.686	239.013	4.466.392	-82.427	-16.468	8.445.196	30.854	8.476.050
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	-158.716	0	0	0	-158.716	-94	-158.810
5.04.05	Ações em Tesouraria Vendidas	0	6.799	0	0	0	6.799	0	6.799
5.04.08	Dividendos adicionais atribuíveis a acionistas não controladores	0	0	0	0	0	0	-94	-94
5.04.09	Aprovação em Assembleia Geral Ordinária dos dividendos adicionais	0	-165.515	0	0	0	-165.515	0	-165.515
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	352.562	50.254	402.816	2.144	404.960
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	352.562	0	352.562	2.144	354.706
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	50.254	50.254	0	50.254
5.05.02.01	Ajustes de Instrumentos Financeiros	0	0	0	0	48.956	48.956	0	48.956
5.05.02.04	Ajustes de Conversão do Período	0	0	0	0	1.322	1.322	0	1.322
5.05.02.06	Perdas Atuariais em Benefício Pós-Emprego, líquidas	0	0	0	0	-24	-24	0	-24
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	-62	0	52	0	-10	0	-10
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	-62	0	62	0	0	0	0
5.06.03	Tributos sobre a Realização da Reserva de Reavaliação	0	0	0	-10	0	-10	0	-10
5.07	Saldos Finais	3.838.686	80.235	4.466.392	270.187	33.786	8.689.286	32.904	8.722.190

**DFs Consolidadas / Demonstração do Valor Adicionado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2018 à 31/03/2018</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2017 à 31/03/2017</b>
7.01	Receitas	20.969.366	19.001.367
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	21.264.115	18.991.930
7.01.02	Outras Receitas	-264.953	49.982
7.01.02.01	Resultado na venda de bens e outros resultados operacionais, líquidos	-264.953	49.982
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-29.796	-40.545
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-19.485.390	-17.482.259
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-17.664.330	-15.704.100
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-282.012	-567.976
7.02.03	Perda/Recuperação de Valores Ativos	-5.806	-4.145
7.02.04	Outros	-1.533.242	-1.206.038
7.02.04.01	Materias-primas consumidas	-1.533.242	-1.206.038
7.03	Valor Adicionado Bruto	1.483.976	1.519.108
7.04	Retenções	-198.581	-168.277
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-194.243	-165.044
7.04.02	Outras	-4.338	-3.233
7.04.02.01	Créditos de PIS e COFINS sobre depreciação	-4.338	-3.233
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	1.285.395	1.350.831
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	146.542	207.141
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	-2.981	6.428
7.06.02	Receitas Financeiras	112.444	164.361
7.06.03	Outros	37.079	36.352
7.06.03.01	Aluguéis e Royalties	37.079	36.352
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	1.431.937	1.557.972
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	1.431.937	1.557.972
7.08.01	Pessoal	526.352	458.180
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	560.963	382.876
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	271.771	362.210
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	72.851	354.706
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	72.851	354.706

**Comentário do Desempenho****MD&A – ANÁLISE DOS RESULTADOS CONSOLIDADOS****Primeiro trimestre de 2018**

(R\$ milhões)	<b>1T18</b>	<b>1T17</b>	<b>4T17</b>	<b>Δ</b> <b>1T18 X 1T17</b>	<b>Δ</b> <b>1T18 X 4T17</b>
Receita líquida de vendas e serviços	20.751,1	18.544,6	21.347,6	12%	-3%
Custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados	(19.229,8)	(16.987,5)	(19.543,5)	13%	-2%
Lucro bruto	1.521,3	1.557,1	1.804,1	-2%	-16%
Despesas gerais, administrativas, com vendas e comerciais	(1.044,0)	(959,7)	(1.045,3)	9%	0%
Outros resultados operacionais, líquidos	(262,7)	56,3	(19,3)	-566%	1262%
Resultado na venda de bens	(2,2)	(6,4)	(1,5)	-65%	50%
Lucro operacional	212,3	647,3	738,0	-67%	-71%
Despesa financeira, líquida	(107,0)	(121,2)	(119,4)	-12%	-10%
Equivalência patrimonial	(3,0)	6,4	4,6	-146%	-165%
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	102,4	532,6	623,1	-81%	-84%
Imposto de renda e contribuição social - correntes e diferidos	(46,0)	(185,4)	(255,3)	-75%	-82%
Imposto de renda e contribuição social - incentivos fiscais	16,5	7,5	21,6	119%	-24%
Lucro líquido	72,9	354,7	389,4	-79%	-81%
Lucro atribuível a acionistas da Ultrapar	73,9	352,6	393,7	-79%	-81%
Lucro atribuível a acionistas não controladores de controladas	(1,0)	2,1	(4,3)	-147%	-77%
<b>EBITDA Ajustado</b>	<b>508,1</b>	<b>947,0</b>	<b>1.046,9</b>	<b>-46%</b>	<b>-51%</b>
GLP vendido (mil toneladas)	410,1	414,5	425,7	-1%	-4%
Combustível vendido (m³)	5.461,0	5.553,8	5.907,6	-2%	-8%
Químicos vendidos (mil toneladas)	180,0	195,8	201,3	-8%	-11%

## Considerações sobre as informações financeiras e operacionais

### Comentário do Desempenho

As informações financeiras apresentadas nesse documento foram preparadas de acordo com as normas IFRS (*International Financial Reporting Standards*). As informações financeiras referentes à Ultrapar correspondem às informações consolidadas da Companhia. As informações da Ipiranga, Oxiteno, Ultragaz, Ultracargo e Extrafarma são apresentadas sem eliminação de transações realizadas entre as sociedades. Portanto, a soma de tais informações pode não corresponder às informações consolidadas da Ultrapar. Adicionalmente, as informações financeiras e operacionais incluídas nesta discussão de resultados são sujeitas a arredondamentos e, como consequência, os valores totais apresentados nas tabelas e gráficos podem diferir da agregação numérica direta dos valores que os precedem. As comparações realizadas neste relatório levam em consideração o 1T18 e 1T17, exceto quando indicado de outra forma.

A partir de 2018, foram adotadas as normas IFRS 9 e 15 emitidas pelo IASB. Com a finalidade de proporcionar a comparabilidade das informações do primeiro trimestre 2018 com as informações do primeiro e do quarto trimestre de 2017 apresentadas neste documento, as informações de 2017 contemplam as alterações nas normas contábeis e, portanto, diferem dos valores reportados anteriormente nas respectivas divulgações de resultados. Informações adicionais estão disponíveis na nota explicativa nº 2.y das informações trimestrais de 31 de março de 2018 e nas planilhas financeiras, ambos disponíveis no site da Ultrapar ([ri.ultra.com.br](http://ri.ultra.com.br)).

As informações denominadas LAJIDA (EBITDA) – (LAJIDA – Lucro Antes dos Juros, Impostos sobre a Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, Depreciação e Amortização); EBITDA Ajustado – ajustado pela amortização de ativos de contratos com clientes – direitos de exclusividade; e LAJIR (EBIT) – (LAJIR – Lucro Antes dos Juros e Impostos sobre a Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido) estão apresentadas de acordo com a Instrução nº 527 emitida pela CVM em 04 de outubro de 2012. Segue abaixo o cálculo do EBITDA a partir do lucro líquido:

R\$ milhões	1T18	1T17 <sup>1</sup>	4T17 <sup>1</sup>
<b>Lucro líquido</b>	72,9	354,7	389,4
(+) IR e contribuição social	29,5	177,9	233,7
(+) Despesa (receita) financeira líquida	107,0	121,2	119,4
(+) Depreciação e amortização	194,2	165,0	187,5
<b>EBITDA</b>	<b>403,6</b>	<b>818,8</b>	<b>930,1</b>
<b>Ajuste</b>			
(+) Amortização de ativos de contratos com clientes – direitos de exclusividade (Ipiranga)	104,5	128,2	116,9
<b>EBITDA Ajustado</b>	<b>508,1</b>	<b>947,0</b>	<b>1.046,9</b>

<sup>1</sup> 1T17 e 4T17 valores proforma, contemplando a adoção do IFRS 9 e 15, conforme mencionado anteriormente com a finalidade de proporcionar a comparabilidade

## Comentário do Desempenho

### Ultrapar

	1T18	1T17	4T17	$\Delta$ (%) 1T18 v 1T17	$\Delta$ (%) 1T18 v 4T17
Receita líquida	20.751	18.545	21.348	12%	(3%)
Lucro líquido <sup>1</sup>	73	355	389	(79%)	(81%)
Lucro por ação atribuível aos acionistas <sup>2</sup>	0,14	0,65	0,72	(79%)	(81%)
EBITDA Ajustado	508	947	1.047	(46%)	(51%)
EBITDA Ajustado ex-não recorrentes <sup>3</sup>	794	898	1.047	(12%)	(24%)
Investimentos	604	485	798	24%	(24%)

Valores em R\$ milhões (exceto LPA)

<sup>1</sup> No padrão contábil IFRS, o lucro líquido consolidado inclui o lucro líquido atribuível à participação de acionistas não controladores das controladas

<sup>2</sup> Calculado em reais a partir da média ponderada do número de ações ao longo do período, líquido das ações em tesouraria

<sup>3</sup> EBITDA Ajustado e excluindo multa de R\$ 286 milhões decorrente da não aquisição da Liquigás. Na comparação anual, o EBITDA do 1T17 não considera a reversão de provisão no valor de R\$ 49 milhões na Oxiteno

**Receita líquida** – Total de R\$ 20.751 milhões (+12%) em função do crescimento da receita em todos os negócios. Em relação ao 4T17, a receita líquida apresentou queda de 3% em função da menor receita em todos os negócios, com exceção da Extrafarma.

**EBITDA Ajustado** – Total de R\$ 508 milhões (-46%) em função da redução no EBITDA da Ultragas, afetado pelo pagamento da multa de R\$ 286 milhões em vista a decisão do CADE pela não aprovação da aquisição da Liquigás, e da redução no EBITDA dos demais negócios, com exceção da Ultracargo. Vale ressaltar que o EBITDA da Oxiteno foi afetado pela reversão de provisão ocorrida no 1T17 no valor de R\$ 49 milhões. Em relação ao 4T17, o EBITDA Ajustado apresentou queda de 51%, com redução no EBITDA de todos os negócios exceto Ultracargo, sendo a comparação também afetada pelo pagamento da multa. Em bases comparáveis, a queda do EBITDA Ajustado ex-não recorrentes foi de 12% em relação ao mesmo trimestre do ano anterior.

**Depreciação e amortização<sup>4</sup>** – Total de R\$ 299 milhões (+2%) em função dos investimentos realizados ao longo dos últimos 12 meses, com destaque para a expansão da rede de postos Ipiranga e de drogarias Extrafarma, além da preparação para o início da operação da nova planta da Oxiteno em Pasadena. Na comparação com o 4T17, o total de custos e despesas com depreciação e amortização apresentou redução de 2%.

**Resultado financeiro** – O endividamento líquido da Ultrapar em 31 de março de 2018 foi de R\$ 8,5 bilhões (2,4x LTM EBITDA Ajustado) em comparação a R\$ 6,3 bilhões em 31 de março de 2017 (1,5x LTM EBITDA Ajustado), principalmente em função do menor EBITDA do trimestre, influenciado pela multa contratual de R\$ 286 milhões pela não aprovação da aquisição da Liquigás pelo CADE, e de maiores investimentos no período. A despesa financeira líquida da Ultrapar totalizou R\$ 107 milhões, R\$ 14 milhões menor quando comparado ao 1T17, devido à queda do CDI na comparação anual, apesar da maior dívida líquida, aos efeitos cambiais dos períodos e ao efeito da reversão da provisão constituída referente à exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS/Cofins no 1T17. Em relação ao 4T17, a despesa financeira líquida apresentou queda de R\$ 12 milhões devido à queda do CDI entre trimestres, apesar da maior dívida líquida, e aos efeitos cambiais dos períodos.

**Lucro líquido** – Total de R\$ 73 milhões (-79%) em função da redução no EBITDA e maior depreciação e amortização, apesar da redução nas despesas financeiras. Em relação ao 4T17, o lucro líquido apresentou redução de 81% devido aos mesmos fatores mencionados anteriormente.

**Fluxo de caixa das atividades operacionais** – Total de -R\$ 113 milhões no 1T18, comparado a R\$ 254 milhões no 1T17, em função do pagamento da multa contratual pela não aquisição da Liquigás neste trimestre e do recebimento de seguros no 1T17. Excluindo o efeito da multa líquida de impostos, o fluxo de caixa das atividades operacionais seria de R\$ 76 milhões no 1T18.

<sup>4</sup> Inclui amortização de ativos de contratos com clientes – direitos de exclusividade

## Comentário do Desempenho

### Ipiranga

	1T18	1T17	4T17	$\Delta$ (%) 1T18 v 1T17	$\Delta$ (%) 1T18 v 4T17
<b>Volume total (mil m<sup>3</sup>)<sup>1</sup></b>	<b>5.461</b>	<b>5.554</b>	<b>5.908</b>	<b>(2%)</b>	<b>(8%)</b>
Diesel	2.626	2.718	2.887	(3%)	(9%)
Ciclo Otto	2.723	2.753	2.931	(1%)	(7%)
Outros <sup>2</sup>	112	83	89	34%	25%
<b>EBITDA Ajustado (R\$ milhões)</b>	<b>585</b>	<b>687</b>	<b>878</b>	<b>(15%)</b>	<b>(33%)</b>

<sup>1</sup> A partir de dez/17, o total já inclui o volume da Iconic, associação com a Chevron em lubrificantes

<sup>2</sup> Óleos combustíveis, arla 32, querosene, lubrificantes e graxas

**Desempenho operacional** – Volume total de 5.461 mil m<sup>3</sup> (-2%), refletindo o ambiente competitivo ainda pressionado, com menor crescimento do mercado de combustíveis. O ciclo Otto apresentou queda de 1% em relação ao 1T17, em linha com o desempenho do mercado. Já o volume de diesel apresentou queda de 3%, fruto do ambiente competitivo desafiador, principalmente no segmento de grandes consumidores. Em relação ao 4T17, o volume apresentou queda de 8%, com reduções de 7% no ciclo Otto e 9% no diesel, principalmente em função da sazonalidade entre os períodos.

**Receita líquida** – Total de R\$ 17.516 milhões (+11%), principalmente em função das movimentações nos custos de combustíveis, incluindo o aumento de PIS/Cofins sobre os produtos em julho/17, e da estratégia de inovação constante em serviço e conveniência no posto. Os efeitos foram parcialmente compensados pelo menor volume vendido e pelo mix de vendas mais favorável no 1T17. Em relação ao 4T17, a receita líquida apresentou redução de 2% em função do menor volume vendido, parcialmente compensado pelas movimentações nos custos de combustíveis.

**Custo dos produtos vendidos** – Total de R\$ 16.574 milhões (+12%), principalmente em função das movimentações nos custos dos combustíveis, incluindo o aumento de PIS/Cofins sobre os produtos em julho/17, sendo esse efeito parcialmente compensado pelo menor volume vendido e pela composição de vendas no período. Em relação ao 4T17, o custo dos produtos vendidos apresentou redução de 1%, acompanhando a queda observada no volume apesar das movimentações nos custos de combustíveis.

**Despesas gerais, administrativas e de vendas** – Total de R\$ 549 milhões (+14%), principalmente devido a maiores despesas com relacionadas à Iconic, associação com a Chevron em lubrificantes que entrou em operação em dezembro de 2017, e maiores despesas com aluguéis, parcialmente compensadas por menores despesas com propaganda e marketing. Em relação ao 4T17, as despesas gerais, administrativas e de vendas apresentaram aumento de 10%, principalmente em função (i) de maiores despesas relacionadas à Iconic, (ii) maiores despesas com marketing, aumento típico entre primeiro e quarto trimestres em função da convenção anual com revendedores em fevereiro, (iii) menor reversão de provisão para retirada de tanques e (iv) maiores despesas com aluguéis em projetos de expansão da rede. Os efeitos foram parcialmente compensados por menores contingências e menores despesas com frete em função da queda no volume vendido.

**EBITDA Ajustado** – Total de R\$ 585 milhões (-15%), principalmente em função da queda observada no volume, do ambiente competitivo ainda pressionado e do maior patamar de despesas, sendo esse trimestre afetado pelo início da operação da Iconic, incluindo indenizações. Em relação ao 4T17, o EBITDA Ajustado apresentou redução de 33% em função dos mesmos fatores mencionados anteriormente.

**Investimentos** – Foram investidos R\$ 257 milhões, direcionados principalmente à ampliação e manutenção da rede de postos e franquias. Do total dos investimentos, R\$ 111 milhões referem-se a imobilizações e adições ao intangível, R\$ 96 milhões a ativos de contratos com clientes (direitos de exclusividade) e R\$ 49 milhões a liberações de financiamentos a clientes e antecipações de aluguel, líquidos de repagamentos. A Ipiranga encerrou o 1T18 com 8.039 postos (+5%), adição de 391 postos nos últimos 12 meses (556 adições e 165 depurações).

## Comentário do Desempenho

### Oxiteno

	1T18	1T17	4T17	$\Delta$ (%) 1T18 v 1T17	$\Delta$ (%) 1T18 v 4T17
<b>Volume total (mil tons)</b>	<b>180</b>	<b>196</b>	<b>201</b>	<b>(8%)</b>	<b>(11%)</b>
Especialidades	152	157	164	(4%)	(7%)
<i>Commodities</i>	28	38	38	(26%)	(25%)
Vendas no Brasil	126	140	146	(10%)	(14%)
Vendas no mercado externo	54	56	55	(4%)	(2%)
<b>EBITDA (R\$ milhões)</b>	<b>51</b>	<b>112</b>	<b>77</b>	<b>(54%)</b>	<b>(33%)</b>

**Desempenho operacional** – A Oxiteno registrou volume vendido de 180 mil toneladas (-8% ou 16 mil ton). O volume vendido de especialidades foi 4% menor na comparação anual, apresentando redução de 4% no mercado interno, com reduções nos segmentos agroquímico e distribuição. Já no mercado externo, o volume de especialidades apresentou redução de 2%, reflexo do ambiente operacional mais desafiador apesar das maiores vendas devido ao pré-marketing para a nova planta dos Estados Unidos. As *commodities* apresentaram queda de 26% em relação ao 1T17, refletindo essencialmente os efeitos da parada programada em Camaçari neste trimestre. Em relação ao 4T17, o volume total de vendas apresentou queda de 11% (21 mil ton), com redução de 7% e 25% nos volumes de especialidades e *commodities*, respectivamente, em função basicamente dos mesmos fatores mencionados anteriormente.

**Receita líquida** – Total de R\$ 999 milhões (+10%) em função (i) do preço médio em dólar 15% maior, fruto do aumento dos custos de matérias-primas na comparação anual, (ii) do Real 3% mais depreciado em relação ao dólar (R\$ 0,10/US\$) e (iii) da maior participação de especialidades na composição de vendas. Os efeitos foram atenuados pelo menor volume vendido no período. Em relação ao 4T17, a receita líquida apresentou redução de 12%, principalmente em função da queda do volume vendido no período, parcialmente compensada pela melhor composição de vendas com maior percentual de especialidades no mix.

**Custo dos produtos vendidos** – Total de R\$ 824 milhões (+13%) em função (i) do aumento dos custos dos insumos na comparação anual, (ii) do Real 3% mais depreciado frente ao dólar, (iii) dos custos relativos às paradas e (iv) dos maiores custos pré-operacionais na nova unidade dos EUA. Os efeitos foram parcialmente compensados pelo menor volume vendido em relação ao 1T17. Na comparação com o 4T17, o custo dos produtos vendidos apresentou redução de 10%, em linha com a queda de 11% observada no volume.

**Despesas gerais, administrativas e de vendas** – Total de R\$ 167 milhões (+7%), principalmente em função de maiores despesas com frete internacional, refletindo o aumento no frete unitário em dólar e o Real 3% mais depreciado frente à moeda, e maiores despesas com a nova planta dos EUA ligadas ao pré-marketing. Em relação ao 4T17, as despesas gerais, administrativas e de vendas apresentaram redução de 9%, principalmente em virtude das menores despesas com frete, fruto do menor volume vendido e do melhor mix de rotas, e de menores despesas com consultorias.

**Outros resultados operacionais** – A linha de “Outros resultados operacionais” totalizou no 1T18 uma receita líquida de R\$ 2 milhões, comparada a uma receita líquida de R\$ 49 milhões no 1T17 e um resultado neutro no 4T17. No 1T17, o valor é composto pela reversão de provisão constituída referente à exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS/Cofins.

**EBITDA** – O EBITDA da Oxiteno totalizou 51 milhões (-54%), sendo a comparação afetada pela reversão da provisão ocorrida no 1T17 no valor de R\$ 49 milhões. Excluindo o efeito dessa reversão, o EBITDA da Oxiteno apresentou redução de 18% em virtude (i) do menor volume vendido no período, (ii) dos gastos pré-operacionais da nova unidade dos EUA e (iii) dos custos relativos às paradas, parcialmente compensados pelo Real 3% mais depreciado frente ao dólar. Em relação ao 4T17, o EBITDA apresentou redução de 33% em função do menor volume vendido, parcialmente compensado pela redução de despesas mencionada anteriormente.

**Investimentos** – Foram investidos R\$ 137 milhões, direcionados principalmente aos investimentos na nova planta de alcoilação nos Estados Unidos, prevista para entrar em operação em 2018, e à manutenção de suas unidades produtivas.

## Comentário do Desempenho

### Ultragaz

	1T18	1T17	4T17	$\Delta$ (%) 1T18 v 1T17	$\Delta$ (%) 1T18 v 4T17
<b>Volume total (mil tons)</b>	<b>410</b>	<b>414</b>	<b>426</b>	<b>(1%)</b>	<b>(4%)</b>
Envasado	281	282	295	0%	(5%)
Granel	129	132	131	(2%)	(1%)
<b>EBITDA (R\$ milhões)</b>	<b>(170)</b>	<b>113</b>	<b>48</b>	<b>n.a.</b>	<b>n.a.</b>

**Desempenho operacional** – Volume vendido total de 410 mil toneladas (-1%), com estabilidade no segmento envasado e queda no segmento granel. No segmento envasado, o volume ficou estável quando comparado ao mesmo período do ano anterior, com crescimento por dia útil de 1%. Já no segmento granel, o volume apresentou redução de 2% (queda de 1% por dia útil) em função da redução programada de um cliente industrial, parcialmente compensada pelo maior volume vendido para clientes industriais e condomínios no 1T18. Em relação ao 4T17, o volume vendido apresentou redução de 4%, com queda de 5% no envasado e 1% no granel, em função da sazonalidade entre os períodos.

**Receita líquida** – Total de R\$ 1.626 milhões (+20%) em função dos reajustes nos custos do GLP e da estratégia de diferenciação e inovação da Ultragaz, sendo esses efeitos atenuados pelo menor volume vendido. Em relação ao 4T17, a receita líquida apresentou redução de 3%, refletindo a queda de 4% observada no volume, apesar dos efeitos dos reajustes dos custos do GLP.

**Custo dos produtos vendidos** – Total de R\$ 1.432 milhões (+26%), principalmente em função dos reajustes nos custos de GLP, atenuados por menores custos com frete, devido ao menor volume vendido e retirada de produtos em polos mais próximos. Em relação ao 4T17, o custo dos produtos vendidos apresentou crescimento de 1% em virtude dos reajustes nos custos de GLP e de maiores gastos com requalificação de vasilhames, sendo parcialmente compensados pela queda observada no volume vendido.

**Despesas gerais, administrativas e de vendas** – Total de R\$ 131 milhões (-12%) devido, principalmente, à redução da provisão para crédito de liquidação duvidosa no 1T18 e menores gastos com frete, fruto do menor volume vendido e da retirada de produtos em polos mais próximos. Em relação ao 4T17, as despesas gerais, administrativas e de vendas apresentaram queda de 23% em função (i) da menor provisão para crédito de liquidação duvidosa, (ii) das menores despesas com marketing no trimestre, (iii) das menores despesas com frete, mais uma vez refletindo a queda no volume e migração de clientes com modalidade de entrega CIF para FOB e (iv) das menores despesas com consultorias estratégicas e de planejamento.

**EBITDA** – Total de -R\$ 170 milhões. Neste trimestre, o EBITDA da Ultragaz foi afetado pelo pagamento da multa de R\$ 286 milhões em função da decisão do CADE pela não aprovação da aquisição da Liquigás. A multa, que consiste em 10% do valor da aquisição adicionado da dívida líquida da Liquigás em dezembro de 2015, foi paga integralmente na data da publicação da decisão do CADE, no dia primeiro de março deste ano. Excluindo o efeito da multa, o EBITDA da Ultragaz totalizou R\$ 116 milhões (+3%) em função, principalmente, das iniciativas de redução de despesas mencionadas anteriormente, apesar do menor volume vendido no período. Em relação ao 4T17, o EBITDA da Ultragaz também apresentou redução, sendo o 1T18 afetado pelo pagamento da multa e o 4T17 afetado pelo acordo celebrado com o CADE em novembro no valor de R\$ 84 milhões. Excluindo tanto o efeito da multa quanto do acordo, o EBITDA da Ultragaz apresentou redução de 12% na comparação trimestral em função da sazonalidade entre os períodos.

**Investimentos** – Foram investidos R\$ 62 milhões, direcionados principalmente a clientes do segmento granel, vasilhames e tecnologia da informação com foco na estratégia de diferenciação e inovação da Ultragaz.

## Comentário do Desempenho

### Ultracargo

	1T18	1T17	4T17	$\Delta$ (%) 1T18 v 1T17	$\Delta$ (%) 1T18 v 4T17
Armazenagem efetiva <sup>1</sup> (mil m <sup>3</sup> )	722	695	745	4%	(3%)
<b>EBITDA (R\$ milhões)</b>	<b>41</b>	<b>22</b>	<b>37</b>	<b>87%</b>	<b>12%</b>

<sup>1</sup> Média mensal

**Desempenho operacional** – A armazenagem média da Ultracargo apresentou aumento de 4% em relação ao 1T17, fruto da maior movimentação de combustíveis e etanol em Itaquí e Santos e da retomada parcial, em junho de 2017, de 67,5 mil m<sup>3</sup> dos 151,5 mil m<sup>3</sup> do terminal de Santos, interditados desde o incidente em abril de 2015. Os efeitos foram atenuados pela menor movimentação de combustíveis no terminal de Aratu. Em relação ao 4T17, a armazenagem média dos terminais da Ultracargo apresentou redução de 3%, principalmente em função da menor movimentação de combustíveis em Aratu, Itaquí e Santos, apesar do aumento observado na movimentação de etanol nos terminais de Aratu e Suape.

**Receita líquida** – Total de R\$ 116 milhões no 1T18 (+15%), em função do aumento da armazenagem média, fruto da retomada parcial de Santos mencionada anteriormente, além da maior movimentação de combustíveis e preços médios superiores nos terminais. Em relação ao 4T17, a receita líquida apresentou redução de 3%, acompanhando a queda no desempenho da armazenagem média devido à menor movimentação de combustíveis nos terminais.

**Custo dos serviços prestados** – Total de R\$ 59 milhões (+17%). Neste trimestre, o custo dos serviços prestados foi impactado pelo efeito pontual do pagamento de IPTU retroativo em Aratu no valor de R\$ 3 milhões, além dos maiores gastos com serviços de terceiros e pessoal, refletindo as atividades complementares necessárias à retomada parcial das atividades em Santos. Em relação ao 4T17, o custo dos serviços prestados apresentou queda de 1% em função de menores gastos com serviços de terceiros, sendo esse efeito parcialmente compensado pelo pagamento retroativo de IPTU em Aratu mencionado anteriormente.

**Despesas gerais, administrativas e de vendas** – Total de R\$ 29 milhões (+15%), principalmente em função de maiores despesas com pessoal, essencialmente aumento de quadro físico, e consultorias estratégicas e de planejamento. Em relação ao 4T17, as despesas gerais, administrativas e de vendas apresentaram redução de 12% em virtude de menores despesas com pessoal, assessoria jurídica e serviços de manutenção.

**Outros resultados operacionais** – A linha “Outros resultados operacionais” totalizou no 1T18 uma despesa líquida de R\$ 1 milhão, comparada a uma despesa líquida de R\$ 16 milhões no 1T17 e a uma despesa líquida de R\$ 3 milhões no 4T17. Para todos os trimestres, os valores são compostos por despesas relacionadas ao comissionamento e licenciamento do terminal de Santos.

**EBITDA** – Total de R\$ 41 milhões (+87%) em função da maior armazenagem média no período, refletindo a recuperação parcial do terminal de Santos, da maior movimentação de combustíveis, dos preços médios superiores nos terminais, e do efeito de R\$ 16 milhões com despesas relacionadas ao incidente de Santos no 1T17. Neste trimestre, as menores despesas ligadas ao incidente em Santos também impactaram positivamente o EBITDA da Ultracargo na comparação anual. Em relação ao 4T17, o EBITDA apresentou crescimento de 12% em função dos menores gastos, fruto das iniciativas implementadas para redução de despesas e aumento de produtividade, e de menores despesas com o incidente de Santos. Os efeitos foram atenuados pela menor movimentação de combustíveis nos terminais.

**Investimentos** – Na Ultracargo, foram investidos R\$ 22 milhões, direcionados principalmente à expansão do terminal de Itaquí, manutenção e modernização dos sistemas e processos de segurança dos terminais.

## Comentário do Desempenho

### Extrafarma

	1T18	1T17	4T17	$\Delta$ (%) 1T18 v 1T17	$\Delta$ (%) 1T18 v 4T17
Receita bruta (R\$ milhões)	542	476	522	14%	4%
Número de lojas (final do período)	401	321	394	25%	2%
% de lojas maduras (+3 anos)	46%	55%	45%	(9,6 p.p.)	0,5 p.p.
EBITDA (R\$ milhões)	0	4	3	n.a.	n.a.

**Desempenho operacional** – A Extrafarma encerrou o 1T18 com 401 lojas (+25%, com 100 aberturas e 20 fechamentos nos últimos 12 meses). Ao final do 1T18, 54% das lojas possuíam até três anos de operação em comparação aos 45% do 1T17, reflexo do ritmo acelerado de expansão da rede. Em relação ao 4T17, a Extrafarma abriu 12 novas lojas (5 fechamentos), dando continuidade à expansão da rede em São Paulo, além da entrada no Amazonas, 13º estado com a presença da Extrafarma.

**Receita bruta** – Total de R\$ 542 milhões (+14%) em função do crescimento de 13% no faturamento do varejo, reflexo do número médio de lojas 26% superior e maior ritmo de atividades promocionais no período, atenuados pela forte base de comparação com o 1T17, quando o faturamento do varejo da Extrafarma cresceu 36%, e por um menor crescimento do mercado. Em relação ao 4T17, a receita bruta apresentou crescimento de 4% em decorrência do maior número médio de lojas e das ações promocionais no trimestre.

**Custo dos produtos vendidos e lucro bruto** – Custo dos produtos vendidos totalizou R\$ 359 milhões (+18%), principalmente em decorrência do maior volume de vendas e do reajuste anual nos preços de medicamentos. O lucro bruto atingiu R\$ 153 milhões (+5%), principalmente em função do maior faturamento do período, reflexo da estratégia de expansão da Extrafarma com maior número médio de lojas, sendo esse efeito parcialmente compensado pelo maior ritmo de atividades promocionais mencionado anteriormente. Em relação ao 4T17, o custo dos produtos vendidos e lucro bruto apresentaram, respectivamente, crescimento de 5% e 1% devido aos mesmos fatores acima.

**Despesas gerais, administrativas e de vendas** – Total de R\$ 170 milhões (+13%). O crescimento é reflexo do número médio de lojas 26% superior. Excluindo o efeito de novas lojas, as despesas gerais, administrativas e de vendas apresentaram queda de 7% na comparação anual, principalmente devido ao efeito das despesas não-recorrentes no 1T17, no valor de R\$ 6 milhões, com a transferência do CD de Belém para Benevides e indenizações. A queda também reflete as iniciativas implementadas pela Extrafarma para ganho de produtividade e redução de despesas. Em relação ao 4T17, as despesas gerais, administrativas e de vendas apresentaram crescimento de 3% em virtude do maior número médio de lojas.

**Resultado na venda de bens** – O resultado na venda de bens da Extrafarma foi neutro no 1T18, ante uma despesa líquida de R\$ 6 milhões no 1T17 e um resultado neutro no 4T17. No 1T17, o resultado é explicado pela baixa das benfeitorias não depreciadas resultantes da transferência do centro de distribuição.

**EBITDA** – O EBITDA da Extrafarma foi próximo de zero no trimestre, em comparação ao reportado de R\$ 4 milhões no 1T17, influenciado pelos efeitos do menor crescimento de mercado e pelo maior número de lojas em maturação. Excluindo o efeito de novas lojas, o EBITDA foi R\$ 11 milhões no 1T18, em comparação ao EBITDA ex-não recorrentes de R\$ 15 milhões no 1T17. Em relação ao 4T17, o EBITDA apresentou queda em função dos mesmos fatores mencionados anteriormente.

**Investimentos** – Foram investidos R\$ 16 milhões direcionados, principalmente, à abertura de 12 novas lojas e tecnologia da informação com foco na melhoria da experiência de compra e excelência operacional.

## Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

### 1 Contexto operacional

A Ultrapar Participações S.A. (“Ultrapar” ou “Sociedade”) é uma sociedade anônima de capital aberto domiciliada no Brasil com sede na Avenida Brigadeiro Luis Antônio, 1.343 em São Paulo – SP.

A Sociedade tem por atividade a aplicação de capitais próprios no comércio, na indústria e na prestação de serviços, mediante a subscrição ou aquisição de ações e cotas de outras sociedades. Por meio de suas controladas, atua no segmento de distribuição de gás liquefeito de petróleo - GLP (“Ultragaz”), na distribuição de combustíveis e atividades relacionadas (“Ipiranga”), na produção e comercialização de produtos químicos (“Oxiten”), na prestação de serviços de armazenagem de graneis líquidos (“Ultracargo”) e no comércio de medicamentos, produtos de higiene, beleza e cosméticos, por meio da Imifarma Produtos Farmacêuticos e Cosméticos S.A. (“Extrafarma”). Para maiores informações sobre os segmentos vide nota explicativa nº 32.

### 2 Apresentação das informações trimestrais e resumo das principais práticas contábeis

As informações trimestrais individuais e consolidadas foram elaboradas de acordo com o *International Accounting Standard* (“IAS”) 34 - *Interim Financial Reporting* emitido pelo *International Accounting Standards Board* (“IASB”), e de acordo com o pronunciamento CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”), e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”).

Todas as informações relevantes próprias das informações trimestrais, e apenas essas informações, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas na gestão da administração da Sociedade e suas controladas.

As informações trimestrais individuais e consolidadas são apresentadas em Reais (“R\$”), que é a moeda funcional da Sociedade.

As práticas contábeis descritas a seguir foram aplicadas pela Sociedade e suas controladas de maneira consistente em todos os períodos apresentados nessas informações trimestrais individuais e consolidadas.

## Notas Explicativas

*(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)*

### **a. Apuração do resultado**

A receita de vendas e serviços prestados é mensurada pelo valor da contrapartida à qual as controladas da Sociedade esperam ter direito, deduzida de devoluções, descontos, abatimentos, amortização de ativos de contratos com clientes e outras deduções, se aplicável, sendo reconhecida à medida que a entidade satisfaça sua obrigação de desempenho. Na Ipiranga, a receita de vendas de combustíveis e lubrificantes é reconhecida quando os produtos são entregues aos postos de serviços e aos grandes consumidores. Na Ultragaz, a receita de vendas de GLP é reconhecida quando os produtos são entregues aos clientes em domicílio, aos revendedores autônomos e aos clientes industriais e comerciais. Na Extrafarma, a receita de vendas de medicamentos é reconhecida quando os produtos são entregues aos consumidores finais nas drogarias próprias e quando são entregues aos revendedores independentes. Na Oxiteno, a receita de vendas de produtos químicos é reconhecida quando os produtos são entregues aos consumidores industriais, levando-se em consideração a modalidade de frete da entrega. Na Ultracargo, a receita de serviços prestados de armazenagem é reconhecida em função da realização dos serviços. A abertura da receita de vendas e serviços prestados está demonstrada na nota explicativa nº 26.

As amortizações dos ativos de contratos com clientes (vide notas explicativas nº 2.f e 11) referentes aos direitos de exclusividade com clientes da Ipiranga e as bonificações postecipadas são reconhecidas como redutoras da receita de vendas no resultado conforme as condições estabelecidas nos contratos e são revistas à medida que ocorrem mudanças nos termos contratuais.

A receita diferida de programa de fidelidade é reconhecida no resultado quando os pontos são resgatados, momento no qual os custos incorridos também são reconhecidos no resultado, ou no momento em que os pontos expiram. Para maiores informações vide nota explicativa nº 23 - Programa de fidelidade.

A taxa inicial de franquia da am/pm recebida pela Ipiranga é diferida e apropriada ao resultado linearmente ao longo do período dos contratos com os franqueados. Para maiores informações vide nota explicativa nº 23 - Taxa inicial de franquia.

Os custos dos produtos vendidos e dos serviços prestados incluem os custos de mercadorias (principalmente combustíveis, lubrificantes, GLP e medicamentos), custos de matérias-primas (produtos químicos e petroquímicos) e os custos de produção, distribuição, armazenamento e envasamento.

### **b. Caixa e equivalentes de caixa**

Referem-se a caixa, bancos e aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Vide nota explicativa nº 4 para maiores detalhes do caixa e equivalentes de caixa da Sociedade e suas controladas.

## Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

### c. Ativos financeiros

A Sociedade e suas controladas avaliaram a classificação e mensuração dos ativos financeiros de acordo com o seu modelo de gerenciamento de ativos financeiros conforme abaixo:

- **Custo amortizado:** ativos financeiros mantidos com o objetivo de receber os fluxos contratuais, exclusivamente principal e juros. Os rendimentos auferidos e as variações cambiais são contabilizados no resultado e os saldos são demonstrados pelo custo amortizado usando o método dos juros efetivos. As aplicações financeiras dadas em garantia de empréstimos são classificadas como custo amortizado.
- **Mensurado ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes:** ativos financeiros que são adquiridos ou originados com a finalidade de recebimento dos fluxos de caixa contratuais ou venda dos ativos. Os saldos são demonstrados ao valor justo e os rendimentos auferidos e as variações cambiais são contabilizados no resultado. As diferenças entre o valor justo e o valor inicial da aplicação acrescido dos rendimentos auferidos e as variações cambiais são reconhecidas em outros resultados abrangentes acumulados na conta “Ajustes de avaliação patrimonial”. Os ganhos e perdas registrados no patrimônio líquido são reclassificados para o resultado no momento da sua liquidação. Substancialmente as aplicações financeiras em Certificados de Depósito Bancário (“CDB”) e operações compromissadas são classificadas como mensurada a valor justo por meio de outros resultados abrangentes.
- **Mensurado ao valor justo por meio do resultado:** ativos financeiros não classificados como custo amortizado ou mensurado a valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Os saldos são demonstrados ao valor justo e tanto os rendimentos auferidos e as variações cambiais como as variações de valor justo são contabilizados no resultado. Os fundos de investimentos e os instrumentos derivativos de proteção são classificados como mensurado a valor justo por meio do resultado.

A Sociedade e suas controladas utilizam instrumentos financeiros para fins de proteção, aplicando os conceitos descritos a seguir:

- **Contabilidade de proteção (*hedge accounting*) - *hedge* de valor justo:** instrumento financeiro utilizado para a proteção da exposição às mudanças no valor justo de um item, atribuível a um risco em particular e que possa afetar o resultado da entidade. No momento da designação inicial do *hedge* de valor justo, o relacionamento entre o instrumento de proteção e o item objeto de *hedge* é documentado, incluindo os objetivos de gerenciamento de riscos, a estratégia na condução da transação e os métodos que serão utilizados para avaliar sua efetividade. Uma vez que o *hedge* de valor justo tenha sido qualificado como efetivo, também o item objeto de *hedge* é mensurado a valor justo. Os ganhos e perdas do instrumento de proteção e dos itens objeto de *hedge* são reconhecidos no resultado. A contabilidade de proteção deve ser descontinuada quando o *hedge* se tornar inefetivo.

## Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

- Contabilidade de proteção (*hedge accounting*) - *hedge* de fluxo de caixa: instrumento financeiro utilizado para mitigar a exposição à variabilidade nos fluxos de caixa que seja atribuível a um risco associado a um ativo ou passivo ou transação altamente provável ou compromissos firmes que possa afetar o resultado. A parcela do ganho ou perda resultante do instrumento de *hedge* que for determinada como *hedge* eficaz referente aos efeitos de variação cambial é reconhecida diretamente no patrimônio líquido em outros resultados abrangentes acumulados na conta “Ajustes de avaliação patrimonial”, enquanto a parcela ineficaz é reconhecida no resultado. O ganho ou a perda resultante do instrumento de *hedge* relacionado com a parte eficaz do *hedge* que foi reconhecido diretamente em outros resultados abrangentes acumulados deve ser reclassificado para o resultado no período em que o item objeto de *hedge* é reconhecido no resultado ou como custo inicial do ativo não financeiro, na mesma rubrica da demonstração em que o item objeto de *hedge* é reconhecido. A contabilidade de proteção deve ser descontinuada quando (i) a Sociedade cancela a relação de *hedge*; (ii) o instrumento de *hedge* vence; e (iii) o instrumento de *hedge* não se qualifica mais como contabilidade de proteção. Quando a contabilidade de proteção é descontinuada, os ganhos e perdas reconhecidos em outros resultados abrangentes no patrimônio líquido são reclassificados para o resultado no período em que o item objeto de *hedge* é reconhecido no resultado. Caso a transação prevista como item objeto de *hedge* seja cancelada ou não se espera que ela ocorra, os ganhos e perdas acumulados em outros resultados abrangentes no patrimônio líquido devem ser reconhecidos imediatamente no resultado.
- Contabilidade de proteção (*hedge accounting*) - *hedge* de investimentos líquidos em entidades no exterior: instrumento financeiro utilizado para a proteção da exposição dos investimentos líquidos em controladas no exterior em decorrência da conversão da demonstração financeira em moeda funcional local para a moeda funcional da Sociedade. A parcela do ganho ou perda resultante do instrumento de *hedge* que for determinada como *hedge* eficaz referente aos efeitos de variação cambial é reconhecida diretamente no patrimônio líquido em outros resultados abrangentes acumulados na conta “Ajustes acumulados de conversão”, enquanto a parcela ineficaz e o custo da operação são reconhecidos no resultado. O ganho ou a perda resultante do instrumento de *hedge* relacionado com a parte eficaz do *hedge* que foi reconhecida diretamente em outros resultados abrangentes acumulados deve ser reconhecido no resultado quando da alienação da operação no exterior.

Para maiores detalhes dos instrumentos financeiros da Sociedade e suas controladas, vide nota explicativa nº 33.

### **d. Contas a receber**

As contas a receber de clientes são registradas pelo valor faturado da contrapartida à qual as controladas da Sociedade esperam ter direito. A provisão para perdas estimadas de créditos de liquidação duvidosa é constituída com base nas perdas estimadas, sendo seu montante considerado suficiente pela administração para cobrir as eventuais perdas na realização das contas a receber. As estimativas da provisão para perdas estimadas de créditos de liquidação duvidosa consideram no reconhecimento inicial do contrato, a expectativa de perdas para os próximos 12 meses e para a vida útil do contrato quando da deterioração ou melhora da qualidade de crédito dos clientes (vide notas explicativas nº 5 e 33 – Risco de crédito de clientes).

## Notas Explicativas

*(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)*

### ***e. Estoques***

Os estoques são demonstrados pelo valor de custo ou valor realizável líquido, dos dois o menor (vide nota explicativa nº 6). No valor de custo dos estoques, calculado pelo custo médio ponderado, estão incluídos os custos de aquisição e de transformação diretamente e indiretamente relacionados com as unidades produzidas baseados na capacidade normal de produção. As estimativas do valor realizável líquido baseiam-se nos preços gerais de venda em vigor no final do período de apuração, líquidos das despesas diretas de venda. São considerados nessas estimativas, eventos subsequentes relacionados à flutuação de preços e custos, se relevantes. Caso o valor realizável líquido seja inferior ao valor do custo, uma provisão correspondente a essa diferença é contabilizada. A obsolescência de materiais mantidos para uso na produção também é revisada periodicamente e inclui produtos, materiais ou bens que (i) não atendem à especificação das controladas, (ii) tenham expirado a data de validade ou (iii) possuam baixa rotatividade. Esta classificação é feita pela administração com o apoio da equipe industrial e de operações.

### ***f. Ativos de contratos com clientes – direitos de exclusividade***

Os desembolsos de direitos de exclusividade previstos nos contratos da Ipiranga com postos revendedores e grandes consumidores são registrados como ativos de contratos no momento de sua ocorrência e são amortizados conforme as condições estabelecidas nos contratos (vide notas explicativas nº 2.a e 11).

### ***g. Investimentos***

As participações em controladas são avaliadas pelo método da equivalência patrimonial nas informações trimestrais individuais (vide notas explicativas nº 3.b e 12). Uma controlada é uma investida na qual o acionista tem direito aos seus retornos variáveis e tem a capacidade de interferir nas suas atividades financeiras e operacionais. Normalmente, a participação societária em uma sociedade controlada é superior a 50%.

Os investimentos em sociedades coligadas e empreendimentos controlados em conjunto são avaliados pelo método de equivalência patrimonial nas informações trimestrais individuais e consolidadas (vide nota explicativa nº 12). Uma coligada é uma investida na qual um acionista tem influência significativa, ou seja, tem o poder de participar nas decisões financeiras e operacionais da investida, porém sem exercer o controle. Um empreendimento controlado em conjunto é uma investida na qual os acionistas têm o direito aos ativos líquidos por conta de um controle em conjunto. Controle em conjunto é um acordo que estabelece que as decisões sobre as atividades relevantes da investida exigem o consentimento das partes que compartilham o controle.

Os outros investimentos estão demonstrados ao custo de aquisição, deduzido de provisão para perdas, caso estas não sejam consideradas temporárias.

## Notas Explicativas

*(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)*

### ***h. Imobilizado***

Registrado ao custo de aquisição ou construção, incluindo encargos financeiros incorridos sobre imobilizações em andamento, bem como custos com manutenções relevantes de bens decorrentes de paradas de fábrica programadas e custos estimados para retirada por desativação ou restauração (vide notas explicativas nº 2.n e 20), deduzido da depreciação acumulada e, quando aplicável, da provisão para perda por redução ao valor recuperável (vide nota explicativa nº 13).

As depreciações são calculadas pelo método linear, pelos prazos mencionados na nota explicativa nº 13, que levam em consideração a vida útil dos bens, que é revisada anualmente.

As benfeitorias em imóveis de terceiros são depreciadas pelo menor prazo entre a vigência do contrato ou a vida útil dos bens.

### ***i. Arrendamento mercantil***

- Arrendamento mercantil financeiro

Determinados contratos de arrendamento mercantil transferem substancialmente os riscos e benefícios inerentes à propriedade de um ativo às controladas. Esses contratos são caracterizados como contratos de arrendamento mercantil financeiro e os ativos arrendados são registrados no ativo não circulante no início do contrato pelo seu valor justo ou, se inferior, pelo valor presente dos pagamentos mínimos previstos nos respectivos contratos. Os bens reconhecidos como ativos são depreciados e amortizados pelos prazos aplicáveis a cada grupo de ativo ou pelo prazo dos contratos, dos dois o menor, conforme as notas explicativas nº 13 e 14. Os encargos financeiros relativos aos contratos de arrendamento mercantil financeiro são apropriados ao resultado ao longo do prazo do contrato de arrendamento, com base no método do custo amortizado e da taxa de juros efetiva (vide nota explicativa nº 15.i).

- Arrendamento mercantil operacional

São operações de arrendamento mercantil que não transferem os riscos e benefícios inerentes à propriedade do ativo e que não possuem opção de compra no final do contrato ou possuem opção de compra com valor equivalente ao valor de mercado do bem arrendado. Pagamentos efetuados sob um contrato de arrendamento mercantil operacional são reconhecidos como custo de produção ou despesa na demonstração de resultados, em bases lineares, pelo prazo do contrato de arrendamento (vide nota explicativa nº 34.c).

### ***j. Intangível***

Os ativos intangíveis compreendem os ativos adquiridos de terceiros pela Sociedade e suas controladas, seguindo os critérios abaixo (vide nota explicativa nº 14):

- Ágios por expectativa de rentabilidade futura (“ágio”) são demonstrados como ativo intangível pela diferença positiva entre o valor pago ou a pagar ao vendedor e o valor justo dos ativos identificados e passivos assumidos da entidade adquirida. Os ágios são testados anualmente para verificar a existência de eventuais reduções de valores recuperáveis. Os ágios são alocados aos segmentos de negócios, os quais representam o nível mais baixo em que o ágio é monitorado pela Sociedade para fins de teste de recuperabilidade (vide nota explicativa nº 14.i).

## Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

- Outros ativos intangíveis adquiridos de terceiros, tais como *software*, tecnologia e direitos, são mensurados pelo valor pago na aquisição e são amortizados linearmente pelos prazos mencionados na nota explicativa nº 14, que levam em consideração sua vida útil, que é revisada anualmente.

A Sociedade e suas controladas não têm contabilizados ativos intangíveis que tenham sido gerados internamente. A Sociedade e suas controladas possuem ágios e marcas adquiridas em combinação de negócios, que são avaliados como ativos intangíveis com vida útil indefinida (vide nota explicativa nº 14 itens i e v).

### **k. Demais ativos**

Os demais ativos são demonstrados aos valores de custo ou de realização, dos dois o menor, incluindo, quando aplicável, os rendimentos, as variações monetárias e cambiais incorridas ou deduzidos de provisão para perda e, se aplicável, ajuste a valor presente.

### **l. Passivos financeiros**

Os passivos financeiros da Sociedade e suas controladas incluem contas a pagar a fornecedores e demais contas a pagar, financiamentos, debêntures, arrendamento mercantil financeiro e instrumentos financeiros derivativos utilizados como instrumentos de proteção. Os passivos financeiros são classificados como “passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado” ou “passivos financeiros mensurados ao custo amortizado”. Os passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado referem-se a instrumentos financeiros derivativos, bônus de subscrição e a passivos financeiros designados como itens objeto de *hedge* de valor justo no reconhecimento inicial (vide nota explicativa nº 2.c – *hedge* de valor justo). Os passivos financeiros mensurados ao custo amortizado são demonstrados pelo valor inicial da transação acrescidos dos juros e líquidos das amortizações e custos de transação. Os juros são reconhecidos no resultado pelo método da taxa efetiva de juros.

Os custos de transação, incorridos e diretamente atribuíveis às atividades necessárias exclusivamente à consecução das transações de captação de recursos por meio da contratação de financiamentos ou pela emissão de títulos de dívidas, bem como dos prêmios na emissão de debêntures e outros instrumentos de dívida, são apropriados ao respectivo instrumento e amortizados no resultado em função da fluência do prazo dos mesmos, pelo método da taxa efetiva de juros (vide nota explicativa nº 15.j).

### **m. Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido**

O imposto de renda (“IRPJ”) e a contribuição social sobre o lucro líquido (“CSLL”), correntes e diferidos, são calculados com base nas suas alíquotas vigentes, considerando a parcela de incentivos fiscais. Os tributos são reconhecidos com base nas taxas de IRPJ e CSLL previstas na legislação vigente na data de encerramento das informações trimestrais. As alíquotas vigentes no Brasil são de 25% para o IRPJ e de 9% para a CSLL. Para maiores detalhes sobre o reconhecimento e realização de IRPJ e CSLL, vide nota explicativa nº 9.

Para fins de divulgação, o ativo fiscal diferido foi compensado contra o passivo fiscal diferido, de IRPJ e CSLL da mesma entidade tributável e da mesma autoridade tributária.

## Notas Explicativas

*(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)*

### ***n. Provisão para retirada de tanques***

Corresponde à obrigação de retirar os tanques subterrâneos de combustíveis da Ipiranga localizados nos postos de sua marca após determinado prazo de utilização. O custo estimado da obrigação de retirada desses ativos é registrado como um passivo no momento em que os tanques são instalados. O custo estimado de retirada é acrescido ao valor do bem e depreciado durante a respectiva vida útil desses tanques. Os montantes reconhecidos como passivo são atualizados monetariamente pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (“IPCA”) até que o tanque relacionado seja retirado (vide nota explicativa nº 20). Um aumento no custo estimado de retirada dos tanques pode impactar negativamente os resultados futuros. O custo de retirada estimado é revisado anualmente ou quando ocorre mudança significativa no seu valor, sendo que as mudanças em relação ao custo estimado são reconhecidas no resultado quando se tornam conhecidas.

### ***o. Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas***

As provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas são constituídas para os riscos que possuam valores estimáveis, nos quais a probabilidade de que uma obrigação exista é considerada mais provável do que não, com base na opinião dos administradores e consultores jurídicos internos e externos, e os valores são registrados com base nas estimativas dos resultados dos desfechos dos processos (vide nota explicativa nº 21).

### ***p. Benefícios pós-emprego***

Os benefícios pós-emprego concedidos e a conceder a empregados, aposentados e pensionistas são provisionados com base em cálculo atuarial elaborado por atuário independente e revisado pela administração, de acordo com o método do crédito unitário projetado (vide nota explicativa nº 19.b). Os ganhos e perdas atuariais são reconhecidos em outros resultados abrangentes acumulados na conta “Ajustes de avaliação patrimonial” e apresentados no patrimônio líquido.

### ***q. Demais passivos***

Os demais passivos são demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e cambiais incorridas. Quando aplicável, os demais passivos são registrados a valor presente, com base em taxas de juros que refletem o prazo, a moeda e o risco de cada transação.

### ***r. Transações em moeda estrangeira***

As transações da Sociedade e de suas controladas realizadas em moeda estrangeira são convertidas para a sua respectiva moeda funcional pela taxa de câmbio vigente na data de cada transação. Os ativos e passivos monetários em aberto são convertidos pela taxa de câmbio da data das informações trimestrais. O efeito da diferença entre essas taxas de câmbio é reconhecido no resultado financeiro até a conclusão de cada transação.

## Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

### s. Base para conversão das informações trimestrais de controladas sediadas no exterior

Os ativos e passivos das controladas sediadas no exterior, cuja moeda funcional é diferente da moeda de apresentação da Sociedade (moeda Real) e que possuem autonomia administrativa, são convertidos pela taxa de câmbio da data das informações trimestrais. As receitas e despesas são convertidas pela taxa de câmbio média de cada exercício e o patrimônio líquido é convertido pela taxa de câmbio histórica de cada movimentação do patrimônio líquido. Os ganhos e as perdas decorrentes das variações desses investimentos no exterior são reconhecidos diretamente no patrimônio líquido em outros resultados abrangentes acumulados na conta “Ajustes acumulados de conversão” e serão reconhecidos no resultado se esses investimentos forem alienados. O saldo registrado em outros resultados abrangentes acumulados e apresentado no patrimônio líquido referente ao ajuste acumulado de conversão em 31 de março de 2018 totalizou R\$ 33.665 de ganho cambial (R\$ 53.061 de ganho cambial em 31 de dezembro de 2017), vide nota explicativa nº 25.g – ajustes acumulados de conversão de moeda estrangeira.

As controladas sediadas no exterior, com moeda funcional diferente da Sociedade e que possuem autonomia administrativa, estão relacionadas abaixo:

<b><u>Controlada</u></b>	<b><u>Moeda funcional</u></b>	<b><u>País</u></b>
Oxiten México S.A. de C.V.	Peso Mexicano	México
Oxiten Servicios Corporativos S.A. de C.V.	Peso Mexicano	México
Oxiten Servicios Industriales S.A. de C.V.	Peso Mexicano	México
Oxiten USA LLC	Dólar norte-americano	Estados Unidos
Oxiten Uruguay S.A. (i)	Dólar norte-americano	Uruguai
Oxiten Andina, C.A. (ii)	Bolívar	Venezuela

(i) A controlada Oxiten Uruguay S.A. (“Oxiten Uruguay”) determinou sua moeda funcional em dólar norte-americano (“US\$”), considerando que suas vendas de estoques e compras de insumos, bem como suas atividades de financiamento, são realizadas substancialmente nesta moeda.

(ii) De acordo com a definição e orientação geral do IAS 29, as características do ambiente econômico da Venezuela indicam que este país possui uma economia hiperinflacionária. Consequentemente, as informações financeiras da Oxiten Andina, C.A. (“Oxiten Andina”) estão sendo corrigidas monetariamente conforme o Índice de Preços ao Consumidor da Venezuela.

Em 26 de janeiro de 2018, o Banco Central da Venezuela emitiu o Convênio Cambial nº 39 que alterou o mercado cambiário venezuelano, regulamentando o DICOM - *Tipo de Cambio Complementario Flotante de Mercado* como o tipo de câmbio legalmente reconhecido, sendo o Bolívar negociado à taxa de 49.477,50 VEF/US\$ para venda e 49.353,81 VEF/US\$ para compra em 31 de março de 2018. O DICOM é aplicável a todas as operações de liquidação de divisas não previstas expressamente no convênio cambiário, sendo processados através dos mercados alternativos de divisas.

## Notas Explicativas

*(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)*

Os ativos e passivos das demais controladas no exterior, que não possuem autonomia administrativa, são considerados como atividades da sua investidora, sendo convertidos pela taxa de câmbio da data das informações trimestrais. Os ganhos e as perdas decorrentes de variações desses investimentos no exterior são reconhecidos diretamente no resultado financeiro. A perda reconhecida no resultado no período de três meses findo em 31 março de 2018 totalizou R\$ 334 (ganho de R\$ 2.620 no período de três meses findo em 31 de março de 2017).

### **t. *Uso de estimativas, premissas e julgamentos***

Na preparação das informações trimestrais é necessário utilizar estimativas, premissas e julgamentos para a contabilização de certos ativos, passivos e resultados. Para isso, a administração da Sociedade e de suas controladas utilizam as melhores informações disponíveis na data da preparação das informações trimestrais, bem como a experiência de eventos passados e correntes, considerando ainda pressupostos relativos a eventos futuros. As informações trimestrais incluem, portanto, entre outros, estimativas, premissas e julgamentos referentes, principalmente, à determinação do valor justo de instrumentos financeiros (notas explicativas nº 2.c, 2.1, 4, 15 e 33), determinação das perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa (notas explicativas nº 2.d, 5 e 33), determinação da provisão para perda em estoques (notas explicativas nº 2.e e 6), determinação dos valores de IRPJ e CSLL diferido (notas explicativas nº 2.m e 9), determinação de controle de sociedades controladas (notas explicativas nº 2.f, 2.s, 3 e 12.a), determinação de controle conjunto de empreendimentos controlados em conjunto (notas explicativas nº 2.f, 12.a e 12.b), determinação de influência significativa sobre sociedades coligadas (notas explicativas nº 2.f e 12.c), determinação da taxa de câmbio utilizada para a tradução das informações da Oxiteno Andina (nota explicativa nº 2.s), vida útil do ativo imobilizado (notas explicativas nº 2.h e 13), vida útil do ativo intangível e valor de recuperação do ágio (notas explicativas nº 2.j e 14), provisão para retirada de tanques (notas explicativas nº 2.n e 20), provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas (notas explicativas nº 2.o e 21), estimativas para elaboração de laudo atuarial (notas explicativas nº 2.p e 19.b) e determinação do valor justo do bônus de subscrição – indenização (notas explicativas nº 24 e 33). O resultado das transações e informações quando da efetiva realização podem divergir das suas estimativas.

### **u. *Redução ao valor recuperável de ativos***

A Sociedade e suas controladas revisam, trimestralmente, a existência de indicação de que um ativo possa ter sofrido desvalorização e anualmente para ativos intangíveis com vida útil indefinida. Se houver alguma indicação, a Sociedade e suas controladas estimam o valor recuperável do ativo. Os ativos que não podem ser avaliados individualmente, são agrupados no menor grupo de ativos que geram entrada de caixa de uso contínuo e que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos (unidades geradoras de caixa “UGC”). O valor recuperável desses ativos ou UGCs corresponde ao maior valor entre o seu valor justo líquido de despesas diretas de venda e o seu valor em uso.

O valor justo líquido de despesas diretas de venda é determinado pelo preço que seria recebido pela venda de um ativo em uma transação não forçada entre participantes do mercado, deduzidas das despesas com a remoção do ativo, gastos diretos incrementais para deixar o ativo em condição de venda, despesas legais e tributos.

## Notas Explicativas

*(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)*

Para avaliar o valor em uso a Sociedade e suas controladas consideram projeções de fluxos de caixa futuros, tendências e perspectivas, assim como os efeitos de obsolescência, demanda, concorrência e outros fatores econômicos. Tais fluxos são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo ou UGC avaliados. Nos casos em que o valor presente dos fluxos de caixa futuros esperados são menores que o seu valor contábil, a perda por irrecoverabilidade é reconhecida pelo montante em que o valor contábil excede o valor justo desses ativos. Perdas por redução ao valor recuperável de ativos são reconhecidas no resultado. Na existência de ágio alocado na UGC à qual os ativos pertencem, as perdas reconhecidas referentes às UGCs são primeiramente alocadas na redução do correspondente ágio. Se o ágio não for suficiente para absorver tais perdas, o excedente será alocado aos demais ativos de forma pró-rata. Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada a ágio não pode ser revertida. Para outros ativos, as perdas de valor recuperável podem ser revertidas somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

A Sociedade e suas controladas não registraram redução ao valor recuperável nos períodos apresentados (vide nota explicativa nº 14.i).

### **v. *Combinação de negócios***

Uma combinação de negócio é contabilizada utilizando-se o método de aquisição. O custo de uma aquisição é mensurado pela contraprestação transferida e a transferir, avaliada pelo valor justo na data de aquisição. Na aquisição de um negócio são avaliados os ativos adquiridos e os passivos assumidos, com o objetivo de classificá-los e alocá-los de acordo com os termos contratuais, as circunstâncias econômicas e as condições pertinentes na data de aquisição. A participação de não controladores na adquirida é mensurado com base na sua participação nos ativos líquidos identificados na adquirida. O ágio é mensurado como sendo o excedente da contraprestação transferida e a transferir em relação ao valor justo dos ativos líquidos adquiridos (ativos identificáveis e passivos assumidos, líquidos). Após o reconhecimento inicial, o ágio é mensurado pelo custo, deduzido de quaisquer perdas acumuladas do valor recuperável. Para fins de teste do valor recuperável, o ágio é alocado ao segmento de negócios da Sociedade. Quando o custo de uma aquisição for menor que o valor justo dos ativos líquidos adquiridos, o ganho é reconhecido diretamente na demonstração do resultado do exercício. Custos relacionados com aquisição são contabilizados no resultado do exercício quando incorridos.

### **w. *Demonstrações de valor adicionado***

Conforme requerido pela legislação societária brasileira, a Sociedade e suas controladas elaboraram as demonstrações do valor adicionado, individuais e consolidadas, nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das informações trimestrais aplicáveis às companhias abertas, enquanto que para *International Financial Reporting Standards* (“IFRS”) representam informação financeira suplementar.

## Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

### x. Demonstrações dos fluxos de caixa

A Sociedade e suas controladas elaboraram as demonstrações de fluxo de caixa, individuais e consolidadas, nos termos do IAS 7 (CPC 03) - Demonstração dos Fluxos de Caixa. A Sociedade e suas controladas apresentam os juros pagos sobre financiamentos e debêntures nas atividades de financiamentos. A Sociedade e suas controladas apresentam nas atividades de investimentos, as aplicações financeiras em bases líquidas dos resgates e rendimentos.

### y. Adoção dos pronunciamentos emitidos pelo CPC e IASB

As seguintes normas, emendas às normas e interpretações aos IFRS emitidos pelo IASB entraram em vigor em 1 de janeiro de 2018:

	<u>CPC</u> <u>correspondente</u>	<u>Vigente em</u>
<ul style="list-style-type: none"> <li>Instrumentos financeiros – IFRS 9: introduz novas exigências para a classificação, mensuração e baixa de ativos e passivos financeiros, nova metodologia de <i>impairment</i> para os instrumentos financeiros e nova orientação para contabilidade de <i>hedge</i>.</li> </ul>	48	2018
<ul style="list-style-type: none"> <li>Reconhecimento de receita – IFRS 15: estabelece os princípios da natureza, quantidade, tempestividade e incerteza sobre a receita e o fluxo de caixa decorrente de um contrato com um cliente.</li> </ul>	47	2018

A Sociedade e suas controladas divulgam a seguir as informações dos impactos na adoção dos IFRS 9 (CPC 48) e 15 (CPC 47), alinhadas as novas práticas contábeis introduzidas pelo IASB e reclassificações e ajustes imateriais para melhor apresentação das informações trimestrais: i) a receita de vendas anteriormente reconhecida pela emissão da nota fiscal, foi ajustada para reconhecimento pela entrega dos produtos e ii) segregação de impostos sobre vendas e compras entre receita e custo.

#### (1) adoção do IFRS 9 (CPC 48) – Instrumentos financeiros

##### a) Classificação e mensuração dos ativos financeiros

A Sociedade e suas controladas avaliaram a classificação e mensuração dos ativos financeiros e de acordo com o seu modelo de gerenciamento de ativos financeiros, concluiu que a classificação para a maioria das aplicações financeiras é a mensurada a valor justo por meio de outros resultados abrangentes, os fundos de investimentos são classificados como mensurado a valor justo por meio do resultado e as aplicações financeiras dadas em garantia de empréstimos são classificadas como custo amortizado (vide nota explicativa nº 2.c).

**Notas Explicativas***(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)*

31/12/2017					
Classificação original de acordo com o CPC 38/IAS 39		Nova classificação de acordo com o CPC 48/IFRS 9			
Categoria	Valor contábil	Mens. ao valor justo por meio do resultado	Mens. ao valor justo por outros resultados abrangentes	Custo amortizado	
Ativos financeiros:					
Caixa e equivalentes de caixa					
Caixa e bancos	Empréstimos e recebíveis	147.926	-	-	147.926
Títulos de renda fixa em moeda nacional	Mens. ao valor justo por meio do resultado	4.821.605	-	4.821.605	-
Títulos de renda fixa em moeda estrangeira	Mens. ao valor justo por meio do resultado	32.473	32.473	-	-
Aplicações financeiras					
Títulos e fundos de renda fixa em moeda nacional	Disponível para venda	68.742	-	2.720	66.022
Títulos e fundos de renda fixa em moeda nacional	Mens. ao valor justo por meio do resultado	1.076.849	1.076.849	-	-
Títulos e fundos de renda fixa em moeda nacional	Mantidos até o vencimento	7.449	-	-	7.449
Títulos e fundos de renda fixa em moeda estrangeira	Disponível para venda	129.131	-	129.131	-
Instrumentos de proteção cambial e de juros	Mens. ao valor justo por meio do resultado	85.753	85.753	-	-
<b>Total</b>		<b>6.369.928</b>	<b>1.195.075</b>	<b>4.953.456</b>	<b>221.397</b>

**b) Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa**

A Sociedade e suas controladas avaliaram as perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa para as contas a receber de clientes, levando em consideração, no reconhecimento inicial do contrato, a expectativa de perdas para os próximos 12 meses e para a vida útil do contrato quando da deterioração ou melhora da qualidade de crédito dos clientes (vide nota explicativa nº 2.d).

## Notas Explicativas

*(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)*

### c) Instrumentos financeiros derivativos

A Sociedade e suas controladas não identificaram impactos decorrentes desta alteração mantendo a permanência da aplicação do IAS 39.

### (2) adoção do IFRS 15 (CPC 47) – Reconhecimento de receita de contrato com cliente

A Sociedade e suas controladas avaliaram todas as etapas para o reconhecimento de suas receitas de contratos com cliente e com base no seu diagnóstico não identificou impactos materiais de mensuração decorrentes da adoção desta norma (vide nota explicativa nº 2.a).

Em relação a apresentação na demonstração de resultados, a Sociedade e suas controladas avaliaram que algumas despesas, alocadas até 31 de dezembro de 2017 na rubrica com vendas e comerciais, devem ser apresentadas como redutoras de receita, substancialmente em relação à despesa com amortização de direitos de exclusividade com postos de serviços Ipiranga.

A Sociedade e suas controladas adotaram retrospectivamente os impactos dos IFRS 9 e 15.

## Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

O quadro a seguir sumariza os impactos na adoção dos IFRS 9 (CPC 48) e 15 (CPC 47), reclassificação e ajustes imateriais:

### Balanco patrimonial de 31 de dezembro de 2017

Ativo	Conforme divulgado	Adoção IFRS 9 (1)	Adoção IFRS 15 (2)	Reclassificação e ajustes	Após adoção IFRS 9 e 15
<b>Circulante</b>					
Caixa e equivalentes de caixa	5.002.004	-	-	-	5.002.004
Aplicações financeiras e instrumentos financeiros derivativos de proteção	1.283.498	-	-	-	1.283.498
Contas a receber de clientes e financiamentos a clientes, líquidas	4.337.118	(157.198)	-	(32.026)	4.147.894
Estoques, líquidos	3.491.879	-	-	21.698	3.513.577
Impostos a recuperar, líquidos	881.584	-	-	-	881.584
Dividendos a receber	11.137	-	-	-	11.137
Demais contas a receber	44.025	-	-	-	44.025
Despesas antecipadas, líquidas	150.046	-	-	-	150.046
Ativos de contratos com clientes - direitos de exclusividade, líquidos	-	-	456.213	-	456.213
<b>Total do ativo circulante</b>	<b>15.201.291</b>	<b>(157.198)</b>	<b>456.213</b>	<b>(10.328)</b>	<b>15.489.978</b>
<b>Não circulante</b>					
Aplicações financeiras e instrumentos financeiros derivativos de proteção	84.426	-	-	-	84.426
Contas a receber de clientes, líquidas	329.991	-	-	-	329.991
Sociedades relacionadas	490	-	-	-	490
Imposto de renda e contribuição social diferidos	545.611	53.447	12.150	2.853	614.061
Impostos a recuperar, líquidos	313.242	-	-	-	313.242
Depósitos judiciais	822.660	-	-	-	822.660
Ativo de indenização - combinação de negócios	202.352	-	-	-	202.352
Demais contas a receber	7.918	-	-	-	7.918
Despesas antecipadas, líquidas	346.886	-	-	-	346.886
Ativos de contratos com clientes - direitos de exclusividade, líquidos	-	-	1.046.147	-	1.046.147
<b>Total do ativo realizável a longo prazo</b>	<b>2.653.576</b>	<b>53.447</b>	<b>1.058.297</b>	<b>2.853</b>	<b>3.768.173</b>
<b>Investimentos em:</b>					
Empreendimentos controlados em conjunto	122.061	-	-	-	122.061
Coligadas	25.341	-	-	-	25.341
Outros	2.792	-	-	-	2.792
Imobilizado, líquido	6.607.788	-	-	26.740	6.634.528
Intangível, líquido	3.727.473	-	(1.538.095)	(26.740)	2.162.638
	10.485.455	-	(1.538.095)	-	8.947.360
<b>Total do ativo não circulante</b>	<b>13.139.031</b>	<b>53.447</b>	<b>(479.798)</b>	<b>2.853</b>	<b>12.715.533</b>
<b>Total do ativo</b>	<b>28.340.322</b>	<b>(103.751)</b>	<b>(23.585)</b>	<b>(7.475)</b>	<b>28.205.511</b>

## Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

### Balço patrimonial de 31 de dezembro de 2017

Passivo	Conforme divulgado	Adoção IFRS 9 (1)	Adoção IFRS 15 (2)	Reclassificação e ajustes	Após adoção IFRS 9 e 15
<b>Circulante</b>					
Empréstimos, financiamentos e instrumentos financeiros derivativos de proteção	1.819.766	-	-	-	1.819.766
Debêntures	1.681.199	-	-	-	1.681.199
Arrendamento mercantil financeiro	2.710	-	-	-	2.710
Fornecedores	2.155.498	-	-	-	2.155.498
Salários e encargos sociais	388.118	-	-	-	388.118
Obrigações tributárias	225.829	-	-	(4.300)	221.529
Dividendos propostos a pagar	338.845	-	-	-	338.845
Imposto de renda e contribuição social a pagar	86.836	-	-	-	86.836
Benefícios pós-emprego	30.059	-	-	-	30.059
Provisão para retirada de tanques	4.799	-	-	-	4.799
Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	64.550	-	-	-	64.550
Contas a pagar - indenização à clientes e terceiros	72.216	-	-	-	72.216
Demais contas a pagar	125.150	-	-	-	125.150
Receita diferida	18.413	-	-	-	18.413
<b>Total do passivo circulante</b>	<b>7.013.988</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(4.300)</b>	<b>7.009.688</b>
<b>Não circulante</b>					
Empréstimos, financiamentos e instrumentos financeiros derivativos de proteção	6.113.545	-	-	-	6.113.545
Debêntures	3.927.569	-	-	-	3.927.569
Arrendamento mercantil financeiro	45.805	-	-	-	45.805
Sociedades relacionadas	4.185	-	-	-	4.185
Imposto de renda e contribuição social diferidos	38.524	-	-	-	38.524
Benefícios pós-emprego	207.464	-	-	-	207.464
Provisão para retirada de tanques	59.975	-	-	-	59.975
Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	861.246	-	-	-	861.246
Receita diferida	12.896	-	-	-	12.896
Bônus de subscrição - indenização	171.459	-	-	-	171.459
Demais contas a pagar	162.834	-	-	-	162.834
<b>Total do passivo não circulante</b>	<b>11.605.502</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>11.605.502</b>
<b>Patrimônio líquido</b>					
Capital social	5.171.752	-	-	-	5.171.752
Instrumento patrimonial outorgado	536	-	-	-	536
Reserva de capital	549.778	-	-	-	549.778
Ações em tesouraria	(482.260)	-	-	-	(482.260)
Reserva de reavaliação de controladas	4.930	-	-	-	4.930
Reservas de lucros	3.760.079	(103.468)	(23.585)	(3.175)	3.629.851
Ajustes de avaliação patrimonial	159.643	-	-	-	159.643
Ajustes acumulados de conversão	53.061	-	-	-	53.061
Dividendos adicionais aos dividendos mínimos obrigatórios	163.742	-	-	-	163.742
<b>Patrimônio líquido atribuível a:</b>					
Acionistas da Ultrapar	9.381.261	(103.468)	(23.585)	(3.175)	9.251.033
Acionistas não controladores de controladas	339.571	(283)	-	-	339.288
<b>Total do patrimônio líquido</b>	<b>9.720.832</b>	<b>(103.751)</b>	<b>(23.585)</b>	<b>(3.175)</b>	<b>9.590.321</b>
<b>Total do passivo e do patrimônio líquido</b>	<b>28.340.322</b>	<b>(103.751)</b>	<b>(23.585)</b>	<b>(7.475)</b>	<b>28.205.511</b>

## Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

### Demonstração do resultado findo em 31 de março de 2017

	Conforme divulgado	Adoção IFRS 9 (1)	Adoção IFRS 15 (2)	Reclassificação e ajustes	Após adoção IFRS 9 e 15
<b>Receita líquida de vendas e serviços</b>	18.727.888	-	(129.942)	(53.376)	18.544.570
Custos dos produtos vendidos e dos serviços prestados	(17.040.851)	-	-	53.376	(16.987.475)
<b>Lucro bruto</b>	1.687.037	-	(129.942)	-	1.557.095
<b>Receitas (despesas) operacionais</b>					
Com vendas e comerciais	(703.339)	(24.347)	130.536	-	(597.150)
Gerais e administrativas	(362.578)	-	-	-	(362.578)
Resultado na venda de bens	(6.353)	-	-	-	(6.353)
Outros resultados operacionais, líquidos	56.335	-	-	-	56.335
<b>Lucro operacional</b>	671.102	(24.347)	594	-	647.349
Receitas financeiras	164.361	-	-	-	164.361
Despesas financeiras	(285.536)	-	-	-	(285.536)
Resultado financeiro líquido	(121.175)	-	-	-	(121.175)
Equivalência patrimonial	6.428	-	-	-	6.428
<b>Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social</b>	556.355	(24.347)	594	-	532.602
<b>Imposto de renda e contribuição social</b>					
Corrente	(190.190)	-	-	-	(190.190)
Diferido	4.173	8.278	(157)	-	12.294
	(186.017)	8.278	(157)	-	(177.896)
<b>Lucro líquido do período</b>	370.338	(16.069)	437		354.706
Lucro atribuível a:					
Acionistas da Ultrapar	368.170	(16.069)	461	-	352.562
Acionistas não controladores de controladas	2.168	-	(24)	-	2.144
<b>Lucro líquido por ação do capital social (média ponderada do período) - R\$</b>					
Básico	0,6796				0,6508
Diluído	0,6747				0,6461

## Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

### Demonstrações dos fluxos de caixa findo em 31 de março de 2017

	Conforme divulgado	Adoção IFRS 9 (1)	Adoção IFRS 15 (2)	Reclassificação	Após adoção IFRS 9 e 15
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>					
Lucro líquido do período	370.338	(16.069)	437	-	354.706
<b>Ajustes para reconciliar o lucro líquido ao caixa gerado pelas atividades operacionais</b>					
Equivalência patrimonial	(6.428)	-	-	-	(6.428)
Amortização de ativos de contratos com clientes - direitos de exclusividade	-	-	128.218	-	128.218
Depreciações e amortizações	295.581	-	(130.537)	-	165.044
Créditos de PIS e COFINS sobre depreciação	3.233	-	-	-	3.233
Despesas com retirada de tanques	(525)	-	-	525	-
Juros, variações monetárias e cambiais	169.046	-	-	-	169.046
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(4.173)	(8.278)	157	-	(12.294)
Resultado na venda de bens	6.353	-	-	-	6.353
Perdas estimadas de crédito de liquidação duvidosa	-	-	-	15.109	15.109
Provisão para perda em estoques	-	-	-	2.533	2.533
Provisão para benefício pós-emprego	-	-	-	2.703	2.703
Demais provisões e ajustes	279	-	-	-	279
	<u>833.704</u>	<u>(24.347)</u>	<u>(1.725)</u>	<u>20.870</u>	<u>828.502</u>
<b>(Aumento) diminuição no ativo circulante</b>					
Contas a receber e financiamentos a clientes	(20.512)	24.347	(1.326)	(15.109)	(12.600)
Estoques	156.407	-	-	(2.533)	153.874
Ativos de contratos com clientes - direitos de exclusividade	-	-	(4.527)	-	(4.527)
Outros itens do ativo circulante	255.273	-	-	-	255.273
<b>Aumento (diminuição) no passivo circulante</b>					
Seguro e demais contas a pagar	64.380	-	-	(525)	63.855
Outros itens do passivo circulante	(407.685)	-	-	-	(407.685)
<b>(Aumento) diminuição no ativo não circulante</b>					
Ativos de contratos com clientes - direitos de exclusividade	-	-	5.853	-	5.853
Outros itens do ativo não circulante	(102.285)	-	-	-	(102.285)
<b>Aumento (diminuição) no passivo não circulante</b>					
Benefícios pós-emprego	3.355	-	-	(2.703)	652
Outros itens do passivo não circulante	(95.449)	-	-	-	(95.449)
Pagamentos de ativos de contratos com clientes - direitos de exclusividade	-	-	(146.038)	-	(146.038)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(285.017)	-	-	-	(285.017)
<b>Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais</b>	<u>402.171</u>	<u>-</u>	<u>(147.763)</u>	<u>-</u>	<u>254.408</u>
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimentos</b>					
Aquisição de intangível	(180.665)	-	147.763	-	(32.902)
Outros itens das atividades de investimentos	9.815	-	-	-	9.815
<b>Caixa líquido utilizado nas atividades de investimentos</b>	<u>(170.850)</u>	<u>-</u>	<u>147.763</u>	<u>-</u>	<u>(23.087)</u>
<b>Caixa líquido utilizado nas atividades de financiamentos</b>	<u>(948.159)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(948.159)</u>
<b>Variação cambial de caixa e equivalentes de caixa em moeda estrangeira</b>	15.356	-	-	-	15.356
<b>Diminuição em caixa e equivalentes de caixa</b>	<u>(701.482)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(701.482)</u>
<b>Caixa e equivalentes de caixa no início do período</b>	4.274.158	-	-	-	4.274.158
<b>Caixa e equivalentes de caixa no fim do período</b>	3.572.676	-	-	-	3.572.676

## Notas Explicativas

*(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)*

As seguintes normas, emendas às normas e interpretações aos IFRS emitidos pelo IASB ainda não entraram em vigor em 31 de março de 2018:

	<b>CPC</b>	
	<b><u>correspondente</u></b>	<b><u>Vigente em</u></b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>Arrendamento mercantil – IFRS 16: requer que os arrendatários contabilizem nas demonstrações financeiras, um passivo refletindo futuros pagamentos de um arrendamento e um direito de uso de um ativo para os contratos de arrendamento, com exceção de certos arrendamentos de curto prazo e contratos de ativos de valor baixo. Os critérios de reconhecimento e mensuração dos arrendamentos nas demonstrações financeiras dos arrendadores ficam substancialmente mantidos.</li> </ul>	06 (R2)	2019

A Sociedade e suas controladas estão quantificando os potenciais efeitos desse pronunciamento e espera-se impacto relevante no reconhecimento do direito de uso e dívida referente a contratos de arrendamento mercantil relacionados aos imóveis dos postos de serviços, farmácias e pontos de venda devido ao número de contratos de arrendamento mercantil operacional das controladas (vide nota explicativa nº 34.c).

### ***z. Autorização para a emissão das informações trimestrais***

A autorização para a emissão destas informações trimestrais foi dada pelo Conselho de Administração da Sociedade em 2 de maio de 2018.

## Notas Explicativas

*(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)*

### **3 Princípios de consolidação, participações societárias e aquisições**

#### **a) Princípios de consolidação**

Na elaboração das informações trimestrais consolidadas foram eliminadas as participações de uma sociedade em outra, os saldos das contas ativas e passivas, as transações de receitas, custos e despesas, bem como os efeitos decorrentes das operações realizadas entre as sociedades. A participação dos acionistas não controladores das controladas é apresentada como parte do patrimônio líquido e lucro líquido consolidados.

A consolidação de uma controlada se inicia quando a Sociedade obtém o controle direto ou indireto de uma companhia e se encerra quando deixa de ter este controle. As receitas e despesas de uma controlada adquirida estão incluídas na demonstração de resultado e do resultado abrangente consolidado, a partir da data que a Sociedade obtém o seu controle. As receitas e despesas de uma controlada que sua controladora deixa de ter o controle estão incluídas na demonstração do resultado e do resultado abrangente consolidado até a data que ocorre a perda de controle.

Quando necessário são efetuados ajustes às informações trimestrais das controladas para adequação das mesmas às práticas contábeis da Sociedade.

## Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

### b) Participações societárias

As informações trimestrais consolidadas incluem as controladas diretas e indiretas, compreendendo:

	Localidade	Segmento	% participação no capital social			
			31/03/2018		31/12/2017	
			Controle		Controle	
			Direto	Indireto	Direto	Indireto
Ipiranga Produtos de Petróleo S.A.	Brasil	Ipiranga	100	-	100	-
am/pm Comestíveis Ltda.	Brasil	Ipiranga	-	100	-	100
Centro de Conveniências Millennium Ltda.	Brasil	Ipiranga	-	100	-	100
Icorban - Correspondente Bancário Ltda.	Brasil	Ipiranga	-	100	-	100
	Ilhas Virgens					
Ipiranga Trading Limited	Britânicas	Ipiranga	-	100	-	100
Tropical Transportes Ipiranga Ltda.	Brasil	Ipiranga	-	100	-	100
Ipiranga Imobiliária Ltda.	Brasil	Ipiranga	-	100	-	100
Ipiranga Logística Ltda.	Brasil	Ipiranga	-	100	-	100
Oil Trading Importadora e Exportadora Ltda.	Brasil	Ipiranga	-	100	-	100
Chevron Brasil Lubrificantes S.A. (nota explicativa nº 3.c)	Brasil	Ipiranga	-	56	-	56
Ipiranga Lubrificantes S.A. (nota explicativa nº 3.c)	Brasil	Ipiranga	-	100	-	100
Integra Frotas Ltda.	Brasil	Ipiranga	-	100	-	100
Companhia Ultragaz S.A.	Brasil	Ultragaz	-	99	-	99
Ultragaz Comercial Ltda.	Brasil	Ultragaz	-	100	-	100
Bahiana Distribuidora de Gás Ltda.	Brasil	Ultragaz	-	100	-	100
Utingás Armazenadora S.A.	Brasil	Ultragaz	-	57	-	57
LPG International Inc.	Ilhas Cayman	Ultragaz	-	100	-	100
Imaven Imóveis Ltda.	Brasil	Outros	-	100	-	100
Imifarma Produtos Farmacêuticos e Cosméticos S.A.	Brasil	Extrafarma	-	100	-	100
Oxiten S.A. Indústria e Comércio	Brasil	Oxiten	100	-	100	-
Oxiten Nordeste S.A. Indústria e Comércio	Brasil	Oxiten	-	99	-	99
Oxiten Argentina Sociedad de Responsabilidad Ltda.	Argentina	Oxiten	-	100	-	100
Oleoquímica Indústria e Comércio de Produtos Químicos Ltda.	Brasil	Oxiten	-	100	-	100
Oxiten Uruguay S.A.	Uruguai	Oxiten	-	100	-	100
Oxiten México S.A. de C.V.	México	Oxiten	-	100	-	100
Oxiten Servicios Corporativos S.A. de C.V.	México	Oxiten	-	100	-	100
Oxiten Servicios Industriales S.A. de C.V.	México	Oxiten	-	100	-	100
Oxiten USA LLC	Estados Unidos	Oxiten	-	100	-	100
	Ilhas Virgens					
Global Petroleum Products Trading Corp.	Britânicas	Oxiten	-	100	-	100
Oxiten Andina, C.A.	Venezuela	Oxiten	-	100	-	100
Oxiten Europe SPRL	Bélgica	Oxiten	-	100	-	100
Oxiten Colombia S.A.S	Colômbia	Oxiten	-	100	-	100
Oxiten Shanghai LTD.	China	Oxiten	-	100	-	100
Empresa Carioca de Produtos Químicos S.A.	Brasil	Oxiten	-	100	-	100
Ultracargo - Operações Logísticas e Participações Ltda.	Brasil	Ultracargo	100	-	100	-
Terminal Químico de Aratu S.A. – Tequimar	Brasil	Ultracargo	-	99	-	99
TEAS – Terminal Exportador de Álcool de Santos Ltda. (nota explicativa nº 3.d)	Brasil	Ultracargo	-	100	-	-
Ultrapar International S.A.	Luxemburgo	Outros	100	-	100	-
SERMA - Ass. dos usuários equip. proc. de dados	Brasil	Outros	-	100	-	100

Os percentuais da tabela acima estão arredondados.

## Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

### c) Associação com Chevron Brasil Lubrificantes S.A.

Em 4 de agosto de 2016, a Sociedade, por meio da sua controlada Ipiranga Produtos de Petróleo S.A. (“IPP”), firmou acordo de associação com a Chevron Brasil Lubrificantes Ltda. (“Chevron”) para criar uma nova empresa no mercado de lubrificantes. A associação é formada pelas operações de lubrificantes da Ipiranga e da Chevron no Brasil. Em fevereiro de 2017, esta transação foi aprovada sem restrições por meio de parecer emitido pela Superintendência Geral (“SG”) do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (“CADE”) e publicada no Diário Oficial da União. Em 1º de dezembro de 2017, a associação foi consumada, através do aporte da controlada Ipiranga Lubrificantes S.A. (“IpiLubs”) na Chevron Brasil Lubrificantes S.A. (“CBLSA”) e consequente obtenção de controle pelo ingresso da IPP como acionista da CBLSA. A IPP e a Chevron detêm 56% e 44%, respectivamente, do capital da CBLSA.

A Sociedade está apurando o balanço na data da aquisição, o valor justo dos ativos e passivos e, conseqüentemente, o ágio. A alocação do preço de compra (*purchase price allocation*) será concluída em 2018. No processo de identificação de ativos e passivos também serão considerados ativos intangíveis que não estavam reconhecidos nos livros da entidade adquirida. A Sociedade, com ajuda de uma empresa especializada em avaliações, estimou os valores provisórios para alocação do preço de compra e apurou o ágio provisório no montante de R\$ 123.673. O ágio provisório por expectativa de rentabilidade futura está fundamentado pela sinergia entre as operações de lubrificantes da CBLSA e a IpiLubs.

O quadro a seguir resume os saldos provisórios dos ativos adquiridos e passivos assumidos na data da aquisição (1º de dezembro de 2017), sujeitos a ajuste para alocação do preço de compra e apuração do ágio:

<b><u>Ativo circulante</u></b>		<b><u>Passivo circulante</u></b>	
Caixa e equivalentes de caixa	73.316	Fornecedores	33.453
Contas a receber	157.016	Salários e encargos sociais	18.251
Estoques	112.998	Obrigações tributárias	20.089
Impostos a recuperar	5.595	Demais contas a pagar	28.743
Demais contas a receber	15.497		<u>100.536</u>
	<u>364.422</u>		
<b><u>Ativo não circulante</u></b>		<b><u>Passivo não circulante</u></b>	
Sociedades relacionadas	7.077	Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	202.352
Ativo de indenização	202.352	Imposto de renda e contribuição social diferidos	3.300
Depósitos judiciais	4.095	Benefícios pós-emprego	44.478
Demais contas a receber	5.257		<u>250.130</u>
Imobilizado	172.526		
Intangível	9.944		
	<u>401.251</u>		
Total dos ativos adquiridos	<u>765.673</u>	Total dos passivos assumidos	<u>350.666</u>
Ágio provisório por expectativa de rentabilidade futura	123.673	Participação de acionistas não controladores	182.603
Total dos ativos adquiridos e do ágio	<u>889.346</u>	Valor provisório da aquisição	356.077

## Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

Está demonstrado a seguir o cálculo do ágio provisório por expectativa de rentabilidade futura:

Valor provisório da aquisição	356.077
Total dos ativos adquiridos	(765.673)
Total dos passivos assumidos	350.666
Participação de acionistas não controladores	<u>182.603</u>
Ágio provisório por expectativa de rentabilidade futura (vide nota explicativa nº 14.i)	<u><u>123.673</u></u>

### d) Aquisição do TEAS Terminal Exportador de Álcool de Santos Ltda.

Em 30 de janeiro de 2018, a Sociedade por meio da controlada Terminal Químico de Aratu S.A. – Tequimar (“Tequimar”), assinou contrato de compra e venda de quotas e outras avenças para a aquisição da totalidade das quotas do TEAS Terminal Exportador de Álcool de Santos Ltda. (“TEAS”), de propriedade da Raízen Energia S.A. e Raízen Araraquara Açúcar e Álcool Ltda., que já vem sendo operado pela controlada Tequimar no Porto de Santos. O valor da aquisição foi R\$ 102.880, sujeito a ajuste de capital de giro e endividamento líquido. Em 14 de fevereiro de 2018, esta transação foi aprovada sem restrições por meio de parecer emitido pela SG do CADE. Em 2 de março de 2018, o CADE emitiu um certificado trânsito em julgado, atestando a aprovação da operação. Em 29 de março de 2018, a aquisição foi concluída por meio do fechamento da operação.

O quadro a seguir resume os saldos provisórios dos ativos adquiridos e passivos assumidos na data da aquisição (29 de março de 2018), sujeitos a ajuste para alocação do preço de compra e apuração do ágio:

<u>Ativo circulante</u>		<u>Passivo circulante</u>	
Caixa e equivalentes de caixa	3.662	Fornecedores	<u>14</u>
Impostos a recuperar	3.830		<u>14</u>
Demais contas a receber	<u>15.524</u>		
	23.016		
 <u>Ativo não circulante</u>			
Imposto de renda e contribuição social diferidos	1.054		
Depósitos judiciais	72		
Imobilizado	<u>75.872</u>		
	76.998		
 Total dos ativos adquiridos	 <u>100.014</u>	 Total dos passivos assumidos	 <u>14</u>
 Ágio provisório por expectativa de rentabilidade futura	 6.240		
 Total dos ativos adquiridos e do ágio	 <u>106.254</u>	 Valor provisório da aquisição	 106.240

## Notas Explicativas

*(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)*

Está demonstrado a seguir o cálculo do ágio provisório por expectativa de rentabilidade futura:

Valor provisório da aquisição	106.240
Total dos ativos adquiridos	(100.014)
Total dos passivos assumidos	<u>14</u>
Ágio provisório por expectativa de rentabilidade futura (vide nota explicativa nº 14.i)	<u>6.240</u>

Para maiores detalhes sobre os ativos imobilizados adquiridos, vide a notas explicativa nº 13.

### e) Aquisição não efetivada

Em 17 de novembro de 2016, a Sociedade por meio da controlada Companhia Ultragaz S.A. (“Cia. Ultragaz”) assinou contrato de compra e venda para a aquisição da totalidade das ações de emissão da Liquigás Distribuidora S.A. (“Liquigás”). O valor da transação totaliza R\$ 2.665 milhões e será corrigido pelo Certificado de Depósito Interbancário (“CDI”), entre as datas de assinatura e de fechamento da operação. O valor ainda estará sujeito a ajustes em razão das variações de capital de giro e da posição da dívida líquida da Liquigás entre 31 de dezembro de 2015 e a data de fechamento da transação. Em 23 de janeiro de 2017, a Assembleia Geral Extraordinária (“AGE”) da Ultrapar aprovou a transação. A consumação da operação estava sujeita a determinadas condições suspensivas usuais em negócios dessa natureza, principalmente a aprovação do CADE. Em 28 de fevereiro de 2018, o Tribunal do CADE apreciou a transação e, a despeito de todos os esforços feitos pelas requerentes durante toda a tramitação da análise do processo e as negociações realizadas com o Tribunal, decidiram rejeitar a transação com a maioria dos votos. Devido ao não cumprimento de uma das condições precedentes à consumação da transação, a Cia. Ultragaz pagou uma multa de R\$ 286.160 em benefício da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras (“Petrobras”) em 9 de março de 2018 (vide nota explicativa nº 29).

## Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

### 4 Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras

Os equivalentes de caixa e aplicações financeiras, exceto caixa e bancos, estão representados, substancialmente, por recursos aplicados: (i) no Brasil, em títulos privados de instituições de primeira linha vinculados ao CDI, operações compromissadas e em fundos de investimentos de curto prazo, de carteira composta exclusivamente por títulos públicos federais do governo brasileiro; (ii) no exterior, em títulos privados de instituições de primeira linha e em fundos de investimento de curto prazo, de carteira composta por títulos públicos federais; e (iii) em instrumentos de proteção cambial e de juros.

Os ativos financeiros foram classificados na nota explicativa nº 33 conforme o modelo de gerenciamento de ativos financeiros da Sociedade e suas controladas.

Os saldos de caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras (consolidado) totalizaram R\$ 6.239.262 em 31 de março de 2018 (R\$ 6.369.928 em 31 de dezembro de 2017) e estão distribuídos conforme abaixo:

- **Caixa e equivalentes de caixa**

São considerados caixa e equivalentes de caixa: (i) os saldos das contas de caixa e bancos, e (ii) aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2018	31/12/2017	31/03/2018	31/12/2017
Caixa e bancos				
Em moeda nacional	301	143	101.897	73.128
Em moeda estrangeira	-	-	119.061	74.798
Aplicações financeiras consideradas equivalentes de caixa				
Em moeda nacional				
Títulos de renda fixa	681.100	93.031	4.386.481	4.821.605
Em moeda estrangeira				
Títulos de renda fixa	-	-	60.190	32.473
Total de caixa e equivalentes de caixa	<u>681.401</u>	<u>93.174</u>	<u>4.667.629</u>	<u>5.002.004</u>

## Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

- **Aplicações financeiras**

As aplicações financeiras da Sociedade e suas controladas, que não são classificadas como caixa e equivalentes de caixa, estão distribuídas conforme abaixo:

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>31/03/2018</b>	<b>31/12/2017</b>	<b>31/03/2018</b>	<b>31/12/2017</b>
Aplicações financeiras				
Em moeda nacional				
Títulos e fundos de renda fixa	301.172	21.657	1.202.174	1.153.040
Em moeda estrangeira				
Títulos e fundos de renda fixa	-	-	219.991	129.131
Resultado de instrumentos de proteção cambial e de juros (a)	-	-	149.468	85.753
<b>Total de aplicações financeiras</b>	<b>301.172</b>	<b>21.657</b>	<b>1.571.633</b>	<b>1.367.924</b>
Circulante	301.172	21.657	1.482.010	1.283.498
Não circulante	-	-	89.623	84.426

(a) Ganhos acumulados, líquidos de imposto de renda (vide nota explicativa nº 33).

## Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

### 5 Contas a receber e financiamentos a clientes (Consolidado)

A composição das contas a receber e financiamentos a clientes é demonstrada conforme a seguir:

	<u>31/03/2018</u>	<u>31/12/2017</u> <u>Reapresentado</u>
Cientes nacionais	4.235.950	4.025.726
Financiamentos a clientes – Ipiranga (i)	725.930	675.236
Cientes estrangeiros	217.701	229.701
( - ) Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa	<u>(480.752)</u>	<u>(452.778)</u>
	<u>4.698.829</u>	<u>4.477.885</u>
Circulante	4.351.254	4.147.894
Não circulante	347.575	329.991

(i) Financiamentos a clientes são concedidos para reforma e modernização de postos, aquisição de produtos e desenvolvimento do mercado de distribuição de combustíveis e lubrificantes.

A composição dos saldos de contas a receber de clientes, bruto de perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa é demonstrada abaixo:

	<b>Total</b>	<u>Vencidos</u>					
		<u>A vencer</u>	<u>&lt; 30 dias</u>	<u>31 a 60 dias</u>	<u>61 a 90 dias</u>	<u>91 a 180 dias</u>	<u>&gt; 180 dias</u>
<b>31/03/2018</b>	5.179.581	4.285.880	141.441	70.118	61.940	97.394	522.808
<b>31/12/2017</b>	4.930.663	4.070.523	200.939	46.491	48.197	87.812	476.701

A movimentação da provisão de perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa é assim demonstrada:

Saldo em 31 de dezembro de 2017	295.580
Adoção do IFRS 15	157.198
Saldo em 31 de dezembro de 2017 - reapresentado	<u>452.778</u>
Adições	30.996
Baixas	<u>(3.022)</u>
Saldo em 31 de março de 2018	<u>480.752</u>

Para maiores informações sobre as perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa vide nota explicativa nº 33 – Risco de crédito de clientes.

**Notas Explicativas**

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

**6 Estoques (Consolidado)**

A composição dos estoques é demonstrada conforme a seguir:

	<b>31/03/2018</b>			<b>31/12/2017</b> <b>Reapresentado</b>		
	<b>Custo</b>	<b>Provisão para perdas</b>	<b>Saldo líquido</b>	<b>Custo</b>	<b>Provisão para perdas</b>	<b>Saldo líquido</b>
Combustíveis, lubrificantes e graxas	1.493.179	(3.117)	1.490.062	1.626.449	(3.074)	1.623.375
Produtos acabados	524.835	(22.084)	502.751	500.223	(18.495)	481.728
Produtos em elaboração	2.704	-	2.704	1.637	-	1.637
Matérias-primas	404.872	(1.288)	403.584	492.029	(1.835)	490.194
Gás liquefeito de petróleo - GLP	83.217	(5.761)	77.456	102.748	(5.761)	96.987
Materiais de consumo e outros itens para revenda	140.860	(3.406)	137.454	160.024	(5.380)	154.644
Medicamentos, produtos de higiene, beleza e cosméticos	484.585	(2.532)	482.053	417.726	(2.447)	415.279
Compra para entrega futura <sup>(1)</sup>	215.126	-	215.126	222.808	-	222.808
Imóveis para revenda	27.032	(107)	26.925	27.032	(107)	26.925
	<u>3.376.410</u>	<u>(38.295)</u>	<u>3.338.115</u>	<u>3.550.676</u>	<u>(37.099)</u>	<u>3.513.577</u>

<sup>(1)</sup> Refere-se substancialmente a etanol e biodiesel e adiantamento de combustíveis.

A movimentação da provisão para perdas em estoques é assim demonstrada:

Saldo em 31 de dezembro de 2017	37.099
Adição de provisão para ajuste ao valor de realização	4.571
Reversão de provisão para obsolescência e outras perdas	(3.375)
Saldo em 31 de março de 2018	<u>38.295</u>

A composição da provisão para perdas em estoques é demonstrada abaixo:

	<b>31/03/2018</b>	<b>31/12/2017</b>
Ajuste ao valor de realização	24.388	19.817
Obsolescência e outras perdas	<u>13.907</u>	<u>17.282</u>
Total	<u>38.295</u>	<u>37.099</u>

## Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

### 7 Impostos a recuperar

Estão representados, substancialmente, por saldos credores do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS, da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS, do Programa de Integração Social - PIS e do IRPJ e da CSLL.

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2018	31/12/2017	31/03/2018	31/12/2017
ICMS	-	-	611.164	580.630
Provisão para perdas de ICMS <sup>(1)</sup>	-	-	(73.104)	(72.076)
PIS e COFINS	-	-	306.865	348.333
IRPJ e CSLL	83.958	81.755	334.423	295.172
Imposto sobre Valor Adicionado - IVA das controladas no exterior	-	-	32.148	27.180
Outros	-	-	13.050	15.587
<b>Total</b>	<b>83.958</b>	<b>81.755</b>	<b>1.224.546</b>	<b>1.194.826</b>
Circulante	35.273	33.070	899.053	881.584
Não circulante	48.685	48.685	325.493	313.242

<sup>(1)</sup> A provisão para perdas de ICMS refere-se aos saldos credores que as controladas estimam não poder compensar futuramente e sua movimentação é assim demonstrada:

Saldo em 31 de dezembro de 2017	72.076
Adições, baixas por recebimento e reversões, líquidas	1.028
Saldo em 31 de março de 2018	<u>73.104</u>

## Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

### 8 Partes relacionadas

#### a. Sociedades relacionadas

- Controladora

	<u>Ativo</u>	<u>Passivo</u>	<u>Resultado financeiro<sup>(1)</sup></u>
	<u>Debêntures <sup>(1)</sup></u>	<u>Contas a pagar</u>	
Ipiranga Produtos de Petróleo S.A.	774.850	-	14.009
Imifarma Produtos Farmacêuticos e Cosméticos S.A.	-	5.757	-
Total em 31 de março de 2018	<u>774.850</u>	<u>5.757</u>	<u>14.009</u>

	<u>Ativo</u>	<u>Passivo</u>		<u>Resultado financeiro<sup>(1)</sup></u>
	<u>Debêntures <sup>(1)</sup></u>	<u>Demais contas a pagar <sup>(2)</sup></u>	<u>Contas a pagar</u>	
Ipiranga Produtos de Petróleo S.A.	762.562	-	-	27.208
Imifarma Produtos Farmacêuticos e Cosméticos S.A.	-	-	4.003	-
Oxiteno S.A. Indústria e Comércio	-	3.086	-	-
Companhia Ultragaz S.A.	-	1.585	-	-
Terminal Químico de Aratu S.A. - Tequimar	-	2.768	-	-
Total em 31 de dezembro de 2017	<u>762.562</u>	<u>7.439</u>	<u>4.003</u>	
Total em 31 de março de 2017				<u>27.208</u>

<sup>(1)</sup> Em março de 2016, a controlada IPP efetuou sua segunda emissão privada de debêntures, em série única de 75 debêntures simples ao valor nominal de R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de Reais) cada, não conversíveis em ações, de espécie quirografária, sendo que sua totalidade foi subscrita pela Ultrapar com vencimento final em 31 de março de 2021 e remuneração semestral vinculada ao CDI.

<sup>(2)</sup> Refere-se ao Plano de ações (vide nota explicativa nº 8.c).

## Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

### • Consolidado

Os saldos e as transações entre a Sociedade e suas controladas foram eliminados na consolidação e não são divulgados nesta nota explicativa. Os saldos e as transações entre a Sociedade e suas controladas com outras partes relacionadas são divulgados abaixo:

	<u>Mútuos</u>		<u>Operações comerciais</u>	
	<u>Ativo</u>	<u>Passivo</u>	<u>A receber <sup>(1)</sup></u>	<u>A pagar <sup>(1)</sup></u>
Oxicap Indústria de Gases Ltda.	-	-	-	4.305
Química da Bahia Indústria e Comércio S.A.	-	2.946	-	-
ConectCar Soluções de Mobilidade Eletrônica S.A.	-	-	4.457	213
Refinaria de Petróleo Riograndense S.A.	-	-	-	15.123
Outros	490	1.230	-	-
Total em 31 de março de 2018	<u>490</u>	<u>4.176</u>	<u>4.457</u>	<u>19.641</u>

	<u>Mútuos</u>		<u>Operações comerciais</u>	
	<u>Ativo</u>	<u>Passivo</u>	<u>A receber <sup>(1)</sup></u>	<u>A pagar <sup>(1)</sup></u>
Oxicap Indústria de Gases Ltda.	-	-	-	1.489
Química da Bahia Indústria e Comércio S.A.	-	2.946	-	-
ConectCar Soluções de Mobilidade Eletrônica S.A.	-	-	1.067	31
Refinaria de Petróleo Riograndense S.A.	-	-	-	22.199
Outros	490	1.239	-	-
Total em 31 de dezembro de 2017	<u>490</u>	<u>4.185</u>	<u>1.067</u>	<u>23.719</u>

<sup>(1)</sup> Incluídas nas rubricas de “contas a receber de clientes” e “fornecedores”, respectivamente.

	<u>Operações comerciais</u>	
	<u>Vendas e serviços prestados</u>	<u>Compras</u>
Oxicap Indústria de Gases Ltda.	2	4.305
Refinaria de Petróleo Riograndense S.A.	-	251.851
ConectCar Soluções de Mobilidade Eletrônica S.A.	1.431	720
Total em 31 de março de 2018	<u>1.433</u>	<u>256.876</u>

	<u>Operações comerciais</u>	
	<u>Vendas e serviços prestados</u>	<u>Compras</u>
Oxicap Indústria de Gases Ltda.	2	4.026
Refinaria de Petróleo Riograndense S.A.	-	174.142
ConectCar Soluções de Mobilidade Eletrônica S.A.	567	729
Total em 31 de março de 2017	<u>569</u>	<u>178.897</u>

## Notas Explicativas

*(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)*

As operações comerciais de compra e venda referem-se, substancialmente, à aquisição de matéria-prima, insumos e serviços de transporte e armazenagem, efetuada com base em preços e condições usuais de mercado, considerando fornecedores e clientes com igual capacidade operacional. As operações da ConectCar Soluções de Mobilidade Eletrônica S.A. (“ConectCar”) acima referem-se à serviços prestados. Os mútuos contratados possuem prazos indeterminados e não contêm cláusulas de remuneração. Na avaliação da administração da Sociedade e suas controladas, as operações comerciais com partes relacionadas não apresentam risco de liquidação, razão pela qual não apresentam provisão para créditos de liquidação duvidosa, nem são objeto de prestação de garantias. As garantias prestadas pela Sociedade em financiamentos de controladas e coligadas estão mencionadas na nota explicativa nº 15.k). Os contratos de mútuos são realizados em função de necessidades ou sobras temporárias de caixa da Sociedade, de controladas e de coligadas.

### b. Pessoal-chave da administração (Consolidado)

A estratégia de remuneração para o pessoal-chave da administração combina elementos de curto e longo prazo seguindo os princípios de alinhamento de interesses e manutenção de uma remuneração competitiva, visando reter os executivos e remunerá-los adequadamente conforme as responsabilidades atribuídas e o valor criado para a Sociedade e seus acionistas.

A remuneração de curto prazo é composta de: a) remuneração fixa mensal paga com o objetivo de remunerar a experiência de cada profissional e a responsabilidade e complexidade inerentes ao cargo incluindo salários e plano de benefícios composto de plano de saúde, check-up médico, seguro de vida, entre outros; b) remuneração variável anual paga com o objetivo de alinhar os interesses dos executivos aos da Sociedade, atrelada: (i) ao desempenho dos negócios, medido através da métrica de criação de valor econômico, e (ii) ao atingimento de metas individuais anuais estabelecidas com base no planejamento estratégico e focadas em projetos de expansão e excelência operacional, desenvolvimento de pessoas e posicionamento de mercado, entre outros. Em adição, o diretor-presidente em exercício até 2 de outubro de 2017 era beneficiário de plano de remuneração variável de longo prazo, que tinha como objetivo o alinhamento de interesses de longo prazo, que foi rescindido com a sucessão do diretor-presidente anunciada pela Sociedade em junho de 2017. Maiores detalhes sobre remuneração em ações estão descritos na nota explicativa nº 8.c) e sobre benefícios pós-emprego na nota explicativa nº 19.b).

A Sociedade e suas controladas contabilizaram despesa com remuneração de seu pessoal-chave (conselheiros de administração e diretores estatutários da Sociedade), conforme demonstrado abaixo:

	31/03/2018	31/03/2017
Remuneração de curto prazo	10.588	10.770
Remuneração em ações	1.558	1.373
Benefício pós-emprego	547	807
Remuneração de longo prazo	-	1.123
	<hr/>	<hr/>
Total	<u>12.693</u>	<u>14.073</u>

## Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

### c. Plano de ações (Consolidado)

A Ultrapar adota, desde 2003, um plano de ações em que o executivo detém o usufruto de ações mantidas em tesouraria, período após o qual ocorre a efetiva transferência da propriedade das ações, em períodos de 5 a 7 anos, condicionada à não-interrupção do vínculo entre o executivo e a Sociedade e/ou suas controladas. O volume de ações e os executivos beneficiados são determinados pelo Conselho de Administração, não havendo obrigatoriedade de outorga anual. O número total de ações a serem utilizadas no plano está sujeito à existência de tais ações em tesouraria. O Conselho de Administração da Ultrapar não possui plano de ações. Os valores das concessões foram determinados na data de outorga, com base no valor de mercado dessas ações na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (“B3”) e estão sendo amortizados pelo prazo de cinco a sete anos a partir da concessão.

O quadro a seguir apresenta um resumo das ações outorgadas aos administradores da Sociedade e suas controladas:

Data da outorga	Saldo de ações restritas outorgadas	Prazo para transferência da nua-propriedade das ações	Valor de mercado das ações na data da outorga (em R\$)	Custos totais das outorgas, incluindo impostos	Custos reconhecidos acumulados das outorgas	Custos não reconhecidos das outorgas
13 de março de 2017	100.000	2022 a 2024	67,99	9.378	(1.725)	7.653
4 de março de 2016	190.000	2021 a 2023	65,43	17.147	(6.067)	11.080
9 de dezembro de 2014	570.000	2019 a 2021	50,64	39.814	(22.540)	17.274
5 de março de 2014	83.400	2019 a 2021	52,15	5.999	(4.160)	1.839
7 de novembro de 2012	199.998	2017 a 2019	42,90	18.309	(16.395)	1.914
14 de dezembro de 2011	40.000	2016 a 2018	31,85	5.272	(5.104)	168
	<u>1.183.398</u>			<u>95.919</u>	<u>(55.991)</u>	<u>39.928</u>

No período de três meses findo em 31 de março de 2018, a amortização de R\$ 3.591 (R\$ 4.508 no período de três meses findo em 31 de março de 2017) foi registrada como despesa geral e administrativa.

Adicionalmente, os acionistas da Ultrapar aprovaram, em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária (“AGOE”) realizada em 19 de abril de 2017, novo plano de incentivo baseado em ações (“Plano”), que estabelece os termos e condições gerais para a concessão de ações ordinárias de emissão da Sociedade mantidas em tesouraria, podendo ou não envolver a outorga de usufruto de parte destas ações para posterior transferência da nua-propriedade, com períodos de 3 a 6 anos, a diretores ou empregados da Sociedade ou de controladas. As informações contidas nesse plano de remuneração refletem ambos os planos.

Poderão ser entregues aos Participantes, em decorrência do Plano, ações ordinárias representativas de, no máximo, 1% do capital social da Sociedade, o que correspondia, na data da aprovação de referido Plano, a 5.564.051 ações ordinárias.

**Notas Explicativas**

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

O Conselho de Administração aprovou a criação do 1º Programa de ações restritas e do 1º Programa de ações restritas e de performance, conforme abaixo:

<b>Programa</b>	<b>Data da outorga</b>	<b>Saldo de ações restritas outorgadas</b>	<b>Prazo para transferência da propriedade das ações</b>	<b>Valor de mercado das ações na data da outorga (em R\$)</b>	<b>Custos totais das outorgas, incluindo impostos</b>	<b>Custos reconhecidos acumulados das outorgas</b>	<b>Custos não reconhecidos das outorgas</b>
Restritas	1 de outubro de 2017	120.000	2023	76,38	12.642	(1.054)	11.588
Restritas e Performance	8 de novembro de 2017	<u>46.270</u>	2020 a 2022	76,38	<u>5.901</u>	<u>(642)</u>	<u>5.259</u>
		<u>166.270</u>			<u>18.543</u>	<u>(1.696)</u>	<u>16.847</u>

No período de três meses findo em 31 de março de 2018 foi registrada uma despesa geral e administrativa de R\$ 912 em relação ao Plano.

## Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

### 9 Imposto de renda e contribuição social

#### a. Imposto de renda e contribuição social diferidos

A Sociedade e suas controladas reconhecem créditos e débitos tributários, os quais não estão sujeitos a prazos prescricionais, decorrentes de prejuízos fiscais, adições temporárias, bases negativas e reavaliação de ativo imobilizado, entre outros. Os créditos estão consubstanciados na continuidade da rentabilidade de suas operações. O IRPJ e CSLL diferidos estão apresentados pelas seguintes principais categorias:

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2018	31/12/2017	31/03/2018	31/12/2017 Reapresentado
Ativo - Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre:				
Provisões para perda de ativos	-	-	106.994	103.092
Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	-	-	145.468	145.767
Provisão para benefícios pós-emprego	-	-	83.132	81.199
Provisão para diferenças caixa vs. competência	-	-	31.698	40.755
Parcela referente ao ágio sobre investimentos	-	-	15.393	14.234
Combinação de negócios – base fiscal vs. base contábil do ágio	-	-	75.138	74.972
Provisão para retirada de tanques	-	-	17.974	19.111
Demais provisões	29.551	29.158	134.314	158.952
Prejuízos fiscais e base de cálculo negativa da contribuição social a compensar (9.d)	-	-	343.928	201.471
<b>Total</b>	<b>29.551</b>	<b>29.158</b>	<b>954.039</b>	<b>839.553</b>
Compensações de saldos passivos	(70)	-	(243.189)	(225.492)
Saldos líquidos apresentados no ativo	<b>29.481</b>	<b>29.158</b>	<b>710.850</b>	<b>614.061</b>
Passivo - Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre:				
Reavaliação de imobilizado	-	-	2.079	2.109
Arrendamento mercantil	-	-	3.363	3.361
Provisão para diferenças caixa vs. competência	-	-	47.314	44.440
Parcela referente ao ágio/deságio sobre investimentos	-	-	147.353	131.811
Combinação de negócios – mais valia de ativos	-	-	45.217	45.414
Diferenças temporárias de controladas no exterior	-	-	324	955
Demais provisões	70	-	35.365	35.926
<b>Total</b>	<b>70</b>	<b>-</b>	<b>281.015</b>	<b>264.016</b>
Compensações de saldos ativos	(70)	-	(243.189)	(225.492)
Saldos líquidos apresentados no passivo	-	-	<b>37.826</b>	<b>38.524</b>

**Notas Explicativas**

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

A movimentação do saldo líquido de IRPJ e CSLL diferidos está apresentada a seguir:

	<b>31/03/2018</b>	<b>31/03/2017 Reapresentado</b>
Saldo inicial	507.087	409.699
Adoção do IFRS 9 e 15	68.450	42.275
IRPJ e CSLL diferidos reconhecidos no resultado do exercício	92.531	12.294
IRPJ e CSLL diferidos reconhecidos em outros resultados abrangentes	3.510	(29.015)
IRPJ e CSLL diferidos reconhecidos em combinação de negócio (nota explicativa nº 3.d)	1.054	-
Outros	392	(476)
Saldo final	<u>673.024</u>	<u>434.777</u>

A estimativa de recuperação do ativo fiscal diferido de IRPJ e CSLL é assim demonstrada:

	<b>Controladora</b>	<b>Consolidado</b>
Até 1 ano	-	183.904
De 1 a 2 anos	9.851	121.283
De 2 a 3 anos	9.850	177.760
De 3 a 5 anos	9.850	115.873
De 5 a 7 anos	-	233.909
De 7 a 10 anos	-	121.310
Total do ativo fiscal diferido de IRPJ e CSLL	<u>29.551</u>	<u>954.039</u>

O estudo técnico sobre a projeção de lucros tributáveis da Extrafarma, para a realização de ativos fiscais diferidos, foi examinado pelo Conselho Fiscal em 20 de fevereiro de 2018 e aprovado pelo Conselho de Administração da Sociedade em 21 de fevereiro de 2018, levando-se em consideração a implementação das ações propostas pela administração da controlada, dentre elas, a reestruturação operacional e a expansão de lojas.

## Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

### b. Conciliação de imposto de renda e contribuição social no resultado

Os encargos de IRPJ e CSLL são conciliados com as alíquotas oficiais como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2018	31/03/2017	31/03/2018	31/03/2017 Reapresentado
Lucro (prejuízo) antes da tributação e equivalência patrimonial	(868)	(6.210)	105.364	526.174
Alíquotas oficiais de imposto - %	34	34	34	34
Encargos de imposto de renda e contribuição social às alíquotas oficiais	295	2.111	(35.824)	(178.899)
Ajustes dos encargos à taxa efetiva:				
Despesas indedutíveis (i)	(79)	(27)	(17.829)	(12.704)
Receitas não tributáveis (ii)	11	-	3.596	1.244
Ajuste do lucro presumido (iii)	-	-	2.655	3.211
Demais ajustes	6	7	1.398	1.725
Imposto de renda e contribuição social antes dos incentivos fiscais	233	2.091	(46.004)	(185.423)
Incentivos fiscais – SUDENE	-	-	16.472	7.527
Imposto de renda e contribuição social na demonstração do resultado	233	2.091	(29.532)	(177.896)
Corrente	(89)	(1.121)	(122.063)	(190.190)
Diferido	322	3.212	92.531	12.294
Alíquota efetiva de IRPJ e CSLL - %	26,8	33,7	28,0	33,8

- (i) Trata-se de dispêndios que não podem ser deduzidos para efeitos fiscais, nos termos da legislação tributária aplicável, tais como despesas com multas, doações, brindes, perdas de ativos, resultados negativos em controladas no exterior e certas provisões;
- (ii) Consistem em certos ganhos e rendimentos que não são tributáveis nos termos da legislação fiscal aplicável, como o reembolso de impostos e a reversão de certas provisões; e
- (iii) A legislação tributária brasileira prevê um método alternativo de tributação para as empresas que auferiram receita bruta de até R\$ 78 milhões em seu ano fiscal anterior, denominado lucro presumido. Algumas controladas da Sociedade adotaram essa forma alternativa de tributação, segundo a qual o IRPJ e CSLL foram calculados sobre uma base igual a 32% das receitas da operação, em vez de ser calculado com base no lucro real efetivo dessas controladas. O ajuste do lucro presumido representa a diferença entre a tributação sob esse método alternativo e o que teria sido devido com base na alíquota oficial aplicada ao lucro real dessas controladas.

## Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

### c. Incentivos fiscais - SUDENE

As seguintes sociedades controladas gozam de isenção parcial de IRPJ, em virtude do programa do governo para o desenvolvimento do nordeste brasileiro operado pela Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (“SUDENE”):

<u>Controlada</u>	<u>Unidades</u>	<u>Incentivo - %</u>	<u>Término</u>
Bahiana Distribuidora de Gás Ltda.	Base de Aracaju <sup>(1)</sup>	75	2017
	Base de Suape	75	2018
	Base de Mataripe	75	2024
	Base de Caucaia	75	2025
	Base de Juazeiro <sup>(2)</sup>	75	2026
Terminal Químico de Aratu S.A. - Tequimar	Terminal de Suape	75	2020
	Terminal de Aratu	75	2022
	Terminal de Itaqui	75	2025
Oleoquímica Indústria e Comércio de Produtos Químicos Ltda.	Planta de Camaçari	75	2021
Oxitenor Nordeste S.A. Indústria e Comércio	Planta de Camaçari	75	2026
Empresa Carioca de Produtos Químicos S.A.	Planta de Camaçari	75	2026

<sup>(1)</sup> Será protocolado na SUDENE, no 1º semestre de 2018, pleito para a prorrogação do incentivo por mais 10 anos.

<sup>(2)</sup> Em 3 de julho de 2017, a controlada Bahiana Distribuidora de Gás Ltda. (“Bahiana”), protocolou pleito na SUDENE solicitando a redução do IRPJ em 75%, em virtude de implantação de unidade produtiva em Juazeiro - Bahia. Por meio de Laudo Constitutivo expedido em 7 de novembro de 2017, a SUDENE aprovou o incentivo até 2026. Referido laudo foi encaminhado à SRF em 27 de novembro de 2017, para fins de homologação no prazo de 120 dias. Devido ao decurso do prazo para manifestação da Secretaria da Receita Federal (“SRF”), a controlada reconheceu o benefício fiscal no resultado de 2018, retroativo a janeiro de 2017, no montante de R\$ 149.

### d. Prejuízos fiscais (IRPJ) e base negativa de CSLL a compensar

Em 31 de março de 2018, certas controladas da Sociedade possuem prejuízos fiscais (IRPJ) no montante de R\$ 1.016.512 (R\$ 598.183 em 31 de dezembro de 2017) e bases negativas de CSLL no montante de R\$ 997.773 (R\$ 576.949 em 31 de dezembro de 2017), cujas compensações são limitadas a 30% do lucro tributável do exercício, sem prazo de prescrição. Sobre tais valores foram constituídos tributos diferidos no montante de R\$ 343.928 em 31 de março de 2018 (R\$ 201.471 em 31 de dezembro de 2017).

**Notas Explicativas***(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)***10 Despesas antecipadas (Consolidado)**

	<b>31/03/2018</b>	<b>31/12/2017</b>
Aluguéis <sup>(1)</sup>	361.380	329.421
Propaganda e publicidade	67.743	67.321
Plano de outorga de ações, líquido (vide nota explicativa nº 8.c)	33.267	37.591
Prêmios de seguros	30.170	39.629
Manutenção de <i>software</i>	7.437	8.237
Demais despesas antecipadas	<u>23.574</u>	<u>14.733</u>
	<u><u>523.571</u></u>	<u><u>496.932</u></u>
Circulante	146.576	150.046
Não circulante	376.995	346.886

<sup>(1)</sup> Refere-se substancialmente a adiantamento de aluguéis dos postos de serviços da controlada IPP, que são posteriormente sublocados e operados pelos revendedores.

## Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

### 11 Ativos de contratos com clientes – direitos de exclusividade (Consolidado)

Refere-se aos desembolsos de direitos de exclusividade previstos nos contratos com clientes da Ipiranga registrados no momento de sua ocorrência e reconhecidos como redutor da receita de vendas no resultado conforme as condições estabelecidas no contrato (prazo médio ponderado de amortização de 5 anos) e são revistos à medida que ocorrem mudanças nos termos dos contratos. A movimentação é demonstrada abaixo:

	31/03/2018	31/03/2017 Reapresentado
Saldo inicial	-	-
Adoção do IFRS 15	1.502.360	1.438.084
Saldo inicial - reapresentado	1.502.360	1.438.084
Adições	95.866	146.038
Amortizações	(104.513)	(128.218)
Transferências	213	(1.326)
Saldo final	1.493.926	1.454.578
Circulante	456.811	452.843
Não circulante	1.037.115	1.001.735

### 12 Investimentos

#### a. Sociedades controladas e empreendimento controlado em conjunto (Controladora)

Abaixo estão demonstradas integralmente as posições de balanço patrimonial e de resultado das sociedades controladas e empreendimento controlado em conjunto:

	31/03/2018				Empreendimento controlado em conjunto
	Controladas				Refinaria de Petróleo Riograndense S.A.
	Ultracargo - Operações Logísticas e Participações Ltda.	Oxiten S.A. Indústria e Comércio	Ipiranga Produtos de Petróleo S.A.	Ultrapar International S.A.	
Quantidade de ações ou cotas possuídas	11.839.764	35.102.127	224.467.228.244	49.995	5.078.888
Ativo	1.191.122	5.425.288	16.784.096	2.519.049	524.323
Passivo	2.502	2.848.017	11.701.700	2.505.533	355.817
Patrimônio líquido	1.188.620	2.577.271 (*)	5.082.396 (*)	13.516	168.506
Receita líquida de vendas e serviços	-	287.631	16.992.310	-	458.656
Lucro líquido	23.341	20.415 (*)	29.828 (*)	395	6.822
Participação no capital social - %	100	100	100	100	33

**Notas Explicativas***(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)*

	31/12/2017 - Reapresentado				Empreendimento controlado em conjunto
	Controladas				
	Ultracargo - Operações Logísticas e Participações Ltda.	Oxitenos S.A. Indústria e Comércio	Ipiranga Produtos de Petróleo S.A.	Ultrapar International S.A.	Refinaria de Petróleo Riograndense S.A.
Quantidade de ações ou cotas possuídas	11.839.764	35.102.127	224.467.228.244	49.995	5.078.888
Ativo	1.167.912	5.434.041	17.092.490	2.472.924	517.439
Passivo	2.486	2.752.027	11.684.775	2.459.803	352.583
Patrimônio líquido	1.165.426	2.682.014 (*)	5.407.715 (*)	13.121	164.856
Participação no capital social - %	100	100	100	100	33

	31/03/2017 - Reapresentado				Empreendimento controlado em conjunto
	Controladas				
	Ultracargo - Operações Logísticas e Participações Ltda.	Oxitenos S.A. Indústria e Comércio	Ipiranga Produtos de Petróleo S.A.	Ultrapar International S.A.	Refinaria de Petróleo Riograndense S.A.
Quantidade de ações ou cotas possuídas	11.839.764	35.102.127	224.467.228.244	49.995	5.078.888
Receita líquida de vendas e serviços	-	273.814	15.668.427	-	341.232
Lucro líquido	11.724	101.606 (*)	231.614 (*)	1.723	30.159
Participação no capital social - %	100	100	100	100	33

(\*) ajustado pelos lucros não realizados entre controladas.

Os percentuais acima estão arredondados.

As informações financeiras dos segmentos de negócios encontram-se detalhadas na nota explicativa nº 32.

**Notas Explicativas**

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

A composição e movimentação dos investimentos em sociedades controladas e empreendimento controlado em conjunto estão demonstradas abaixo:

	Investimentos em controladas					Empreendimento controlado em conjunto	
	Ultracargo - Operações Logísticas e Participações Ltda.	Oxiteno S.A. - Indústria e Comércio	Ipiranga Produtos de Petróleo S.A.	Ultrapar International S.A.	Total	Refinaria de Petróleo Riograndense S.A.	Total
<b>Saldo em 31 de dezembro 2017</b>	1.165.430	2.684.541	5.535.397	13.121	9.398.489	54.739	9.453.228
Efeitos da adoção de novos pronunciamentos	(4)	(2.526)	(127.698)	-	(130.228)	-	(130.228)
<b>Saldos em 1 de janeiro de 2018</b>	<b>1.165.426</b>	<b>2.682.015</b>	<b>5.407.699</b>	<b>13.121</b>	<b>9.268.261</b>	<b>54.739</b>	<b>9.323.000</b>
Equivalência patrimonial	23.341	20.415	29.813	395	73.964	526	74.490
Dividendos	-	(97.849)	(353.824)	-	(451.673)	-	(451.673)
Encargos tributários sobre reserva de reavaliação reflexa	-	-	(1)	-	(1)	-	(1)
Instrumento patrimonial outorgado	7	20	586	-	613	-	613
Ajustes de avaliação patrimonial	(154)	(8.214)	(1.612)	-	(9.980)	686	(9.294)
Ajustes de conversão de controladas no exterior	-	(19.116)	(280)	-	(19.396)	-	(19.396)
<b>Saldo em 31 de março de 2018</b>	<b>1.188.620</b>	<b>2.577.271</b>	<b>5.082.381</b>	<b>13.516</b>	<b>8.861.788</b>	<b>55.951</b>	<b>8.917.739</b>

**Notas Explicativas***(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)*

	Investimentos em controladas					Empreendimento controlado em conjunto	
	Ultracargo - Operações Logísticas e Participações Ltda.	Oxiten S.A. - Indústria e Comércio	Ipiranga Produtos de Petróleo S.A.	Ultrapar International S.A.	Total	Refinaria de Petróleo Riograndense S.A.	Total
<b>Saldo em 31 de dezembro 2016</b>	1.194.739	2.549.859	4.434.954	10.548	8.190.100	45.409	8.235.509
Efeitos da adoção de novos pronunciamentos	(111)	(3.253)	(79.063)	-	(82.427)	-	(82.427)
<b>Saldo em 1 de janeiro de 2017</b>	<b>1.194.628</b>	<b>2.546.606</b>	<b>4.355.891</b>	<b>10.548</b>	<b>8.107.673</b>	<b>45.409</b>	<b>8.153.082</b>
Equivalência patrimonial	11.724	101.606	231.614	1.723	346.667	10.014	356.681
Dividendos e juros sobre capital próprio (bruto)	(105.913)	-	-	-	(105.913)	-	(105.913)
Encargos tributários sobre reserva de reavaliação reflexa	-	-	(10)	-	(10)	-	(10)
Ajustes de avaliação patrimonial	-	34.097	14.239	-	48.336	596	48.932
Ajustes de conversão de controladas no exterior	-	1.322	-	-	1.322	-	1.322
<b>Saldo em 31 de março de 2017 - Reapresentado</b>	<b>1.100.439</b>	<b>2.683.631</b>	<b>4.601.734</b>	<b>12.271</b>	<b>8.398.075</b>	<b>56.019</b>	<b>8.454.094</b>

## Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

### b. Empreendimentos controlados em conjunto (Consolidado)

A Sociedade participa da Refinaria de Petróleo Riograndense (“RPR”), que tem como atividade principal o refino de petróleo.

A controlada Ultracargo – Operações Logísticas e Participações Ltda. (“Ultracargo Participações”) participa da União Vopak – Armazéns Gerais Ltda. (“União Vopak”), que tem como atividade principal a armazenagem de granéis líquidos no porto de Paranaguá.

A controlada IPP participa da ConectCar, que tem como atividade principal a atuação no segmento de pagamento eletrônico de pedágios e estacionamento nos Estados de Alagoas, Bahia, Ceará, Espírito Santo, Goiás, Maranhão, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Paraná, Pernambuco, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e São Paulo, além do Distrito Federal.

Esses investimentos estão avaliados pelo método da equivalência patrimonial com base nas suas informações trimestrais de 31 de março de 2018.

A composição e movimentação dos investimentos em empreendimentos controlados em conjunto é demonstrada abaixo:

	<b>Movimentação dos investimentos</b>			
	<b>União Vopak</b>	<b>RPR</b>	<b>ConectCar</b>	<b>Total</b>
Saldo em 31 de dezembro de 2017	6.096	54.739	61.226	122.061
Aporte de capital	-	-	8.000	8.000
Ajuste de avaliação patrimonial	-	686	-	686
Equivalência patrimonial	634	526	(4.679)	(3.519)
Saldo em 31 de março de 2018	<u>6.730</u>	<u>55.951</u>	<u>64.547</u>	<u>127.228</u>

	<b>Movimentação dos investimentos</b>			
	<b>União Vopak</b>	<b>RPR</b>	<b>ConectCar</b>	<b>Total</b>
Saldo em 31 de dezembro de 2016	4.518	45.409	66.215	116.142
Ajuste de avaliação patrimonial	-	596	-	596
Equivalência patrimonial	296	10.014	(4.342)	5.968
Saldo em 31 de março de 2017	<u>4.814</u>	<u>56.019</u>	<u>61.873</u>	<u>122.706</u>

**Notas Explicativas**

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

Abaixo estão demonstradas integralmente as posições de balanço patrimonial e de resultado dos empreendimentos controlados em conjunto:

	<b>31/03/2018</b>		
	<b>União Vopak</b>	<b>RPR</b>	<b>ConectCar</b>
Ativo circulante	8.754	387.886	97.995
Ativo não circulante	6.786	136.437	137.873
Passivo circulante	1.824	289.431	105.451
Passivo não circulante	256	66.386	1.324
Patrimônio líquido	13.460	168.506	129.093
Receita líquida	4.448	458.656	13.450
Custos, despesas operacionais, resultado na venda de bens e outros resultados operacionais	(2.629)	(449.488)	(27.977)
Resultado financeiro e IRPJ e CSLL	(550)	(2.346)	5.170
Lucro (prejuízo) líquido	1.269	6.822	(9.357)
Quantidade de ações ou cotas possuídas	29.995	5.078.888	193.768.000
Participação no capital social - %	50	33	50
	<b>31/12/2017</b>		
	<b>União Vopak</b>	<b>RPR</b>	<b>ConectCar</b>
Ativo circulante	7.110	389.022	90.242
Ativo não circulante	6.627	128.417	132.785
Passivo circulante	1.210	297.762	100.564
Passivo não circulante	336	54.821	12
Patrimônio líquido	12.191	164.856	122.451
Quantidade de ações ou cotas possuídas	29.995	5.078.888	169.860.500
Participação no capital social - %	50	33	50
	<b>31/03/2017</b>		
	<b>União Vopak</b>	<b>RPR</b>	<b>ConectCar</b>
Receita líquida	3.342	341.232	5.780
Custos, despesas operacionais, resultado na venda de bens e outros resultados operacionais	(2.508)	(298.428)	(19.996)
Resultado financeiro e IRPJ e CSLL	(242)	(12.644)	5.532
Lucro (prejuízo) líquido	592	30.159	(8.684)
Quantidade de ações ou cotas possuídas	29.995	5.078.888	145.860.500
Participação no capital social - %	50	33	50

Os percentuais acima estão arredondados.

## Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

### c. Sociedades coligadas (Consolidado)

A controlada IPP participa da Transportadora Sulbrasileira de Gás S.A., que tem como atividade principal a prestação de serviço de transporte de gás natural.

A controlada Oxiteno S.A. - Indústria e Comércio (“Oxiteno S.A.”) participa da Oxicap Indústria de Gases Ltda. (“Oxicap”), que tem como atividade principal o fornecimento de nitrogênio e oxigênio para as suas sócias no polo petroquímico de Mauá.

A controlada Oxiteno Nordeste S.A. Indústria e Comércio (“Oxiteno Nordeste”) participa da Química da Bahia Indústria e Comércio S.A., que tem como atividade principal a industrialização, comércio e processamento de produtos químicos. Atualmente esta coligada está com a sua atividade operacional suspensa.

A controlada Cia. Ultragaz participa da Metalúrgica Plus S.A., que tem como atividade principal a fabricação e comercialização de vasilhames de acondicionamento de GLP. Atualmente esta coligada está com a sua atividade operacional suspensa.

A controlada IPP participa da Plenogás Distribuidora de Gás S.A., que tem como atividade principal a comercialização de GLP. Atualmente esta coligada está com a sua atividade operacional suspensa.

O investimento da controlada Oxiteno S.A. na coligada Oxicap está avaliado pelo método da equivalência patrimonial com base nas suas informações de 28 de fevereiro de 2018, enquanto as demais coligadas estão avaliadas com base nas informações trimestrais de 31 de março de 2018.

A composição e movimentação dos investimentos em sociedades coligadas é demonstrada abaixo:

	Movimentação dos investimentos					Total
	Transportadora Sulbrasileira de Gás S.A.	Oxicap Indústria de Gases Ltda.	Química da Bahia Indústria e Comércio S.A.	Metalúrgica Plus S.A.	Plenogás Distribuidora de Gás S.A.	
Saldo em 31 de dezembro de 2017	6.348	14.458	3.618	340	577	25.341
Dividendos	(245)	-	-	-	(100)	(345)
Equivalência patrimonial	217	291	-	(50)	80	538
Saldo em 31 de março de 2018	6.320	14.749	3.618	290	557	25.534

	Movimentação dos investimentos					Total
	Transportadora Sulbrasileira de Gás S.A.	Oxicap Indústria de Gases Ltda.	Química da Bahia Indústria e Comércio S.A.	Metalúrgica Plus S.A.	Plenogás Distribuidora de Gás S.A.	
Saldo em 31 de dezembro de 2016	6.001	12.981	3.678	71	-	22.731
Dividendos	(287)	-	-	-	-	(287)
Equivalência patrimonial	260	237	(1)	(36)	-	460
Saldo em 31 de março de 2017	5.974	13.218	3.677	35	-	22.904

**Notas Explicativas**

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

Abaixo estão demonstradas integralmente as posições de balanço patrimonial e de resultado das sociedades coligadas:

	<b>31/03/2018</b>				
	<b>Transportadora Sulbrasileira de Gás S.A.</b>	<b>Oxicap Indústria de Gases Ltda.</b>	<b>Química da Bahia Indústria e Comércio S.A.</b>	<b>Metalúrgica Plus S.A.</b>	<b>Plenogás Distribuidora de Gás S.A.</b>
Ativo circulante	10.291	39.913	68	19	715
Ativo não circulante	16.166	77.146	10.278	1.311	2.821
Passivo circulante	849	7.566	1	32	403
Passivo não circulante	332	8.148	3.109	427	1.460
Patrimônio líquido	25.276	101.345	7.236	871	1.673
Receita líquida	2.585	13.082	-	-	-
Custos, despesas operacionais, resultado na venda de bens e outros resultados operacionais	(1.567)	(10.083)	(5)	(155)	242
Resultado financeiro e imposto de renda	(56)	(1.079)	6	5	(1)
Lucro (prejuízo) líquido	962	1.920	1	(150)	241
Quantidade de ações ou cotas possuídas	20.124.996	1.987	1.493.120	3.000	1.384.308
Participação no capital social - %	25	15	50	33	33
	<b>31/12/2017</b>				
	<b>Transportadora Sulbrasileira de Gás S.A.</b>	<b>Oxicap Indústria de Gases Ltda.</b>	<b>Química da Bahia Indústria e Comércio S.A.</b>	<b>Metalúrgica Plus S.A.</b>	<b>Plenogás Distribuidora de Gás S.A.</b>
Ativo circulante	11.218	45.061	67	175	505
Ativo não circulante	16.464	74.621	10.278	1.695	2.821
Passivo circulante	1.960	12.338	-	422	93
Passivo não circulante	332	7.920	3.110	427	1.500
Patrimônio líquido	25.390	99.424	7.235	1.021	1.733
Quantidade de ações ou cotas possuídas	20.124.996	1.987	1.493.120	3.000	1.384.308
Participação no capital social - %	25	15	50	33	33

**Notas Explicativas***(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)*

	<b>31/03/2017</b>				
	<b>Transportadora Sulbrasileira de Gás S.A.</b>	<b>Oxicap Indústria de Gases Ltda.</b>	<b>Química da Bahia Indústria e Comércio S.A.</b>	<b>Metalúrgica Plus S.A.</b>	<b>Plenogás Distribuidora de Gás S.A.</b>
Receita líquida	2.596	11.735	-	-	-
Custos, despesas operacionais, resultado na venda de bens e outros resultados operacionais	(1.541)	(12.422)	(17)	(56)	31
Resultado financeiro e imposto de renda	11	2.256	14	(9)	22
Lucro (prejuízo) líquido	1.066	1.569	(3)	(65)	53
Quantidade de ações ou cotas possuídas	20.124.996	1.987	1.493.120	3.000	1.384.308
Participação no capital social - %	25	15	50	33	33

Os percentuais acima estão arredondados.

## Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

### 13 Imobilizado (Consolidado)

A composição e movimentação do imobilizado é demonstrada abaixo:

	Prazo médio ponderado de depreciação (anos)	Saldo em 31/12/2017		Adições	Depreciações	Transferências	Baixas	Variação cambial	Saldo inicial TEAS (*)	Saldo em 31/03/2018	
		Saldo em 31/12/2017	Reclassificações e ajustes								
Custo:											
Terrenos	-	579.174	-	579.174	-	1.926	-	(3.827)	32.718	609.991	
Edificações	30	1.639.867	-	1.639.867	754	35.371	(371)	(25.970)	20.847	1.670.498	
Benfeitorias em imóveis de terceiros	9	912.555	-	912.555	890	22.630	(28)	2	-	936.049	
Máquinas e equipamentos	12	4.721.931	-	4.721.931	31.528	29.521	514	(259.347)	36.934	4.561.081	
Equipamentos e instalações para distribuição de combustíveis claros/lubrificantes	13	2.721.075	-	2.721.075	28.693	23.435	(9.108)	-	-	2.764.095	
Tanques e vasilhames para GLP	11	643.697	49.158	692.855	27.131	2.552	(8.282)	-	-	714.256	
Veículos	6	287.295	-	287.295	8.656	5.761	(6.520)	(1.765)	-	293.427	
Móveis e utensílios	9	266.494	-	266.494	2.610	1.748	(133)	(9.858)	56	260.917	
Obras em andamento	-	929.000	-	929.000	183.884	(121.337)	(582)	5.917	-	996.882	
Adiantamentos a fornecedores	-	112.167	-	112.167	1.141	(2.690)	-	(4.163)	-	106.455	
Importações em andamento	-	786	-	786	60	(310)	-	-	-	536	
Equipamentos de informática	5	353.022	-	353.022	3.828	590	(585)	387	6	357.248	
		<u>13.167.063</u>	<u>49.158</u>	<u>13.216.221</u>	<u>289.175</u>	<u>(803)</u>	<u>(25.095)</u>	<u>(298.624)</u>	<u>90.561</u>	<u>13.271.435</u>	
Depreciação acumulada:											
Edificações		(724.408)	-	(724.408)	-	(13.201)	(450)	371	27.052	(4.434)	(715.070)
Benfeitorias em imóveis de terceiros		(475.651)	-	(475.651)	-	(18.719)	846	29	-	-	(493.495)
Máquinas e equipamentos		(2.980.166)	-	(2.980.166)	-	(65.599)	1.979	162	258.811	(10.229)	(2.795.042)
Equipamentos e instalações para distribuição de combustíveis claros/lubrificantes		(1.545.806)	-	(1.545.806)	-	(38.526)	5	8.470	-	-	(1.575.857)
Tanques e vasilhames para GLP		(305.965)	(22.418)	(328.383)	-	(22.432)	(2.347)	5.300	-	-	(347.862)
Veículos		(112.200)	-	(112.200)	-	(7.032)	-	3.732	1.778	-	(113.722)
Móveis e utensílios		(148.575)	-	(148.575)	-	(4.204)	(149)	121	9.670	(20)	(143.157)
Equipamentos de informática		(260.859)	-	(260.859)	-	(7.262)	132	576	(458)	(6)	(267.877)
		<u>(6.553.630)</u>	<u>(22.418)</u>	<u>(6.576.048)</u>	<u>-</u>	<u>(176.975)</u>	<u>16</u>	<u>18.761</u>	<u>296.853</u>	<u>(14.689)</u>	<u>(6.452.082)</u>

**Notas Explicativas***(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)*

	Prazo médio ponderado de depreciação (anos)	Saldo em 31/12/2017	Reclassificações e ajustes	Saldo em 31/12/2017 Reapresentado	Adições	Depreciações	Transferências	Baixas	Variação cambial	Saldo inicial	Saldo em 31/03/2018
										TEAS (*)	
Provisão para perdas:											
Adiantamento a fornecedores		(83)	-	(83)	-	-	-	-	-	-	(83)
Terrenos		(104)	-	(104)	-	-	-	-	-	-	(104)
Benfeitorias em imóveis de terceiros		(564)	-	(564)	-	-	-	-	(3)	-	(567)
Máquinas e equipamentos		(4.724)	-	(4.724)	-	-	-	-	(8)	-	(4.732)
Equipamentos e instalações para distribuição de combustíveis											
claros/lubrificantes		(169)	-	(169)	-	-	-	3	-	-	(166)
Móveis e utensílios		(1)	-	(1)	-	-	-	-	-	-	(1)
		<u>(5.645)</u>	<u>-</u>	<u>(5.645)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>3</u>	<u>(11)</u>	<u>-</u>	<u>(5.653)</u>
Custo líquido		<u>6.607.788</u>	<u>26.740</u>	<u>6.634.528</u>	<u>289.175</u>	<u>(176.975)</u>	<u>(787)</u>	<u>(6.331)</u>	<u>(1.782)</u>	<u>75.872</u>	<u>6.813.700</u>

(\*) Vide nota explicativa nº 3.d.

As obras em andamento referem-se substancialmente às ampliações, reformas, construção e modernizações dos parques industriais, terminais, lojas, postos de serviços e bases de distribuição.

Os adiantamentos a fornecedores referem-se basicamente à fabricação sob encomenda de bens para expansão das unidades industriais, terminais, lojas, bases e aquisição de imóveis operacionais.

## Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

### 14 Intangível (Consolidado)

A composição e movimentação do ativo intangível é demonstrada abaixo:

	Prazo médio ponderado de amortização (anos)	Saldo em 31/12/2017	Adoção do IFRS 15	Saldo em 31/12/2017 Reapresentado	Adições	Amortizações	Transferências	Baixas	Variação cambial	Saldo inicial TEAS (*)	Saldo em 31/03/2018
Custo:											
Ágio (i)	-	1.578.157	-	1.578.157	-	-	-	-	-	6.240	1.584.397
Software (ii)	5	853.079	-	853.079	69.061	-	798	(16)	(319)	49	922.652
Tecnologia (iii)	5	32.617	-	32.617	-	-	-	-	-	-	32.617
Direitos de propriedade comercial (iv)	10	55.069	-	55.069	1.805	-	-	(917)	-	-	55.957
Fundo de comércio	2	4.273.379	(4.145.189)	128.190	-	-	(347)	-	-	-	127.843
Marcas (v)	-	113.543	-	113.543	-	-	-	-	196	-	113.739
Outros (vi)	20	40.514	-	40.514	43	-	-	-	203	-	40.760
		<u>6.946.358</u>	<u>(4.145.189)</u>	<u>2.801.169</u>	<u>70.909</u>	<u>-</u>	<u>451</u>	<u>(933)</u>	<u>80</u>	<u>6.289</u>	<u>2.877.965</u>
Amortização acumulada:											
Software		(456.799)	-	(456.799)	-	(16.909)	(14)	16	574	(49)	(473.181)
Tecnologia		(32.541)	-	(32.541)	-	(18)	-	-	-	-	(32.559)
Direitos de propriedade comercial		(21.292)	-	(21.292)	-	(1.145)	-	917	-	-	(21.520)
Fundo de comércio		(2.677.057)	2.580.354	(96.703)	-	(2.596)	124	-	-	-	(99.175)
Outros		(31.196)	-	(31.196)	-	(1.453)	-	-	(4)	-	(32.653)
		<u>(3.218.885)</u>	<u>2.580.354</u>	<u>(638.531)</u>	<u>-</u>	<u>(22.121)</u>	<u>110</u>	<u>933</u>	<u>570</u>	<u>(49)</u>	<u>(659.088)</u>
Custo líquido		<u>3.727.473</u>	<u>(1.564.835)</u>	<u>2.162.638</u>	<u>70.911</u>	<u>(22.121)</u>	<u>561</u>	<u>-</u>	<u>648</u>	<u>6.240</u>	<u>2.218.877</u>

(\*) Vide nota explicativa nº 3.d.

## Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

i) O saldo líquido remanescente do ágio é testado anualmente para fins de análise de recuperabilidade e apresentam os seguintes saldos:

	Segmento	31/03/2018	31/12/2017
Ágio na aquisição de:			
Extrafarma	Extrafarma	661.553	661.553
Ipiranga <sup>1</sup>	Ipiranga	276.724	276.724
União Terminais	Ultracargo	211.089	211.089
CBLSA <sup>2</sup>	Ipiranga	123.673	123.673
Texaco	Ipiranga	177.759	177.759
Oxiten Uruguay	Oxiten	44.856	44.856
Temmar	Ultracargo	43.781	43.781
DNP	Ipiranga	24.736	24.736
Repsol	Ultragas	13.403	13.403
TEAS <sup>3</sup>	Ultracargo	6.240	-
Outros	Oxiten	583	583
		1.584.397	1.578.157

<sup>1</sup> Inclui R\$ 246.163 na controladora.

<sup>2</sup> Vide nota explicativa nº 3.c.

<sup>3</sup> Vide nota explicativa nº 3.d.

Em 31 de dezembro de 2017, a Sociedade realizou os testes de recuperabilidade dos saldos de ágios demonstrados na tabela acima. O processo de determinação do valor em uso envolve utilização de premissas, julgamentos e estimativas sobre os fluxos de caixa, tais como taxas de crescimento das receitas, custos e despesas, estimativas de investimentos e capital de giro futuros e taxas de descontos. As premissas sobre projeções de crescimento dos fluxos de caixa futuros são baseadas no plano de negócios dos segmentos da Sociedade, bem como em dados comparáveis de mercado e representam a melhor estimativa da administração acerca das condições econômicas que existirão durante a vida econômica das diferentes UGCs às quais os ágios estão relacionados. As principais premissas-chaves utilizadas pela Sociedade para o cálculo do valor em uso estão descritas abaixo:

Período de avaliação: a avaliação do valor em uso é efetuada por um período de 5 anos (exceto segmento Extrafarma), e a partir de então considera-se a perpetuidade das premissas, tendo em vista a capacidade de continuidade dos negócios por tempo indeterminado. Para o segmento Extrafarma foi utilizado um período de 10 anos devido ao seu plano de expansão e foi considerado um prazo de quatro anos para maturidade de novas lojas.

Taxa de desconto e taxa de crescimento real: as taxas de desconto e de crescimento real utilizadas para extrapolar as projeções em 31 de dezembro de 2017 variaram de 9,6% a 12,7% e 0% a 1% a.a., respectivamente, dependendo da UGC analisada. Para a controlada Oxiten Andina, devido ao cenário macroeconômico na Venezuela, a taxa de desconto utilizada foi 803,8%.

Receita de vendas, custos e despesas e margem bruta: para 2018 foi considerado o orçamento elaborado pela administração e aprovado pelo Conselho de Administração. Nos períodos subsequentes foram considerados a previsão de inflação geral ou índice de preço previstos nos contratos.

## Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

Abertura de novos pontos comerciais (investimentos): para 2018 foi considerado o orçamento elaborado pela administração e aprovado pelo Conselho de Administração. Nos períodos subsequentes foram considerados os planos de expansão de cada unidade de negócio, que leva em consideração também, o histórico de fechamento de estabelecimentos.

O teste de recuperação dos saldos de ágios e ativos líquidos da Sociedade e suas controladas não resultou na necessidade de reconhecimento de perda no exercício findo em 31 de dezembro de 2017. A Sociedade efetuou uma análise de sensibilidade das variáveis taxa de desconto e taxa de crescimento da perpetuidade, dado seus impactos importantes nos fluxos de caixas e no valor em uso. Um acréscimo de 0,5 ponto percentual na taxa de desconto ou um decréscimo de 0,5 ponto percentual da taxa de crescimento da perpetuidade do fluxo de caixa de cada segmento de negócio não resultaria na necessidade de reconhecimento de perda.

ii) *Software* inclui as licenças de uso e gastos com a implantação dos diversos sistemas utilizados pela Sociedade e suas controladas, tais como: sistemas integrados de gestão e controle, administração financeira, comércio exterior, automação industrial, gerenciamento operacional de armazenagem e informações contábeis, entre outros.

iii) As controladas Oxiteno S.A., Oxiteno Nordeste e Oleoquímica Indústria e Comércio de Produtos Químicos Ltda. (“Oleoquímica”) registram como tecnologia certos direitos de uso por elas detidos. Tais licenciamentos abrangem a produção de óxido de eteno, etilenoglicóis, etanolaminas, éteres glicólicos, etoxilados, solventes, ácidos graxos de óleos vegetais, álcoois graxos e especialidades químicas, produtos estes que atendem diversos segmentos da economia.

iv) Direitos de propriedade comercial incluem os descritos a seguir:

- A controlada Tequimar possui contrato com a CODEBA - Companhia das Docas do Estado da Bahia, que permite a exploração da área na qual está situado o terminal de Aratu por 20 anos, renovável por igual período. O preço pago pelo Tequimar foi de R\$ 12.000, o qual está sendo amortizado de agosto de 2002 a julho de 2042.
- A controlada Tequimar possui contrato de arrendamento de área adjacente ao porto de Santos por 20 anos a partir de dezembro de 2002, renovável por igual período, que permite construir, operar e explorar terminal destinado à recepção, tancagem, movimentação e distribuição de graneis líquidos. O preço pago pelo Tequimar foi de R\$ 4.334, o qual está sendo amortizado de agosto de 2005 a dezembro de 2022.
- A controlada Extrafarma realiza pagamentos de luvas para obtenção de certos pontos comerciais para abertura de drogarias, os quais são demonstrados ao custo de aquisição, amortizados pelo método linear considerando os prazos dos contratos de locação. Em eventual desativação das lojas, o valor residual é reconhecido no resultado.

v) Marcas representam os custos de aquisição da marca ‘*am/pm*’ no Brasil e da marca Extrafarma.

vi) Outros intangíveis referem-se principalmente ao programa de fidelidade Clube Extrafarma.

**Notas Explicativas**

*(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)*

As despesas de amortização foram reconhecidas nas informações trimestrais, conforme demonstrado abaixo:

	<b>31/03/2018</b>	<b>31/03/2017</b>
		<b>Reapresentado</b>
Estoques e custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados	2.911	4.023
Despesas com vendas e comerciais	3.199	3.286
Despesas gerais e administrativas	16.011	13.078
	<u>22.121</u>	<u>20.387</u>

**Notas Explicativas***(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)***15 Empréstimos, financiamentos, debêntures e arrendamento mercantil financeiro (Consolidado)****a. Composição**

Descrição	31/03/2018	31/12/2017	Índice/ Moeda	Encargos financeiros	Vencimento
				médios ponderados em 31/03/2018 - % a.a.	
Moeda estrangeira:					
Notas no mercado externo (b) (*)	2.500.130	2.454.142	US\$	+5,3	2026
Financiamento externo (c.1) (*)	795.546	788.794	US\$ + LIBOR (i)	+1,0	2018 a 2022
Financiamento externo (c.2 e c.3)	300.537	298.927	US\$+ LIBOR (i)	+2,0	2018
Financiamento externo (c.1) (*)	259.647	259.015	US\$	+2,2	2018
Instituições financeiras (e)	534.051	330.755	US\$ + LIBOR (i)	+2,1	2019 a 2023
Instituições financeiras (e)	114.567	106.745	US\$	+2,8	2018 a 2022
Instituições financeiras (e)	33.452	27.048	MX\$ (ii)	+8,5	2018
Adiantamento de Cambiais Entregues	38.522	26.080	US\$	+2,6	< 70 dias
Adiantamento sobre Contrato de Câmbio	66.859	44.515	US\$	+2,9	< 79 dias
BNDES (d)	3.819	4.460	US\$	+6,4	2018 a 2020
Instituições financeiras (e)	18.282	3.382	MX\$+TIIE (ii)	+1,5	2018
Instituições financeiras (e)	40	593	Bs\$ (vii)	+24,0	2018
<b>Total moeda estrangeira</b>	<b>4.665.452</b>	<b>4.344.456</b>			
Moeda nacional:					
Debêntures – Ipiranga (g.1, g.3 e g.5)	2.885.202	2.836.741	CDI	105,8	2018 a 2022
Banco do Brasil pós-fixado (f)	2.646.193	2.794.272	CDI	107,4	2018 a 2022
Debêntures – 5ª e 6ª emissão (g.2 e g.7)	1.728.137	817.654	CDI	105,3	2023
Debêntures – CRA (g.4 e g.6)	1.403.289	1.380.852	CDI	95,0	2022
Debêntures – CRA (g.4 e g.6) (*)	580.213	554.402	IPCA	+4,6	2024
BNDES (d)	217.101	206.423	TJLP (iii)	+2,4	2018 a 2023
Nota de crédito à exportação pós-fixada (h)	157.648	157.749	CDI	101,5	2018
BNDES (d)	65.325	69.422	SELIC (vi)	+2,3	2018 a 2023
BNDES EXIM	62.866	62.754	TJLP (iii)	+3,5	2018
Arrendamento mercantil financeiro (i)	47.893	48.515	IGP-M (v)	+5,6	2018 a 2031
FINEP	32.346	35.611	R\$	+4,0	2018 a 2021
FINEP	32.163	32.682	TJLP (iii)	+1,1	2018 a 2023
Banco do Nordeste do Brasil	23.390	28.136	R\$	+8,5	2018 a 2021
BNDES EXIM	31.346	30.850	SELIC (vi)	+3,9	2018
BNDES (d)	22.862	26.270	R\$	+5,6	2018 a 2022
FINAME	53	56	TJLP (iii)	+5,7	2018 a 2022
<b>Total moeda nacional</b>	<b>9.936.027</b>	<b>9.082.389</b>			
<b>Total moeda estrangeira e nacional</b>	<b>14.601.479</b>	<b>13.426.845</b>			
Resultado de instrumentos de proteção cambial e de juros (**)					
	178.832	163.749			
<b>Total</b>	<b>14.780.311</b>	<b>13.590.594</b>			
Circulante	2.890.358	3.503.675			
Não circulante	11.889.953	10.086.919			

(\*) Essas operações foram designadas para *hedge accounting* (vide nota explicativa nº 33 – Contabilidade de proteção).

(\*\*) Perdas acumuladas (vide nota explicativa nº 33).

## Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

- (i) LIBOR = London Interbank Offered Rate.
- (ii) MX\$ = peso mexicano; TIE = taxa mexicana de juros interbancários de equilíbrio.
- (iii) TJLP = fixada pelo Conselho Monetário Nacional, a TJLP é o custo básico de financiamento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (“BNDES”). Em 31 de março 2018, a TJLP estava fixada em 6,75% a.a.
- (iv) Contrato vinculado à taxa do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (“FNE”), que tem como objetivo fomentar o desenvolvimento do setor industrial, administrado pelo Banco do Nordeste do Brasil. Em 31 de março de 2018, a taxa de juros do FNE estava em 10% a.a., sobre a qual incide bônus de adimplência de 15%.
- (v) IGP-M = Índice Geral de Preços de Mercado, calculado pela Fundação Getúlio Vargas.
- (vi) SELIC = Sistema Especial de Liquidação e Custódia.
- (vii) Bs\$ = Bolívar.

A movimentação dos empréstimos, financiamentos, debêntures e arrendamento mercantil financeiro é demonstrada abaixo:

Saldo em 31 de dezembro de 2017	13.426.845
Captações com efeito caixa	2.081.068
Apropriação de juros	203.432
Pagamento de principal/contraprestação de arrendamento mercantil financeiro	(1.075.281)
Pagamento de juros	(84.273)
Variação monetária	33.312
Variação de valor justo	<u>16.376</u>
Saldo em 31 de março de 2018	<u><u>14.601.479</u></u>

Os montantes a longo prazo têm a seguinte composição por ano de vencimento:

	<b>31/03/2018</b>	<b>31/12/2017</b>
De 1 a 2 anos	1.713.168	1.826.907
De 2 a 3 anos	1.643.024	894.640
De 3 a 4 anos	618.034	1.302.450
De 4 a 5 anos	4.843.436	3.016.406
Mais de 5 anos	<u>3.072.291</u>	<u>3.046.516</u>
	<u><u>11.889.953</u></u>	<u><u>10.086.919</u></u>

Conforme IAS 39 (CPC 8 (R1)), os custos de transação e os prêmios de emissão associados às operações de captações financeiras da Sociedade e suas controladas foram agregados aos respectivos passivos financeiros, conforme demonstrado na nota explicativa nº 15.j).

Para algumas dívidas, a administração contratou instrumentos de proteção à exposição cambial e à taxa de juros (vide nota explicativa nº 33).

## Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

### **b. Notas no mercado externo**

Em 6 de outubro de 2016, a controlada Ultrapar International S.A. (“Ultrapar International”) emitiu US\$ 750 milhões em notas no mercado externo com vencimento em outubro de 2026 e encargo financeiro de 5,25% ao ano, pagos semestralmente. O preço da emissão foi de 98,097% do valor de face da nota. As notas foram garantidas pela Sociedade e pela IPP. A Sociedade designou relações de *hedge* para esta operação (vide nota explicativa nº 33 – Contabilidade de *hedge*: *hedge* de fluxo de caixa e *hedge* de investimentos líquidos em entidades no exterior).

Em decorrência da emissão de notas no mercado externo, a Sociedade e suas controladas, estão sujeitas a certos compromissos, entre eles:

- Restrição de alienação da totalidade ou da quase totalidade dos ativos da Sociedade e das controladas Ultrapar International e IPP.
- Restrição de gravames em ativos superior a US\$ 150 milhões ou 15% do valor dos ativos tangíveis consolidados.

A Sociedade e suas controladas mantêm os níveis de *covenants* requeridos por este empréstimo. As restrições impostas à Sociedade e suas controladas são usuais em operações dessa natureza e não limitaram a capacidade destas de conduzirem seus negócios até o momento.

### **c. Financiamentos externos**

- 1) A controlada IPP possui financiamentos externos no montante de US\$ 320 milhões. A IPP contratou instrumentos de proteção à taxa de juros flutuante em dólar e à variação cambial, trocando os encargos dos financiamentos externos para, na média, 102,9% do CDI (vide nota explicativa nº 33). A IPP designou os instrumentos de proteção como *hedge* de valor justo, desta forma, tanto os financiamentos quanto os instrumentos de proteção são apresentados pelo seu valor justo calculado desde o início de sua contratação, sendo as variações de valor justo reconhecidas no resultado. Os financiamentos externos são garantidos pela Sociedade.

Os financiamentos externos têm seus vencimentos de principal distribuídos conforme abaixo:

Vencimento	US\$ (milhões)	Custo em % do CDI
jul/18	60,0	103,0
set/18	80,0	101,5
nov/18	80,0	101,4
jun/22	100,0	105,0
Total / custo médio	<u>320,0</u>	<u>102,9</u>

## Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

- 2) A controlada LPG International Inc. possui financiamento externo no montante de US\$ 30 milhões, com vencimento em dezembro de 2018 e encargo financeiro de LIBOR + 1,85% a.a., pago trimestralmente. O financiamento externo é garantido pela Sociedade e pela controlada IPP.

Durante a vigência destes contratos, a Sociedade deverá manter os seguintes índices financeiros, apurados com base nas suas demonstrações financeiras consolidadas auditadas:

- Manutenção de índice financeiro, determinado pela razão entre dívida líquida e lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização - LAJIDA consolidados, menor ou igual a 3,5.
- Manutenção de índice financeiro, determinado pela razão entre LAJIDA consolidado e despesas financeiras líquidas consolidadas, maior ou igual a 1,5.

A Sociedade mantém os níveis de *covenants* requeridos por estes empréstimos. As restrições impostas à Sociedade e suas controladas são usuais em operações dessa natureza e não limitaram a capacidade destas de conduzirem seus negócios até o momento.

- 3) A controlada Global Petroleum Products Trading Corporation (“GPPTC”) possui financiamento externo no montante de US\$ 60 milhões, com vencimento em 22 de junho de 2020 e encargo financeiro de LIBOR + 2,0% a.a., pago trimestralmente. A Sociedade, através da controlada Cia. Ultragaz, contratou instrumento de proteção à taxa de juros flutuante em dólar e à variação cambial, trocando os encargos financeiros do financiamento externo para 105,9% do CDI. O financiamento externo é garantido pela Sociedade e pela controlada Oxiteno Nordeste.

### d. BNDES

As controladas possuem financiamentos junto ao BNDES para alguns de seus investimentos realizados e para capital de giro.

Durante a vigência destes contratos, a Sociedade deverá manter os seguintes níveis de capitalização e de liquidez corrente, apurados em balanço anual consolidado auditado:

- nível de capitalização: patrimônio líquido / ativo total igual ou superior a 0,3; e
- nível de liquidez corrente: ativo circulante / passivo circulante igual ou superior a 1,3.

A Sociedade mantém os níveis de *covenants* requeridos por estes empréstimos. As restrições impostas à Sociedade e suas controladas são usuais em operações dessa natureza e não limitaram a capacidade destas de conduzirem seus negócios até o momento.

## Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

### *e. Instituições financeiras*

As controladas Oxiteno México S.A. de C.V., Oxiteno USA LLC (“Oxiteno USA”), Oxiteno Uruguay e Oxiteno Andina possuem empréstimos para financiamento de investimentos e de capital de giro.

A controlada Oxiteno USA possui financiamentos com custo médio de LIBOR +2,1% e vencimentos distribuídos conforme abaixo:

<b>Vencimento</b>	<b>US\$ milhões</b>
set/2020	20,0
fev/2021	40,0
out/2022	40,0
mar/2023	60,0
	<hr/>
Total	<u>160,0</u>

Os recursos estão sendo utilizados no financiamento do capital de giro e na construção de uma nova planta de alcoxilação no Texas.

### *f. Banco do Brasil*

A controlada IPP possui empréstimos pós-fixados junto ao Banco do Brasil destinados ao financiamento para comercialização, beneficiamento ou industrialização de produtos de origem agropecuária (etanol).

Os empréstimos têm vencimentos distribuídos conforme abaixo (inclui juros até 31 de março de 2018):

<b>Vencimento</b>	
abr/2018	102.311
fev/2019	168.239
mai/2019	1.362.117
mai/2020	337.842
mai/2021	337.842
mai/2022	337.842
	<hr/>
Total	<u>2.646.193</u>

## Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

### g. Debêntures

- 1) Em janeiro de 2014, a controlada IPP efetuou sua segunda emissão pública de debêntures em série única de 80.000 debêntures simples, não conversíveis em ações, de espécie quirografária, nominativas e escriturais, cujas principais características são:

Valor nominal unitário:	R\$ 10.000,00
Vencimento final:	20 de dezembro de 2018
Pagamento do valor nominal:	Parcela única no vencimento final
Remuneração:	107,9% do CDI
Pagamento da remuneração:	Semestralmente
Repactuação:	Não haverá repactuação

- 2) Em março de 2015, a Sociedade efetuou sua quinta emissão de debêntures, em série única de 80.000 debêntures simples, não conversíveis em ações, de espécie quirografária, cujas principais características são:

Valor nominal unitário:	R\$ 10.000,00
Vencimento final:	16 de março de 2018
Pagamento do valor nominal:	Parcela única no vencimento final
Remuneração:	108,25% do CDI
Pagamento da remuneração:	Semestralmente
Repactuação:	Não haverá repactuação

As debêntures foram liquidadas pela Sociedade na data do seu vencimento.

- 3) Em maio de 2016, a controlada IPP efetuou sua quarta emissão pública de debêntures em série única de 500 debêntures simples, não conversíveis em ações, de espécie quirografária, nominativas e escriturais, cujas principais características são:

Valor nominal unitário:	R\$ 1.000.000,00
Vencimento final:	25 de maio de 2021
Pagamento do valor nominal:	Anual a partir de maio de 2019
Remuneração:	105,0% do CDI
Pagamento da remuneração:	Semestralmente
Repactuação:	Não haverá repactuação

## Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

- 4) Em abril de 2017, a controlada IPP efetuou sua quinta emissão de debêntures em duas séries únicas de 660.139 e 352.361 debêntures simples, não conversíveis em ações, nominativas, escriturais e não garantidas, colocadas de forma privada pela Eco Consult – Consultoria de Operações Financeiras Agropecuárias Ltda. Os recursos estão sendo destinados exclusivamente para a compra de etanol pela controlada IPP.

As debêntures foram posteriormente cedidas e transferidas para Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A., a qual adquiriu esses direitos creditórios do agronegócio com o objetivo de vincular a emissão de Certificado de Recebíveis de Agronegócio (CRA). As debêntures contam com garantia adicional da Ultrapar e as principais características são as seguintes:

Valor nominal unitário:	R\$ 1.000,00
Vencimento final:	18 de abril de 2022
Pagamento do valor nominal:	Parcela única no vencimento final
Remuneração:	95,0% do CDI
Pagamento da remuneração:	Semestralmente
Repactuação:	Não haverá repactuação

Valor nominal unitário:	R\$ 1.000,00
Vencimento final:	15 de abril de 2024
Pagamento do valor nominal:	Parcela única no vencimento final
Remuneração:	IPCA + 4,7%
Pagamento da remuneração:	Anualmente
Repactuação:	Não haverá repactuação

A controlada IPP contratou instrumentos de proteção a variações no IPCA, trocando os encargos financeiros das debêntures atreladas ao IPCA para 93,9% do CDI. A IPP designou o instrumento de proteção como *hedge* de valor justo, desta forma, tanto as debêntures quanto o instrumento de proteção são apresentados pelo seu valor justo calculado desde o início de sua contratação, sendo as variações de valor justo reconhecidas no resultado.

- 5) Em julho de 2017, a controlada IPP efetuou sua sexta emissão pública de debêntures em série única de 1.500.000 debêntures simples, não conversíveis em ações, de espécie quirografária, cujas principais características são:

Valor nominal unitário:	R\$ 1.000,00
Vencimento final:	28 de julho de 2022
Pagamento do valor nominal:	Anual a partir de julho de 2021
Remuneração:	105,0% do CDI
Pagamento da remuneração:	Anualmente
Repactuação:	Não haverá repactuação

## Notas Explicativas

*(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)*

- 6) Em outubro de 2017, a controlada IPP efetuou sua sétima emissão de debêntures no montante total de R\$ 944.077, em duas séries únicas de 730.384 e 213.693 debêntures simples, não conversíveis em ações, nominativas, escriturais e não garantidas, colocadas de forma privada pela Vert Companhia Securitizadora. Os recursos estão sendo destinados exclusivamente para a compra de etanol pela controlada IPP.

As debêntures foram posteriormente cedidas e transferidas para Vert Créditos Ltda., a qual adquiriu esses direitos creditórios do agronegócio com o objetivo de vincular a emissão de CRA. A liquidação financeira ocorreu em 1º de novembro de 2017. As debêntures contam com garantia adicional da Ultrapar e as principais características são as seguintes:

Valor nominal unitário:	R\$ 1.000,00
Vencimento final:	24 de outubro de 2022
Pagamento do valor nominal:	Parcela única no vencimento final
Remuneração:	95,0% do CDI
Pagamento da remuneração:	Semestralmente
Repactuação:	Não haverá repactuação

Valor nominal unitário:	R\$ 1.000,00
Vencimento final:	24 de outubro de 2024
Pagamento do valor nominal:	Parcela única no vencimento final
Remuneração:	IPCA + 4,33%
Pagamento da remuneração:	Anualmente
Repactuação:	Não haverá repactuação

A IPP contratou instrumentos de proteção a variações no IPCA, trocando os encargos financeiros das debêntures atreladas ao IPCA para 97,3% do CDI. A IPP designou o instrumento de proteção como hedge de valor justo, desta forma, tanto as debêntures quanto o instrumento de proteção são apresentados pelo seu valor justo calculado desde o início de sua contratação, sendo as variações de valor justo reconhecidas no resultado.

## Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

- 7) Em março de 2018, a Sociedade efetuou sua sexta emissão de debêntures, em série única de 1.725.000 debêntures simples, não conversíveis em ações, de espécie quirografária, cujas principais características são:

Valor nominal unitário:	R\$ 1.000,00
Vencimento final:	5 de março de 2023
Pagamento do valor nominal:	Parcela única no vencimento final
Remuneração:	105,25% do CDI
Pagamento da remuneração:	Semestralmente
Repactuação:	Não haverá repactuação

As debêntures têm vencimentos distribuídos conforme abaixo (inclui juros até 31 de março de 2018).

<b>Vencimento</b>	
dez/2018	814.865
mai/2021	507.800
abr/2022	666.738
jul/2022	1.562.536
out/2022	736.550
mar/2023	1.728.138
abr/2024	366.931
out/2024	213.283
	<hr/>
Total	<u><u>6.596.841</u></u>

### *h. Nota de crédito à exportação*

A controlada Oxiteno Nordeste possui contrato de nota de crédito à exportação no montante de R\$ 156,8 milhões com vencimento em maio de 2018 e encargo financeiro pós-fixado de 101,5% do CDI pago trimestralmente.

## Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

### *i. Contratos de arrendamento mercantil financeiro*

A controlada Cia. Ultragaz mantém contrato de arrendamento mercantil financeiro relativo à locação de bases de engarrafamento e vasilhames de GLP com vencimento em abril de 2031.

Os valores do imobilizado e do intangível, líquidos de depreciação e amortização, e do passivo correspondentes a esses equipamentos, estão abaixo demonstrados:

	<u>31/03/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Imobilizado e intangível, líquidos de depreciação e amortização	14.847	15.732
Financiamento (valor presente)	<u>47.893</u>	<u>48.515</u>
Circulante	2.743	2.710
Não circulante	45.150	45.805

Os desembolsos futuros (contraprestações), assumidos em decorrência desses contratos, estão apresentados abaixo:

	<u>31/03/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Até 1 ano	5.113	5.113
De 1 a 2 anos	5.113	5.113
De 2 a 3 anos	5.113	5.113
De 3 a 4 anos	5.113	5.113
De 4 a 5 anos	5.113	5.113
Mais de 5 anos	<u>41.334</u>	<u>42.611</u>
Total	<u>66.899</u>	<u>68.176</u>

As contraprestações acima incluem os valores de Imposto sobre Serviços (“ISS”), a serem pagos em contraprestações mensais, exceto para os desembolsos referentes às bases de engarrafamento de GLP.

**Notas Explicativas**

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

**j. Custos de transação**

Os custos de transação incorridos na captação de recursos financeiros foram deduzidos do valor do instrumento financeiro contratado e apropriados ao resultado de acordo com a taxa efetiva, conforme abaixo:

	<b>Taxa efetiva do custo de transação (% a.a.)</b>	<b>Saldo em 31/12/2017</b>	<b>Custos incorridos</b>	<b>Amortizações</b>	<b>Saldo em 31/03/2018</b>
Notas no mercado externo (15.b)	0,0	15.298	-	(341)	14.957
Banco do Brasil (15.f)	0,2	8.065	-	(1.101)	6.964
Debêntures (15.g)	0,2	44.709	3.740	(2.287)	46.162
Financiamentos externos (15.c)	0,1	1.213	-	(280)	933
Outros	0,2	2.801	366	(226)	2.941
<b>Total</b>		<b>72.086</b>	<b>4.106</b>	<b>(4.235)</b>	<b>71.957</b>

O montante a apropriar ao resultado nos próximos exercícios tem a seguinte composição:

	<b>Até 1 ano</b>	<b>De 1 a 2 anos</b>	<b>De 2 a 3 anos</b>	<b>De 3 a 4 anos</b>	<b>De 4 a 5 anos</b>	<b>Mais de 5 anos</b>	<b>Total</b>
Notas no mercado externo (15.b)	1.406	1.484	1.567	1.654	1.747	7.099	14.957
Banco do Brasil (15.f)	4.760	1.262	548	326	68	-	6.964
Debêntures (15.g)	9.827	9.794	9.877	9.686	4.801	2.177	46.162
Financiamento externo (15.c)	691	174	68	-	-	-	933
Outros	775	932	684	360	190	-	2.941
<b>Total</b>	<b>17.459</b>	<b>13.646</b>	<b>12.744</b>	<b>12.026</b>	<b>6.806</b>	<b>9.276</b>	<b>71.957</b>

## Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

### k. Garantias

Para os financiamentos são mantidas garantias reais no montante de R\$ 67.152 em 31 de março de 2018 (R\$ 66.337 em 31 de dezembro de 2017) e avais, fianças e notas promissórias no montante de R\$ 9.917.088 em 31 de março de 2018 (R\$ 9.587.971 em 31 de dezembro de 2017).

Adicionalmente, a Sociedade e suas controladas oferecem avais em cartas de fianças de processos judiciais e comerciais no montante de R\$ 280.849 em 31 de março de 2018 (R\$ 237.537 em 31 de dezembro de 2017) e não possuía garantias relacionadas a importação de matéria-prima da controlada IPP em 31 de março de 2018 (R\$ 81.046 em 31 de dezembro de 2017).

Algumas controladas da Oxiteno emitem garantias para instituições financeiras relacionadas às quantias devidas a essas instituições por alguns de seus clientes (financiamento de “*vendor*”). Caso alguma controlada venha a ser instada a realizar pagamento relativo a essas garantias, a controlada poderá recuperar o montante pago diretamente de seus clientes através de cobrança comercial. O montante máximo de pagamentos futuros relacionados a essas garantias é de R\$ 2.741 em 31 de março de 2018 (R\$ 8.224 em 31 de dezembro de 2017), com vencimentos de até 90 dias. Até 31 de março de 2018, as controladas não sofreram perdas relacionadas a essas garantias. O valor justo das garantias outorgadas reconhecido em demais contas a pagar no passivo circulante é de R\$ 68 em 31 de março de 2018 (R\$ 205 em 31 de dezembro de 2017), sendo reconhecido no resultado à medida que os clientes liquidam a sua obrigação com as instituições financeiras.

## 16 Fornecedores (Consolidado)

	31/03/2018	31/12/2017
Fornecedores nacionais	1.686.211	1.973.668
Fornecedores estrangeiros	<u>173.579</u>	<u>181.830</u>
	<u>1.859.790</u>	<u>2.155.498</u>

Algumas controladas da Sociedade adquirem combustíveis e GLP da Petrobras e de suas controladas e eteno da Braskem S.A. Esses fornecedores possuem praticamente a totalidade dos mercados destes produtos no Brasil.

**Notas Explicativas***(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)***17 Salários e encargos sociais (Consolidado)**

	<b>31/03/2018</b>	<b>31/12/2017</b>
Provisões sobre folha de pagamento	179.579	179.120
Participação nos lucros, bônus e prêmios	50.720	125.006
Encargos sociais	70.518	64.524
Outros	<u>3.660</u>	<u>19.468</u>
	<u>304.477</u>	<u>388.118</u>

**18 Obrigações tributárias (Consolidado)**

	<b>31/03/2018</b>	<b>31/12/2017</b>
		<b>Reapresentado</b>
ICMS	151.705	128.571
PIS e COFINS	25.981	25.319
PERT (*)	1.832	19.584
IVA das controladas no exterior	17.179	17.992
ISS	10.139	11.211
Outros	<u>14.861</u>	<u>18.852</u>
	<u>221.697</u>	<u>221.529</u>

(\*) Refere-se a débitos fiscais federais da controlada IPP que foram incluídos no Programa Especial de Regularização Tributária.

## Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

### 19 Benefícios a empregados e plano de previdência privada (Consolidado)

#### a. ULTRAPREV - Associação de Previdência Complementar

Em fevereiro de 2001, o Conselho de Administração da Sociedade aprovou a adoção de um plano de previdência privada na modalidade de contribuição definida, patrocinado pela Sociedade e suas controladas. Desde agosto de 2001, empregados participantes contribuem para este plano, administrado pela Ultraprev - Associação de Previdência Complementar (“Ultraprev”). Nos termos do plano, a contribuição básica de cada empregado participante é calculada por meio da multiplicação de um percentual, até o limite de 11%, o qual é anualmente definido pelo participante, com base no seu salário. As sociedades patrocinadoras contribuem, em nome do participante, com um valor idêntico ao da contribuição básica deste. À medida que os participantes se aposentam, eles optam entre receber: (i) uma quantia mensal, que varia entre 0,5% e 1,0% sobre o fundo acumulado em seu nome na Ultraprev; ou (ii) um valor fixo mensal que esgotará o fundo acumulado em nome do participante em um prazo que varia entre 5 e 25 anos. Assim sendo, a Sociedade e suas controladas não assumem responsabilidade por garantir valores e prazos de recebimento de aposentadoria. No período de três meses findo em 31 de março de 2018, as controladas contribuíram com R\$ 6.166 (R\$ 6.145 no período de três meses findo em 31 de março de 2017) à Ultraprev, valor contabilizado como despesa no resultado do exercício. O total de empregados vinculados ao plano em 31 de março de 2018 atingiu 8.416 participantes ativos e 254 participantes aposentados. Adicionalmente, a Ultraprev possuía 27 ex-funcionários recebendo benefícios conforme as regras de plano anterior cujas reservas estão plenamente constituídas.

#### b. Benefícios pós-emprego

As controladas reconhecem provisão para benefício pós-emprego, principalmente relacionada a gratificação por tempo de serviço, indenização do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (“FGTS”), plano de assistência médica e odontológica e seguro de vida para aposentados elegíveis.

Os valores relacionados a esses benefícios foram apurados em avaliação conduzida por atuário independente e revisados pela administração em 31 de dezembro de 2017, e estão reconhecidos nas informações trimestrais conforme o IAS 19 R2011 (CPC 33 R2).

	31/03/2018	31/12/2017
Plano de Assistência Médica e Odontológica <sup>(1)</sup>	102.156	99.767
Multa FGTS	84.176	81.831
Gratificação	41.416	40.254
Seguro de vida <sup>(1)</sup>	16.016	15.671
	<u>243.764</u>	<u>237.523</u>
Total		
Circulante	30.059	30.059
Não circulante	213.705	207.464

<sup>(1)</sup> somente aplicável à IPP, IpiLubs e CBLSA.

## Notas Explicativas

*(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)*

### 20 Provisão para retirada de tanques (Consolidado)

Esta provisão corresponde à obrigação legal de retirar tanques subterrâneos da controlada IPP localizados em postos de sua marca após determinado prazo de utilização (vide nota explicativa nº 2.n).

A tabela a seguir indica a movimentação da provisão para retirada de tanques:

	<b>31/03/2018</b>	<b>31/03/2017</b>
Saldo inicial	64.773	77.564
Adições (novos tanques)	104	158
Gastos com tanques retirados	(4.157)	(525)
Despesa com atualização	663	783
	<hr/>	<hr/>
Saldo final	<u>61.383</u>	<u>77.980</u>
Circulante	4.439	4.812
Não circulante	56.944	73.168

## Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

### 21 Provisões e contingências (Consolidado)

#### a. Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Sociedade e suas controladas são partes em ações tributárias, cíveis, ambientais, regulatórias e trabalhistas em andamento tanto na esfera administrativa quanto na judicial, as quais, quando aplicável, são amparadas por depósitos judiciais. As provisões para as perdas decorrentes destes processos são baseadas na opinião dos departamentos jurídicos da Sociedade e de seus assessores legais externos e são estimadas e atualizadas pela administração.

O quadro a seguir demonstra a composição das provisões por natureza e sua movimentação:

Provisões	Saldo em 31/12/2017	Adições	Baixas	Atualizações	Saldo em 31/03/2018
IRPJ e CSLL (21.a.1.1)	515.829	-	-	4.181	520.010
PIS e COFINS (21.a.1.2)	34.927	-	(5.360)	251	29.818
ICMS	111.784	564	(869)	105	111.584
Cíveis, ambientais e regulatórias (21.a.2.1)	89.296	1.417	(2.627)	20	88.106
Trabalhistas (21.a.3.1)	82.425	3.906	(4.406)	311	82.236
IPI	78.067	-	-	-	78.067
Outras	13.468	-	(129)	244	13.583
<b>Total</b>	<b>925.796</b>	<b>5.887</b>	<b>(13.391)</b>	<b>5.112</b>	<b>923.404</b>
Circulante	64.550				57.437
Não circulante	861.246				865.967

Algumas das provisões acima apresentadas possuem no todo, ou em parte, depósitos judiciais a elas relacionados.

A composição dos depósitos judiciais por natureza está demonstrada a seguir:

	31/03/2018	31/12/2017
Tributários	657.932	659.062
Trabalhistas	71.618	71.074
Cíveis e outros	100.767	92.524
<b>Total – ativo não circulante</b>	<b>830.317</b>	<b>822.660</b>

## Notas Explicativas

*(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)*

### **a.1) Provisões tributárias e previdenciárias**

a.1.1) Em 7 de outubro de 2005, as controladas Cia. Ultragaz e Bahiana ingressaram com mandado de segurança e obtiveram liminar para realizar a compensação de créditos de PIS e COFINS sobre compras de GLP com outros tributos administrados pela SRF, notadamente IRPJ e CSLL. A decisão foi confirmada em sentença favorável de 1ª instância em 16 de maio de 2008. Diante da liminar concedida, as controladas realizaram depósitos judiciais cujo saldo atual totaliza R\$ 487.733 em 31 de março de 2018 (R\$ 483.485 em 31 de dezembro de 2017). Em 18 de julho de 2014, foi publicada decisão de 2ª instância desfavorável e as controladas suspenderam os depósitos, voltando a recolher tais tributos. Para reestabelecer o direito à realização dos depósitos, foi apresentada medida cautelar que foi indeferida em 30 de dezembro de 2014, e as controladas recorreram desta decisão em 3 de fevereiro de 2015. Em relação ao mérito, foram apresentados recursos aos respectivos tribunais superiores (STJ e STF) cujo julgamento definitivo encontra-se pendente.

a.1.2) As controladas Oxiteno S.A., Oxiteno Nordeste, Cia. Ultragaz, Tequimar, Tropical Transportes Ipiranga Ltda., EMCA, IPP e Extrafarma possuem mandados de segurança objetivando a exclusão do ICMS na base de cálculo das contribuições do PIS e da COFINS. Em 15 de março de 2017, em sede de repercussão geral, o Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu que o ICMS não compõe a base de cálculo do PIS e da COFINS. Assim, amparada pelo posicionamento dos seus assessores legais, em 31 de março de 2017, a Oxiteno Nordeste e a IPP reverteram a provisão que havia sido constituída no montante de R\$ 109.463.

A Sociedade ressalta ser possível ao STF restringir os efeitos do julgamento ou decidir que a eficácia seja alcançada a partir de seu trânsito em julgado ou de outro momento que venha a ser fixado. Em que pese o contexto favorável, até que ocorra o efetivo trânsito em julgado da decisão, as causas poderão ser reavaliadas, o que poderá resultar na necessidade de constituição de novas provisões no futuro.

### **a.2) Provisões cíveis, ambientais e regulatórias**

a.2.1) A Sociedade e suas controladas possuem provisões para litígios sobre cláusulas de contratos com clientes e ex-prestadores de serviços, indenizações, bem como para questões ambientais e regulatórias, no montante de R\$ 88.106 em 31 de março de 2018 (R\$ 89.296 em 31 de dezembro de 2017).

### **a.3) Provisões trabalhistas**

a.3.1) A Sociedade e suas controladas mantêm provisão de R\$ 82.236 em 31 de março de 2018 (R\$ 82.425 em 31 de dezembro de 2017) para fazer face a processos de cunho trabalhista, que consistem, basicamente, em ações ajuizadas por empregados e prestadores de serviços, questionando parcelas decorrentes da relação de trabalho e suposto vínculo trabalhista.

## Notas Explicativas

*(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)*

### **b. Passivos contingentes (possíveis)**

A Sociedade e suas controladas são partes em ações tributárias, cíveis, ambientais, regulatórias e trabalhistas cujo prognóstico de perda é avaliado como possível (chances de perda de 50% ou menos) pelos departamentos jurídicos da Sociedade baseado na opinião de seus assessores legais externos e, com base nesta avaliação, não se encontram provisionados nas informações trimestrais. O montante estimado relativo aos passivos contingentes avaliados com probabilidade de perda possível é R\$ 2.663.966 em 31 de março de 2018 (R\$ 2.576.583 em 31 de dezembro de 2017).

#### **b.1) Passivos contingentes tributários e previdenciários**

A Sociedade e suas controladas possuem passivos contingentes de natureza tributária e previdenciária no valor de R\$ 1.773.636 em 31 de março de 2018 (R\$ 1.709.435 em 31 de dezembro de 2017), dos quais se destacam:

b.1.1) A controlada IPP e suas controladas discutem a não homologação de compensação de créditos de Imposto sobre Produtos Industrializados (“IPI”) apropriados em entradas de insumos tributados cujas saídas posteriores se deram sob o abrigo da imunidade. O montante referente a esta contingência é R\$ 165.506 em 31 de março de 2018 (R\$ 166.003 em 31 de dezembro de 2017).

b.1.2) A controlada IPP e suas controladas possuem processos relacionados ao ICMS cujo valor total envolvido é de R\$ 666.480 em 31 de março de 2018 (R\$ 618.774 em 31 de dezembro de 2017). Decorrem em sua maioria de créditos considerados indevidos no valor de R\$ 305.361 em 31 de março de 2018 (R\$ 307.255 em 31 de dezembro de 2017), dos quais R\$ 122.352 (R\$ 121.891 em 31 de dezembro de 2017) se referem à exigência de estorno proporcional de créditos de ICMS relacionados às aquisições de álcool hidratado; de suposta falta de recolhimento do imposto no valor de R\$ 116.132 (R\$ 113.999 em 31 de dezembro de 2017); e de diferenças de estoque no valor de R\$ 191.757 (R\$ 149.171 em 31 de dezembro de 2017) relacionadas às sobras ou faltas ocorridas em função de diferenças de temperatura ou manuseio do produto.

b.1.3) A Sociedade e suas controladas também são parte em ações administrativas e judiciais envolvendo IRPJ, CSLL, PIS e COFINS, substancialmente envolvendo indeferimento de compensações e glosa de créditos no valor de R\$ 644.882 em 31 de março de 2018 (R\$ 645.868 em 31 de dezembro de 2017) dos quais se destaca a seguinte:

b.1.3.1) No primeiro trimestre de 2017, a controlada IPP recebeu uma autuação fiscal referente a IRPJ e CSLL decorrentes da suposta amortização indevida do ágio pago na aquisição de investimentos, no valor de R\$ 188.707 em 31 de março de 2018 (R\$ 187.027 em 31 de dezembro de 2017), que inclui o montante dos tributos, juros e penalidade. A administração avaliou como “possível” a probabilidade de perda dessa causa, apoiada pelo parecer de seus consultores jurídicos, e, portanto, não reconheceu provisão para esse passivo contingente.

## Notas Explicativas

*(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)*

### **b.2) Passivos contingentes cíveis, ambientais e regulatórias**

A Sociedade e suas controladas possuem passivos contingentes de natureza cível, ambiental e regulatória no valor de R\$ 607.781 totalizando 2.894 processos em 31 de março de 2018 (R\$ 593.437 totalizando 2.783 processos em 31 de dezembro de 2017), dos quais se destacam:

b.2.1) A controlada Cia. Ultragas respondeu a processo administrativo junto ao CADE, sob alegação de prática anticoncorrencial em municípios da região do Triângulo Mineiro em 2001, no qual foi condenada à multa em valor atualizado de R\$ 32.484 em 31 de março de 2018 (R\$ 32.315 em 31 de dezembro de 2017). Essa decisão administrativa teve sua execução suspensa por ordem judicial e o mérito está em discussão na esfera judicial.

b.2.2) Em 2016, a controlada Cia. Ultragas tornou-se parte em dois processos administrativos junto ao CADE, relativos a alegações de práticas anticompetitivas: i) um dos processos trata de supostas práticas na Paraíba e outros Estados do Nordeste, e nele a controlada Bahiana é parte juntamente com a Cia. Ultragas. Neste processo, a Cia. Ultragas e a Bahiana firmaram Termo de Compromisso de Cessação (TCC) com o CADE, homologado em 22 de novembro de 2017, no valor de R\$ 95.987, a ser paga em 8 (oito) parcelas iguais atualizadas pela SELIC, de periodicidade semestral, com vencimento da primeira em 180 (cento e oitenta) dias a contar da data de publicação da homologação. Três funcionários e um ex-funcionário celebraram TCC no valor total de R\$ 1.100. Com a celebração do TCC, o processo administrativo ficará suspenso em relação à Cia. Ultragas e à Bahiana até seu julgamento final; ii) o segundo processo trata de supostas práticas no Distrito Federal e entorno, e nele apenas a Cia. Ultragas é parte. Neste processo, a Cia. Ultragas também firmou Termo de Compromisso de Cessação (TCC) com o CADE, homologado em 6 de setembro de 2017, no valor de R\$ 2.154, a ser paga em uma única parcela, com vencimento da primeira em 180 (cento e oitenta) dias a contar da data de publicação da homologação. Dois ex-funcionários celebraram TCC no valor de R\$ 50 cada um. Com a celebração do TCC, o processo administrativo ficará suspenso em relação à Cia. Ultragas até seu julgamento final.

b.2.3) A controlada IPP é parte em dois processos administrativos perante o CADE baseados em supostas práticas anticompetitivas no município de Joinville/SC e na região metropolitana de Belo Horizonte/MG. Em 31 de março de 2018, não havia sido aplicada qualquer multa decorrente dos referidos processos administrativos. Suportada na opinião dos advogados externos, que classificam a probabilidade de perda como remota, a administração não reconheceu provisão para essas contingências em 31 de março de 2018.

## Notas Explicativas

*(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)*

b.2.4) Em 29 de novembro de 2016, foi emitido parecer técnico pelo Centro de Apoio Operacional à Execução – CAEX, órgão vinculado ao Ministério Público Estadual de São Paulo (“MPE”), apresentando proposta de cálculo de indenização para os supostos danos ambientais decorrentes do incêndio ocorrido em 2 de abril de 2015 no Terminal de Santos da controlada Tequimar. O trabalho não possui efeito vinculante, caráter condenatório ou sancionatório e ainda será avaliado pelas autoridades e partes envolvidas. A controlada discorda da metodologia e das premissas adotadas na proposta e está negociando acordo com o MPE e Ministério Público Federal (“MPF”), não havendo, neste momento, no âmbito cível, ação ajuizada a respeito do assunto. As negociações estão direcionadas à reparação *in natura* dos eventuais danos. Caso as negociações com o MPE e MPF sejam concluídas de maneira desfavorável para as partes envolvidas, os desembolsos correspondentes ao custo dos projetos poderão afetar as demonstrações financeiras da Sociedade futuramente, em adição aos valores já reconhecidos. Adicionalmente, no âmbito criminal, o MPF ofereceu denúncia em face da controlada Tequimar, que aguarda citação da demanda para tomar todas as medidas cabíveis à sua defesa. Adicionalmente, em 31 de março de 2018 existem passivos contingentes não reconhecidos referentes a ações judiciais e pleitos extrajudiciais no montante de R\$ 83.075 e R\$ 23.459 (R\$ 88.075 e R\$ 25.852 em 31 de dezembro de 2017), respectivamente. Para maiores informações vide nota explicativa nº 22.

### **b.3) Passivos contingentes trabalhistas**

A Sociedade e suas controladas possuem passivos contingentes de natureza trabalhista no valor de R\$ 282.549 totalizando 1.893 processos em 31 de março de 2018 (R\$ 273.711 totalizando 1.899 processos em 31 de dezembro de 2017), dos quais destaca-se:

b.3.1) O Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias Petroquímicas (Sindiquímica), ao qual são filiados os empregados de controladas situadas no Polo Petroquímico de Camaçari, Oxiteno Nordeste e EMCA, ajuizou, em 1990, ações individuais contra as controladas, pleiteando o cumprimento da cláusula quarta da Convenção Coletiva de Trabalho, que previa reajuste salarial, em detrimento das políticas salariais efetivamente praticadas. No mesmo ano houve também o ajuizamento da ação coletiva de natureza declaratória pelo Sindicato Patronal (SINPEQ), contra o Sindiquímica, com pedido de reconhecimento de perda de eficácia da mesma cláusula quarta. As ações individuais, que já transitaram em julgado, foram julgadas de forma favorável às controladas Oxiteno Nordeste e EMCA e a ação coletiva permanece aguardando julgamento no STF. Em 2010, algumas empresas do Polo de Camaçari firmaram acordo com o Sindiquímica e noticiaram o fato na ação coletiva em trâmite no STF. Em outubro de 2015, o Sindiquímica ajuizou ações de cumprimento em face de todas as empresas que não celebraram acordo, entre elas a Oxiteno Nordeste e a EMCA. As decisões de 1ª instância foram favoráveis às empresas, e estão aguardando julgamento do Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região. Além das ações coletivas, ações individuais contendo o mesmo objeto têm sido ajuizadas.

## Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

### c. Operação de lubrificantes entre IPP e Chevron

No processo da transação da operação de lubrificantes no Brasil entre Chevron e a controlada IPP (vide nota explicativa nº 3.c), ficou acordado que cada acionista fica responsável por quaisquer demandas decorrentes de atos, fatos ou omissões antes da transação. As provisões de responsabilidade do acionista Chevron no valor de R\$ 3.452 estão refletidas na consolidação dessas informações trimestrais, bem como os passivos contingentes identificados na data de aquisição, cuja provisão no montante de R\$ 198.900 foi reconhecida na combinação de negócio em 1 de dezembro de 2017. Os montantes de provisões e passivos contingentes reconhecidos na combinação de negócios e de responsabilidade da acionista Chevron serão ressarcidos à controlada CBLSA em caso de perdas, sendo constituído dessa forma um ativo de indenização no mesmo montante sem necessidade de constituir provisão para valores incobráveis.

## 22 Contas a pagar - indenização de seguradoras

Em abril de 2015 ocorreu um incêndio nas instalações operadas pela Ultracargo em Santos, que atingiu seis tanques, representativos de 4% da capacidade total da controlada em 31 de dezembro de 2014. O acidente e seus impactos foram investigados pelas Polícias Civil e Federal, que concluíram não ser possível determinar a causa origem do acidente e tão pouco individualizar conduta ativa ou passiva relacionada à causa, não havendo imputação penal de qualquer indivíduo ou da controlada, por ambas as autoridades. Não obstante, o Ministério Público Federal ofereceu denúncia em face da controlada Tequimar, que aguarda citação da demanda para tomar todas as medidas cabíveis à sua defesa.

A etapa de descomissionamento da área afetada foi finalizada e dos 150 mil m<sup>3</sup> que estavam paralisados, foram obtidas, em junho de 2017, as licenças necessárias para a volta da operação equivalente a 67,5 mil m<sup>3</sup>. A tancagem remanescente permanece paralisada e em processo de recuperação para posterior licenciamento e início da operação.

O saldo remanescente de indenizações a clientes e terceiros está demonstrado abaixo:

	Saldo em 31/12/2017	Adições	Baixas	Pagamentos	Saldo em 31/03/2018
Total - circulante	<u>72.216</u>	<u>152</u>	<u>(17.270)</u>	<u>(6.705)</u>	<u>48.393</u>

## Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

### 23 Receita diferida (Consolidado)

As controladas da Sociedade têm reconhecidas as seguintes receitas diferidas:

	31/03/2018	31/12/2017
Taxa inicial de franquia <i>am/pm</i> e <i>Jet Oil</i>	20.243	19.537
Programa de fidelidade Km de Vantagens	9.531	9.134
Programa de fidelidade Clube Extrafarma	2.375	2.638
	32.149	31.309
	32.149	31.309
Circulante	18.779	18.413
Não circulante	13.370	12.896

#### Programas de fidelidade

A controlada IPP possui um programa de fidelidade chamado Km de Vantagens ([www.kmdevantagens.com.br](http://www.kmdevantagens.com.br)) que recompensa os clientes cadastrados com pontos quando estes compram produtos nos postos Ipiranga ou em seus parceiros. O cliente pode trocar os pontos, durante o período de um ano, por descontos em produtos e serviços oferecidos pela Ipiranga e pelos seus parceiros. Os pontos recebidos por clientes da Ipiranga e passíveis de utilização no parceiro Multiplus Fidelidade e por descontos no posto virtual da Ipiranga na internet ([www.postoipiranganaweb.com.br](http://www.postoipiranganaweb.com.br)) são descontados da receita de vendas.

A controlada Extrafarma possui um programa de fidelidade chamado Clube Extrafarma ([www.clubeextrafarma.com.br](http://www.clubeextrafarma.com.br)) que recompensa os clientes cadastrados com pontos obtidos na compra de produtos em sua rede de drogarias. O cliente pode trocar os pontos, durante o período de seis meses, por descontos em produtos na rede de drogarias, recarga de crédito em telefonia celular e prêmios oferecidos pelos parceiros Multiplus Fidelidade e Ipiranga, por meio do Km de Vantagens. Os pontos recebidos por clientes da Extrafarma são descontados da receita de vendas.

A receita diferida é estimada com base no valor justo dos pontos emitidos, que leva em consideração o valor dos prêmios e a expectativa de resgate dos pontos.

#### Taxa inicial de franquia

A *am/pm* é a rede de lojas de conveniências dos postos Ipiranga, que em 31 de março de 2018 eram representadas por 2.437 lojas (2.414 lojas em 31 de dezembro de 2017). O *Jet Oil* é a rede especializada em troca de óleo e serviços automotivos dos postos Ipiranga, que em 31 de março de 2018 eram representadas por 1.747 lojas (1.735 lojas em 31 de dezembro de 2017).

## Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

### 24 Bônus de subscrição – indenização

Em virtude da associação entre a Sociedade e a Extrafarma em 31 de janeiro de 2014, foram emitidos 7 bônus de subscrição – indenização, correspondentes a até 3.205.622 ações da Sociedade. Os bônus de subscrição - indenização poderão ser exercidos a partir de 2020 pelos ex-acionistas de Extrafarma e são ajustados conforme as variações dos montantes de provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas e passivos contingentes relativos ao período anterior a 31 de janeiro de 2014. Os bônus de subscrição – indenização foram valorizados conforme o preço das ações da Ultrapar (UGPA3) e reduzidos pelo *dividend yield* até 2020, uma vez que o seu exercício somente é possível a partir de 2020, não tendo até então direito a dividendos. Em 31 de março de 2018, os bônus de subscrição - indenização eram representados por 2.505.210 ações e totalizavam R\$ 169.865 (2.415.848 ações e totalizavam R\$ 171.459 em 31 de dezembro de 2017). Devido à decisão desfavorável definitiva de alguns desses processos, em 31 de março de 2018 o número máximo de ações que poderão ser emitidas no futuro referentes aos bônus de subscrição - indenização é de até 3.002.363 (3.035.499 ações em 31 de dezembro de 2017). Para maiores informações sobre a aquisição da Extrafarma vide nota explicativa nº 3.a. das demonstrações financeiras arquivadas na CVM em 17 de fevereiro de 2016.

### 25 Patrimônio líquido

#### a. Capital social

A Sociedade é uma sociedade anônima de capital aberto, com ações negociadas no segmento Novo Mercado da B3 sob o código UGPA3 e na Bolsa de Nova Iorque (NYSE) através de *American Depositary Receipts* (“ADRs”) nível III sob o código UGP. Em 31 de março de 2018, o capital social subscrito e integralizado estava representado por 556.405.096 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, sendo vedadas as emissões de ações preferenciais e de partes beneficiárias. Cada ação ordinária dá direito a um voto nas deliberações das Assembleias Gerais.

O preço das ações de emissão da Sociedade na B3 em 31 de março de 2018 era de R\$ 70,92.

Em 31 de março de 2018, a Sociedade estava autorizada a aumentar o capital social até o limite de 800.000.000 ações ordinárias, independentemente de reforma estatutária, por deliberação do Conselho de Administração.

Em 31 de março de 2018 estavam em circulação no exterior 30.280.060 ações ordinárias na forma de ADRs (28.935.260 ações em 31 de dezembro de 2017).

#### b. Instrumento patrimonial outorgado

Em 19 de abril de 2017 foi aprovado novo plano de incentivo baseado em ações, que estabelece os termos e condições gerais para a concessão de ações ordinárias de emissão da Sociedade mantidas em tesouraria (vide nota explicativa nº 8.c).

## Notas Explicativas

*(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)*

### **c. Ações em tesouraria**

A Sociedade adquiriu ações de sua emissão a preços de mercado, sem redução do capital social, para manutenção em tesouraria e posterior alienação ou cancelamento, nos termos das Instruções CVM 10, de 14 de fevereiro de 1980, e 268, de 13 de novembro de 1997.

Em 31 de março de 2018, 13.174.689 ações ordinárias (13.041.356 ações em 31 de dezembro de 2017) eram mantidas em tesouraria pela Sociedade, adquiridas ao custo médio de R\$ 36,61 (R\$ 36,98 em 31 de dezembro de 2017).

### **d. Reserva de capital**

A reserva de capital reflete o ganho com a alienação de ações a preço de mercado para concessão de usufruto a executivos das controladas da Sociedade, conforme mencionado na nota explicativa nº 8.c).

Por conta da associação com a Extrafarma ocorrida em 2014, houve um aumento da reserva de capital no montante de R\$ 498.812, devido à diferença do valor atribuído ao capital social e o valor de mercado da ação da Ultrapar na data da emissão, deduzido de R\$ 2.260 dos custos na emissão dessas ações. Para maiores informações sobre a aquisição da Extrafarma vide nota explicativa nº 3.a. das demonstrações financeiras arquivadas na CVM em 17 de fevereiro de 2016.

### **e. Reserva de reavaliação**

A reserva de reavaliação reflete a reavaliação de ativos de controladas e é realizada com base nas depreciações, baixas ou alienações dos respectivos bens reavaliados das controladas, considerando-se, ainda, os efeitos tributários constituídos por essas controladas.

### **f. Reservas de lucros**

#### Reserva legal

Conforme a Lei das Sociedades por Ações, a Sociedade apropria 5% do seu lucro líquido anual para reserva legal, até esta atingir 20% do valor do capital social. Essa reserva pode ser usada para aumento de capital ou absorção de perdas, porém não pode ser usada para distribuição de dividendos.

#### Reserva de retenção de lucros

Constituída em exercícios anteriores e destinada à aplicação em investimentos previstos em orçamento de capital, principalmente em expansão, produtividade e qualidade, aquisições e novos investimentos, em conformidade com o artigo 196 da Lei das Sociedades por Ações.

## Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

### Reserva estatutária para investimentos

Constituída em conformidade com o artigo 194 da Lei das Sociedades por Ações e o artigo 55.c) do Estatuto Social com a finalidade de preservar a integridade do patrimônio social e reforçar o capital da Sociedade, permitindo a realização de novos investimentos. Como previsto no estatuto, a Sociedade pode alocar até 45% do lucro líquido à reserva estatutária para investimentos, até o limite de 100% do capital social.

A reserva estatutária para investimentos é livre para distribuição aos acionistas e totalizava R\$ 3.000.707 em 31 de março de 2018.

### **g. Ajustes de avaliação patrimonial e ajustes acumulados de conversão de moeda estrangeira**

#### Ajustes de avaliação patrimonial

- (i) Os ganhos e perdas atuariais referentes a benefícios pós-emprego, apurados em avaliação conduzida por atuário independente, são reconhecidos no patrimônio líquido na conta ajustes de avaliação patrimonial. Os ganhos e perdas registrados no patrimônio líquido não serão reclassificados subsequentemente para o resultado.
- (ii) Os ganhos e perdas com os instrumentos de proteção de taxa de câmbio referentes a compromissos firmes e transações futuras altamente prováveis designados como *hedge* de fluxo de caixa, são reconhecidos no patrimônio líquido na conta ajustes de avaliação patrimonial. Os ganhos e perdas registrados no patrimônio líquido são reclassificados como custo inicial do ativo não financeiro.
- (iii) As diferenças entre o valor justo das aplicações financeiras mensuradas a valor justo através de outros resultados abrangentes e o valor inicial da aplicação acrescido dos rendimentos auferidos e das variações cambiais são reconhecidas no patrimônio líquido na conta ajustes de avaliação patrimonial. Os ganhos e perdas registrados no patrimônio líquido são reclassificados para o resultado caso ocorra a liquidação da aplicação financeira.
- (iv) A Sociedade reconhece nesta rubrica o efeito das mudanças na participação de não controladores em controladas que não resultam na perda de controle. Esse valor correspondente a diferença entre o montante pelo qual a participação dos não controladores tenha sido ajustada e o valor justo da contraprestação recebida ou paga e representa uma transação com acionistas.

#### Ajustes acumulados de conversão de moeda estrangeira

A variação de taxas de câmbio sobre os ativos, passivos e resultados de controladas no exterior com (i) moeda funcional diferente da moeda funcional da Sociedade, (ii) administração própria e (iii) notas no mercado externo (vide nota explicativa nº 33 – *Hedge* de investimentos líquidos em entidades no exterior), é reconhecida diretamente no patrimônio líquido. Esse efeito acumulado é revertido para o resultado do exercício como ganho ou perda somente em caso de alienação ou baixa do investimento.

**Notas Explicativas**

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

A composição e movimentação dos ajustes de avaliação patrimonial e ajustes acumulados de conversão de moeda estrangeira da Controladora são demonstradas conforme a seguir:

	<b>Ajustes de avaliação patrimonial</b>					<b>Ajustes acumulados de conversão</b>
	<b>Valor justo dos instrumentos de hedge de fluxo de caixa</b>	<b>Valor justo de aplicações financeiras</b>	<b>Ganhos/ (perdas) atuariais de benefícios pós-emprego</b>	<b>Mudança de participação de não controladores</b>	<b>Total</b>	
Em 31 de dezembro de 2017	(27.364)	-	(15.181)	202.188	159.643	53.061
Conversão de moeda estrangeira de controladas no exterior	-	-	-	-	-	(19.396)
Varição de valor justo dos instrumentos financeiros	(8.011)	(6.232)	-	-	(14.243)	-
IRPJ e CSLL sobre valor justo	2.957	-	-	-	2.957	-
Perdas atuariais em benefícios pós-emprego	-	-	(299)	-	(299)	-
Em 31 de março de 2018	(32.418)	(6.232)	(15.480)	202.188	148.058	33.665

	<b>Ajustes de avaliação patrimonial</b>			<b>Ajustes acumulados de conversão</b>
	<b>Valor justo dos instrumentos de hedge de fluxo de caixa</b>	<b>Ganhos/ (perdas) atuariais de benefícios pós-emprego</b>	<b>Total</b>	
Em 31 de dezembro de 2016	(26.883)	2.896	(23.987)	7.519
Conversão de moeda estrangeira de controladas no exterior	-	-	-	1.322
Varição de valor justo dos instrumentos de hedge	73.870	-	73.870	-
IRPJ e CSLL sobre valor justo	(24.914)	-	(24.914)	-
Perdas atuariais em benefícios pós-emprego	-	(24)	(24)	-
Em 31 de março de 2017	22.073	2.872	24.945	8.841

**Notas Explicativas**

*(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)*

**h. Dividendos e destinação do resultado do exercício**

Aos acionistas é assegurado, estatutariamente, um dividendo mínimo anual de 50% do lucro líquido ajustado, calculado nos termos da Lei das Sociedades por Ações. Os dividendos e juros sobre o capital próprio propostos acima da obrigação estatutária são reconhecidos no patrimônio líquido até sua aprovação em assembleia de acionistas. Os dividendos propostos a pagar em 31 de dezembro de 2017, no montante de R\$ 489.027 (R\$ 0,90 – noventa centavos de Real por ação), foram aprovados pelo Conselho de Administração em 21 de fevereiro de 2018, e pagos a partir de 12 de março de 2018.

**26 Receita de vendas e de serviços prestados (Consolidado)**

	<b>31/03/2018</b>	<b>31/03/2017</b> <b>Reapresentado</b>
Receita de vendas bruta	21.440.614	19.195.468
Receita de serviços prestados bruta	179.250	183.058
Impostos sobre vendas	(550.072)	(483.713)
Devoluções e abatimentos	(214.094)	(222.374)
Amortização dos ativos de contrato (vide nota explicativa nº 11)	(104.513)	(128.218)
Receita diferida (vide nota explicativa nº 23)	(63)	349
	<hr/>	<hr/>
Receita líquida de vendas e serviços	<u>20.751.122</u>	<u>18.544.570</u>

## Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

### 27 Despesas por natureza (Consolidado)

A Sociedade apresenta a demonstração do resultado consolidado por função e apresenta a seguir o detalhamento por natureza:

	<b>31/03/2018</b>	<b>31/03/2017</b> <b>Reapresentado</b>
Matérias-primas e materiais de uso e consumo	18.882.407	16.683.719
Gastos com pessoal	604.400	529.378
Fretes e armazenagens	287.540	272.768
Depreciação e amortização	194.243	165.044
Propaganda e marketing	45.156	54.949
Serviços prestados por terceiros	87.888	70.892
Aluguel de imóveis e equipamentos	57.403	44.479
Outras despesas	114.803	125.974
	<u>20.273.840</u>	<u>17.947.203</u>
<b>Total</b>	<b>20.273.840</b>	<b>17.947.203</b>
Classificado como:		
Custos dos produtos vendidos e dos serviços prestados	19.229.825	16.987.475
Despesas com vendas e comerciais	671.447	597.150
Despesas gerais e administrativas	372.568	362.578
	<u>20.273.840</u>	<u>17.947.203</u>
<b>Total</b>	<b>20.273.840</b>	<b>17.947.203</b>

Os gastos com pesquisa e desenvolvimento são reconhecidos no resultado e totalizaram R\$ 12.422 no período de três meses findo em 31 de março de 2018 (R\$ 13.494 no período de três meses findo em 31 de março de 2017).

### 28 Resultado na venda de bens (Consolidado)

O resultado na venda de bens é apurado pela diferença entre o valor da venda e o valor residual contábil do investimento, imobilizado ou intangível. O resultado foi uma perda de R\$ 2.230 no período de três meses findo em 31 de março de 2018 (perda de R\$ 6.353 no período de três meses findo em 31 de março de 2017) representado principalmente pelo resultado da venda de ativo imobilizado.

**Notas Explicativas***(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)***29 Outros resultados operacionais, líquidos (Consolidado)**

	<b>31/03/2018</b>	<b>31/03/2017</b>
Parceria comercial <sup>(1)</sup>	5.108	10.707
Merchandising <sup>(2)</sup>	5.885	4.657
Programa de fidelidade <sup>(3)</sup>	11.010	6.056
Sinistro Ultracargo – incêndio em Santos <sup>(4)</sup>	(724)	(15.672)
Reversão de provisão – ICMS na base de cálculo do PIS e COFINS (vide nota explicativa nº 21.a.1.2)	-	49.152
Multa por aquisição de empresa não efetivada <sup>(5)</sup>	(286.160)	-
Outros	<u>2.158</u>	<u>1.435</u>
Outros resultados operacionais, líquidos	<u>(262.723)</u>	<u>56.335</u>

<sup>(1)</sup> Refere-se a contratos com prestadores de serviços e fornecedores que estabelecem acordos comerciais para as lojas de conveniência e postos de combustíveis.

<sup>(2)</sup> Refere-se a contratos com fornecedores de produtos das lojas de conveniência, onde são estabelecidos, dentre outros acordos, campanhas promocionais.

<sup>(3)</sup> Refere-se a venda de km de vantagens para parceiros do programa de fidelidade, sendo a receita reconhecida no momento em que os parceiros concedem os pontos aos seus clientes.

<sup>(4)</sup> Para maiores informações sobre o sinistro da Ultracargo vide nota explicativa nº 22.

<sup>(5)</sup> Para maiores informações sobre a multa vide nota explicativa nº 3.e).

**Notas Explicativas***(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)***30 Resultado financeiro**

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>31/03/2018</b>	<b>31/03/2017</b>	<b>31/03/2018</b>	<b>31/03/2017</b>
Receitas financeiras:				
Juros sobre aplicações financeiras	19.613	30.754	79.879	137.944
Juros de clientes	-	-	31.343	25.311
Outras receitas	-	-	1.222	1.106
	<u>19.613</u>	<u>30.754</u>	<u>112.444</u>	<u>164.361</u>
Despesas financeiras:				
Juros sobre financiamentos	-	-	(118.803)	(218.937)
Juros sobre debêntures	(18.806)	(27.233)	(104.118)	(90.335)
Juros sobre arrendamento mercantil financeiro	-	-	(655)	(661)
Encargos bancários, impostos sobre operações financeiras e outros impostos	(551)	(516)	(23.795)	(22.197)
Variações cambiais, líquidas de resultado de instrumentos de proteção	-	-	27.897	14.399
Reversão de provisão – ICMS na base de cálculo do PIS e COFINS (vide nota explicativa nº 21.a.1.2)	-	-	-	43.411
Atualização dos bônus de subscrição (vide nota explicativa nº 24)	(1.156)	(9.804)	(1.156)	(9.804)
Atualizações de provisões, líquidas, e outras despesas	-	588	1.221	(1.412)
	<u>(20.513)</u>	<u>(36.965)</u>	<u>(219.409)</u>	<u>(285.536)</u>
Resultado financeiro, líquido	<u>(900)</u>	<u>(6.211)</u>	<u>(106.965)</u>	<u>(121.175)</u>

## Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

### 31 Lucro por ação (Controladora e Consolidado)

A tabela a seguir apresenta a conciliação dos numeradores e denominadores utilizados no cálculo do lucro por ação. A Sociedade possui plano de remuneração em ações e bônus de subscrição, conforme mencionados nas notas explicativas nº 8.c e 24, respectivamente.

<b>Lucro básico por ação</b>	<b>31/03/2018</b>	<b>31/03/2017</b> <b>Reapresentado</b>
Lucro líquido da Sociedade	73.855	352.562
Média ponderada das ações em circulação (em milhares)	541.881	541.774
Lucro básico por ação - R\$	0,1363	0,6508
<b>Lucro diluído por ação</b>		
Lucro líquido da Sociedade	73.855	352.562
Média ponderada das ações em circulação (em milhares), incluindo os efeitos de diluição	545.745	545.672
Lucro diluído por ação - R\$	0,1353	0,6461
<b>Média ponderada das ações (em milhares)</b>		
Média ponderada da quantidade de ações para o lucro básico por ação	541.881	541.774
Efeito da diluição		
Bônus de subscrição	2.514	2.365
Plano de ações	1.350	1.533
Média ponderada da quantidade de ações para o lucro diluído por ação	<u>545.745</u>	<u>545.672</u>

## Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

### 32 Informações por segmento

A Sociedade possui cinco segmentos de negócios relevantes: distribuição de gás, distribuição de combustíveis, químico, armazenagem e drogarias. O segmento de distribuição de gás (Ultragaz) distribui GLP a consumidores residenciais, comerciais e industriais, principalmente nas Regiões Sul, Sudeste e Nordeste do País. O segmento de distribuição de combustíveis (Ipiranga) opera na distribuição e venda de gasolina, etanol, diesel, óleo combustível, querosene, gás natural para veículos, lubrificantes e atividades relacionadas, em todo território nacional. O segmento químico (Oxiteno) produz óxido de eteno e seus principais derivados e álcoois graxos, que são matérias-primas para os segmentos de cosméticos e detergentes, agroquímicos, e de tintas e vernizes, entre outros. O segmento de armazenagem (Ultracargo) opera terminais para granéis líquidos, principalmente nas Regiões Sudeste e Nordeste do País. O segmento de drogarias (Extrafarma) comercializa medicamentos e produtos de higiene pessoal, beleza e cosméticos, no varejo e no atacado, principalmente por meio de rede própria de drogarias estabelecidas nos Estados do Amapá, Amazonas, Bahia, Ceará, Maranhão, Pará, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte, São Paulo, Sergipe e Tocantins. Os segmentos apresentados nas informações trimestrais são unidades de negócio estratégicas que oferecem produtos e serviços distintos. As vendas entre segmentos são feitas a preços semelhantes àqueles que poderiam ser praticados com terceiros.

As principais informações financeiras sobre cada um dos segmentos da Sociedade podem ser assim demonstradas:

	<b>31/03/2018</b>	<b>31/03/2017</b> <b>Reapresentado</b>
Receita líquida de vendas e serviços:		
Ultragaz	1.625.848	1.352.326
Ipiranga	17.516.292	15.735.622
Oxiteno	999.294	912.427
Ultracargo	115.984	100.684
Extrafarma	511.554	449.801
	<u>20.768.972</u>	<u>18.550.860</u>
Outros <sup>(1)</sup>	12.002	10.642
Vendas entre segmentos	(29.852)	(16.932)
Total	<u><u>20.751.122</u></u>	<u><u>18.544.570</u></u>
Vendas entre segmentos:		
Ultragaz	438	516
Ipiranga	198	-
Oxiteno	-	702
Ultracargo	17.237	5.122
Extrafarma	-	-
	<u>17.873</u>	<u>6.340</u>
Outros <sup>(1)</sup>	11.979	10.592
Total	<u><u>29.852</u></u>	<u><u>16.932</u></u>

**Notas Explicativas***(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)*

	<b>31/03/2018</b>	<b>31/03/2017</b> <b>Reapresentado</b>
Receita líquida de vendas e serviços, excluindo vendas entre segmentos:		
Ultragaz	1.625.410	1.351.810
Ipiranga	17.516.094	15.735.622
Oxitenó	999.294	911.725
Ultracargo	98.747	95.562
Extrafarma	511.554	449.801
	<u>20.751.099</u>	<u>18.544.520</u>
Outros <sup>(1)</sup>	23	50
Total	<u><u>20.751.122</u></u>	<u><u>18.544.570</u></u>
Lucro (prejuízo) operacional:		
Ultragaz	(223.452)	71.444
Ipiranga	413.919	499.535
Oxitenó	10.111	75.410
Ultracargo	27.844	9.957
Extrafarma	(17.209)	(9.921)
	<u>211.213</u>	<u>646.425</u>
Outros <sup>(1)</sup>	1.116	924
Total	<u><u>212.329</u></u>	<u><u>647.349</u></u>
Equivalência patrimonial:		
Ultragaz	30	(36)
Ipiranga	(4.462)	(4.082)
Oxitenó	291	236
Ultracargo	634	296
	<u>(3.507)</u>	<u>(3.586)</u>
Outros <sup>(1)</sup>	526	10.014
Total	<u><u>(2.981)</u></u>	<u><u>6.428</u></u>
Resultado financeiro	<u>(106.965)</u>	<u>(121.175)</u>
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	<u><u>102.383</u></u>	<u><u>532.602</u></u>

**Notas Explicativas***(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)*

	<b>31/03/2018</b>	<b>31/03/2017</b>
		<b>Reapresentado</b>
Adições ao imobilizado e intangível (excluindo transações entre segmentos):		
Ultragaz	65.874	84.853
Ipiranga	115.280	84.224
Oxiteno	138.040	74.776
Ultracargo	22.796	10.681
Extrafarma	16.139	21.709
	<u>358.129</u>	<u>276.243</u>
Outros <sup>(1)</sup>	1.955	4.703
Total de adições ao imobilizado e intangível (vide notas explicativas nº 13 e 14)	360.084	280.946
Provisão para retirada de tanques (vide nota explicativa nº 20)	(104)	(158)
Juros capitalizados	(4.618)	(6.041)
Total de investimentos em imobilizado e intangível (fluxo de caixa)	<u>355.362</u>	<u>274.747</u>
Pagamento de ativos de contratos com clientes - direitos de exclusividade (vide nota explicativa nº 11):		
Ipiranga	<u>95.866</u>	<u>146.038</u>
Depreciação e amortização no resultado:		
Ultragaz	53.410	41.180
Ipiranga	66.713	58.881
Oxiteno	40.803	35.900
Ultracargo	12.510	11.652
Extrafarma	17.017	13.901
	<u>190.453</u>	<u>161.514</u>
Outros <sup>(1)</sup>	3.790	3.530
Total	<u>194.243</u>	<u>165.044</u>
Amortização de ativos de contratos com clientes - direitos de exclusividade (vide nota explicativa nº 11):		
Ipiranga	<u>104.513</u>	<u>128.218</u>
	<b>31/03/2018</b>	<b>31/12/2017</b>
		<b>Reapresentado</b>
Ativos totais (excluindo transações entre segmentos):		
Ultragaz	2.586.060	2.408.600
Ipiranga	14.410.990	15.309.811
Oxiteno	6.716.507	6.557.456
Ultracargo	1.375.564	1.394.083
Extrafarma	2.046.153	1.948.808
	<u>27.135.274</u>	<u>27.618.758</u>
Outros <sup>(1)</sup>	1.413.432	586.753
Total	<u>28.548.706</u>	<u>28.205.511</u>

## Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

- <sup>(1)</sup> A linha “Outros” é formada pela controladora Ultrapar (incluindo ágio de certas aquisições) e pelas controladas Serma - Associação dos Usuários de Equipamentos de Processamento de Dados e Serviços Correlatos (“Serma”) e Imaven Imóveis Ltda.

### **Informações relativas à área geográfica**

Os ativos imobilizados e intangíveis da Sociedade e suas controladas estão localizados no Brasil, exceto aqueles referentes às plantas da Oxiteno no exterior, conforme demonstrado abaixo:

	<b>31/03/2018</b>	<b>31/12/2017</b>
Estados Unidos (*)	585.493	511.912
México	118.289	109.034
Uruguai	65.532	65.876
Venezuela	4.507	22.480
	<u>773.821</u>	<u>709.302</u>

- (\*) O aumento refere-se à construção da nova planta em Pasadena, Texas.

As controladas geram receitas em suas operações no Brasil, nos Estados Unidos, no México, no Uruguai e na Venezuela, bem como através da exportação de produtos a clientes estrangeiros, conforme demonstrado abaixo:

	<b>31/03/2018</b>	<b>31/03/2017</b>
		<b>Reapresentado</b>
Receita líquida das vendas:		
Brasil	20.405.131	18.284.504
México	44.456	41.339
Uruguai	9.586	11.507
Venezuela	7.472	5.668
Outros países da América Latina	93.135	100.144
Estados Unidos e Canadá	117.986	43.243
Extremo Oriente	20.518	14.235
Europa	38.467	26.651
Outros	14.371	17.279
Total	<u>20.751.122</u>	<u>18.544.570</u>

As vendas para o mercado externo são realizadas substancialmente pelo segmento Oxiteno.

## Notas Explicativas

*(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)*

### 33 Riscos e instrumentos financeiros (Consolidado)

#### **Gestão de riscos e instrumentos financeiros - Governança**

Os principais fatores de risco a que a Sociedade e suas controladas estão expostas refletem aspectos estratégico-operacionais e econômico-financeiros. Os riscos estratégico-operacionais (tais como, entre outros, comportamento de demanda, concorrência, inovação tecnológica e mudanças relevantes na estrutura da indústria) são endereçados pelo modelo de gestão da Sociedade. Os riscos econômico-financeiros refletem, principalmente, a inadimplência de clientes, o comportamento de variáveis macroeconômicas, como taxas de câmbio e de juros, bem como as características dos instrumentos financeiros que a Sociedade e suas controladas utilizam e as suas contrapartes. Esses riscos são administrados por meio de políticas de controle, estratégias específicas e determinação de limites.

A Sociedade possui uma política de gestão dos recursos, instrumentos e riscos financeiros aprovada pelo seu Conselho de Administração (“Política”). De acordo com a Política, a administração financeira tem como principais objetivos preservar o valor e a liquidez dos ativos financeiros e garantir recursos financeiros para o bom andamento dos negócios, incluindo suas expansões. Os principais riscos financeiros considerados na Política são riscos de moedas, juros, crédito e seleção de instrumentos financeiros. A governança da gestão dos riscos e instrumentos financeiros segue a segregação de responsabilidades abaixo:

- A execução da gestão dos recursos, instrumentos e riscos financeiros é feita pela diretoria financeira, através da tesouraria, com acompanhamento das áreas fiscal e contábil.
- A supervisão e monitoramento do cumprimento dos princípios, diretrizes e parâmetros da Política é de responsabilidade do Comitê de Riscos e Aplicações Financeiras, composto por membros da Diretoria Executiva da Sociedade (“Comitê”). O Comitê se reúne regularmente e tem como atribuições, entre outras, a discussão e acompanhamento das estratégias financeiras, das exposições existentes e das operações relevantes que envolvam aplicação, captação de recursos ou mitigação de riscos. O Comitê monitora mensalmente os parâmetros de risco estabelecidos pela Política através de um mapa de acompanhamento.
- As alterações da Política ou revisões dos seus parâmetros são sujeitas à aprovação do Conselho de Administração da Sociedade.
- O contínuo aprimoramento da Política é responsabilidade conjunta do Conselho de Administração, do Comitê e da diretoria financeira.
- A auditoria interna audita o cumprimento dos parâmetros da Política.

## Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

### Risco de moedas

A maior parte das operações da Sociedade, através das suas controladas, se localiza no Brasil e, portanto, a moeda de referência para a gestão do risco de moedas é o Real. A gestão do risco de moedas é guiada pela neutralidade de exposições cambiais e considera os riscos transacional, contábil e operacional da Sociedade e suas controladas às mudanças nas taxas de câmbio. A Sociedade considera como suas principais exposições cambiais os ativos e passivos em moeda estrangeira e o fluxo de curto prazo das vendas líquidas em moeda estrangeira da Oxiteno.

A Sociedade e suas controladas utilizam instrumentos de proteção cambial (principalmente entre o Real e o dólar norte-americano) disponíveis no mercado financeiro para proteger seus ativos, passivos, recebimentos e desembolsos em moeda estrangeira e investimentos líquidos em entidades no exterior, com o objetivo de reduzir os efeitos da variação cambial em seus resultados e fluxo de caixa em Reais, dentro dos limites de exposição de sua Política. Tais instrumentos de proteção cambial possuem montantes, prazos e índices substancialmente equivalentes aos dos ativos, passivos, recebimentos e desembolsos em moeda estrangeira aos quais se encontram vinculados. Estão demonstrados a seguir os ativos e passivos em moeda estrangeira, convertidos para Reais:

### **Ativos e passivos em moeda estrangeira**

em milhões de Reais	31/03/2018	31/12/2017
Ativos em moeda estrangeira		
Caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras em moeda estrangeira (exceto instrumentos de proteção)	399,2	236,4
Contas a receber de clientes no exterior, líquidas de provisão para perda e de adiantamentos de clientes no exterior	209,8	214,9
Investimentos líquidos em controladas no exterior (exceto caixa, equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber, financiamentos e contas a pagar)	1.004,6	930,0
	<u>1.613,6</u>	<u>1.381,3</u>
Passivos em moeda estrangeira		
Financiamentos em moeda estrangeira bruto de custo de transação e deságio	(4.732,2)	(4.416,2)
Contas a pagar decorrentes de importações, líquidas de adiantamentos a fornecedores estrangeiros	(163,5)	(173,1)
	<u>(4.895,7)</u>	<u>(4.589,3)</u>
Saldo (bruto) da ponta em moeda estrangeira de instrumentos de proteção cambial	<u>1.537,8</u>	<u>1.777,6</u>
Posição líquida ativa (passiva) – total	<u>(1.744,3)</u>	<u>(1.430,4)</u>
Posição líquida ativa (passiva) – efeito no resultado	(72,6)	(26,1)
Posição líquida ativa (passiva) – efeito no patrimônio líquido	(1.671,7)	(1.404,3)

## Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

### Análise de sensibilidade dos ativos e passivos em moeda estrangeira

A tabela abaixo demonstra o efeito da variação cambial nos diferentes cenários, com base na posição líquida passiva de R\$ 1.744,3 milhões em moeda estrangeira:

em milhões de Reais	<u>Risco</u>	<u>Cenário I</u> 10%	<u>Cenário II</u> 25%	<u>Cenário III</u> 50%
(1) Efeito no resultado	Depreciação do Real	(7,3)	(18,2)	(36,3)
(2) Efeito no patrimônio líquido		(167,1)	(417,9)	(835,8)
(1) + (2)		<u>(174,4)</u>	<u>(436,1)</u>	<u>(872,1)</u>
(3) Efeito no resultado	Apreciação do Real	7,3	18,2	36,3
(4) Efeito no patrimônio líquido		167,1	417,9	835,8
(3) + (4)		<u>174,4</u>	<u>436,1</u>	<u>872,1</u>

O efeito no patrimônio líquido refere-se aos ajustes acumulados de conversão das variações cambiais sobre o patrimônio líquido das controladas sediadas no exterior (vide notas explicativas nº 2.s e 25.g – ajustes acumulados de conversão de moeda estrangeira), *hedge* de investimentos líquidos em entidades no exterior, *hedge* de fluxo de caixa de compromissos firmes e *hedge* de transações altamente prováveis (vide nota explicativa nº 2.c e “Contabilidade de *hedge*” abaixo).

### Risco de juros

A Sociedade e suas controladas adotam políticas de captação e aplicação de recursos financeiros e de minimização do custo de capital. As aplicações financeiras da Sociedade e de suas controladas são mantidas principalmente em operações vinculadas ao CDI, conforme divulgado na nota explicativa nº 4. As captações são principalmente oriundas de financiamentos do Banco do Brasil, BNDES e outros órgãos de fomento, debêntures e captações em moeda estrangeira, conforme divulgado na nota explicativa nº 15.

A Sociedade procura manter seus ativos e passivos financeiros de juros em taxas flutuantes.

**Notas Explicativas**

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

Estão demonstrados a seguir os ativos e passivos financeiros, expostos a taxas de juros pós-fixadas:

em milhões de Reais	Nota explicativa	31/03/2018	31/12/2017
<b>CDI</b>			
Equivalentes de caixa	4	4.386,5	4.821,6
Aplicações financeiras	4	1.202,2	1.153,0
Saldo (bruto) da ponta ativa dos instrumentos de proteção cambial - CDI	33	26,8	29,9
Financiamentos e debêntures	15	(8.820,5)	(7.987,3)
Saldo (bruto) da ponta passiva dos instrumentos de proteção cambial - CDI	33	(1.590,0)	(1.877,4)
Saldo (bruto) da ponta passiva dos instrumentos de taxa de juros pré-fixada + IPCA - CDI	33	(595,3)	(586,6)
Posição líquida passiva em CDI		<u>(5.390,3)</u>	<u>(4.446,8)</u>
<b>TJLP</b>			
Empréstimos e financiamentos - TJLP	15	(312,2)	(301,9)
Posição líquida passiva em TJLP		<u>(312,2)</u>	<u>(301,9)</u>
<b>LIBOR</b>			
Saldo (bruto) da ponta ativa dos instrumentos de proteção cambial - LIBOR	33	993,2	984,3
Empréstimos e financiamentos - LIBOR	15	(1.630,1)	(1.418,5)
Posição líquida passiva em LIBOR		<u>(636,9)</u>	<u>(434,2)</u>
<b>TIE</b>			
Empréstimos e financiamentos – TIE	15	(18,3)	(3,4)
Posição líquida passiva em TIE		<u>(18,3)</u>	<u>(3,4)</u>
<b>SELIC</b>			
Empréstimos e financiamentos – SELIC	15	(96,7)	(100,3)
Posição líquida passiva em SELIC		<u>(96,7)</u>	<u>(100,3)</u>
Posição líquida passiva total exposta a juros pós-fixados		<u>(6.454,4)</u>	<u>(5.286,6)</u>

## Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

### Análise de sensibilidade dos riscos de juros flutuantes

A tabela abaixo demonstra a despesa e a receita incremental que teria sido reconhecida no resultado financeiro em 31 de março de 2018, devido aos efeitos da variação das taxas de juros flutuantes nos diferentes cenários.

Para análise de sensibilidade dos riscos de juros flutuantes a Sociedade utilizou como cenário base o valor acumulado dos índices de referência (CDI, TJLP, LIBOR, TIIIE e SELIC) até 31 de março de 2018. Os cenários I, II e III foram estimados com uma variação de 10%, 25% e 50%, respectivamente, nas taxas de juros flutuantes do cenário base:

Em milhões de Reais	<u>Risco</u>	<u>Cenário I</u> 10%	<u>Cenário II</u> 25%	<u>Cenário III</u> 50%
<b><u>Exposição a juros flutuantes</u></b>				
Efeito nos juros dos equivalentes de caixa e das aplicações financeiras	Elevação CDI	8,5	21,0	42,1
Efeito no resultado das pontas ativas em CDI dos instrumentos de proteção cambial	Elevação CDI	-	-	-
Efeito nos juros da dívida em CDI	Elevação CDI	(13,4)	(33,5)	(67,0)
Efeito no resultado das pontas passivas em CDI dos instrumentos de proteção a dívidas	Elevação CDI	(6,5)	(15,9)	(31,6)
Despesa incremental		<u>(11,4)</u>	<u>(28,4)</u>	<u>(56,5)</u>
Efeito nos juros da dívida em TJLP	Elevação TJLP	(2,1)	(5,1)	(10,3)
Despesa incremental		<u>(2,1)</u>	<u>(5,1)</u>	<u>(10,3)</u>
Efeito no resultado das pontas ativas em LIBOR dos instrumentos de proteção cambial	Elevação LIBOR	0,6	1,5	3,0
Efeito nos juros da dívida em LIBOR	Elevação LIBOR	(0,7)	(1,8)	(3,5)
Despesa incremental		<u>(0,1)</u>	<u>(0,3)</u>	<u>(0,5)</u>
Efeito nos juros da dívida em TIIIE	Elevação TIIIE	(0,01)	(0,02)	(0,04)
Despesa incremental		<u>(0,01)</u>	<u>(0,02)</u>	<u>(0,04)</u>
Efeito nos juros da dívida em SELIC	Elevação SELIC	(0,2)	(0,4)	(0,8)
Despesa incremental		<u>(0,2)</u>	<u>(0,4)</u>	<u>(0,8)</u>

## Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

### **Risco de crédito**

Os instrumentos financeiros que sujeitam a Sociedade e suas controladas a riscos de crédito da contraparte são representados, basicamente, pelas disponibilidades (caixa e bancos), aplicações financeiras, instrumentos de proteção (vide nota explicativa nº 4) e contas a receber (vide nota explicativa nº 5).

**Risco de crédito de instituições financeiras** - Tal risco decorre da incapacidade de instituições financeiras cumprirem suas obrigações financeiras com a Sociedade ou suas controladas por insolvência. A Sociedade e suas controladas executam regularmente análise de crédito das instituições nas quais mantêm disponibilidades, aplicações financeiras e instrumentos de proteção através de diversas metodologias que avaliam liquidez, solvência, alavancagem, qualidade da carteira, etc. As disponibilidades, aplicações financeiras e instrumentos de proteção são mantidos somente em instituições com histórico de sólida posição de crédito, privilegiando segurança e solidez. O volume de disponibilidades, aplicações financeiras e instrumentos de proteção são objeto de limites máximos por instituição, requerendo, portanto, diversificação de contraparte.

**Risco de crédito de governos** - A Política da Sociedade permite aplicação em títulos públicos federais de países classificados como grau de investimento AAA ou Aaa por agências de risco especializadas e em títulos do governo brasileiro. O volume de aplicações financeiras é objeto de limites máximos por país, requerendo, portanto, diversificação de contraparte.

O risco de crédito de saldo de caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras está sumarizado abaixo:

Rating de crédito da contraparte	Valor justo	
	31/03/2018	31/12/2017
AAA	62.884	29.003
AA	5.808.717	6.076.520
A	310.036	192.638
BBB	57.625	71.767
<b>Total</b>	<b>6.239.262</b>	<b>6.369.928</b>

## Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

**Risco de crédito de clientes** - Tais riscos são administrados por cada unidade de negócio através de critérios específicos de aceitação de clientes e análise de crédito, além de serem mitigados pela diversificação de vendas. Nenhum cliente individual ou grupo representa mais de 10% da receita total.

A Sociedade manteve as seguintes provisões para perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa de suas contas a receber:

	<b>31/03/2018</b>	<b>31/12/2017</b> <b>Reapresentado</b>
Ipiranga	383.447	350.594
Ultragaz	77.337	83.627
Oxitenó	12.199	10.755
Extrafarma	5.614	5.623
Ultracargo	2.155	2.179
	<hr/>	<hr/>
Total	<u>480.752</u>	<u>452.778</u>

### **Risco de liquidez**

As principais fontes de liquidez da Sociedade e suas controladas derivam (i) do saldo de caixa e aplicações financeiras, (ii) do fluxo de caixa gerado por suas operações e (iii) de empréstimos. A Sociedade e suas controladas acreditam que essas fontes são adequadas para atender aos seus atuais usos de fundos, o que inclui, mas não se limita a, capital de giro, capital de investimento, amortização de dívidas e pagamento de dividendos.

A Sociedade e suas controladas examinam, de tempos em tempos, oportunidades de aquisições e investimentos. Consideram diferentes tipos de investimentos, tanto diretamente quanto através de “*joint ventures*”, ou empresas coligadas, e financiam esses investimentos com o caixa gerado pelas suas operações, com captação de dívida, com aporte de capital, ou pela combinação desses métodos.

A Sociedade e suas controladas acreditam possuir capital de giro e fontes de financiamentos suficientes para atender às suas necessidades atuais. O endividamento bruto a vencer nos próximos 12 meses, incluindo juros estimados sobre financiamento totaliza R\$ 3.236,5 milhões (para informações quantitativas, vide nota explicativa nº 15). Adicionalmente, o plano de investimentos para 2018 totaliza R\$ 2.676 milhões, tendo sido realizados até o primeiro trimestre R\$ 603,5 milhões. Em 31 de março de 2018, a Sociedade e suas controladas possuíam R\$ 6.149,6 milhões em caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras de curto prazo (para informações quantitativas, vide nota explicativa nº 4).

## Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

A tabela abaixo apresenta um resumo dos passivos financeiros em 31 de março de 2018 da Sociedade e suas controladas, por faixas de vencimento. Os valores divulgados nesta tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados, portanto esses valores podem ser diferentes dos saldos em 31 de março de 2018 no balanço patrimonial.

Passivos financeiros	Total	Menos de 1 ano	Entre 1 e 3 anos	em milhões de Reais	
				Entre 3 e 5 anos	Mais de 5 anos
Financiamentos e juros estimados sobre financiamentos <sup>(1) (2)</sup>	18.758,1	3.236,5	4.780,7	6.686,4	4.054,5
Instrumentos de proteção <sup>(3)</sup>	326,0	138,5	79,5	85,2	22,8
Fornecedores	1.859,8	1.859,8	-	-	-

<sup>(1)</sup> Para calcular os juros estimados sobre financiamentos utiliza-se algumas premissas macroeconômicas, incluindo, na média para o período: (i) CDI de 6,28% em 2018, 7,34% de 2019 a 2021, 8,73% de 2022 a 2023, 9,84% de 2024 a 2033 (ii) taxa de câmbio do Real frente ao dólar de R\$ 3,31 em 2018, R\$ 3,61 em 2019, R\$ 3,92 em 2020, R\$ 4,24 em 2021, R\$ 4,59 em 2022, R\$ 4,96 em 2023, R\$ 5,34 em 2024, R\$ 5,75 em 2025, R\$ 6,14 em 2026 e R\$ 6,56 em 2027 (iii) TJLP de 6,75% e (iv) IGP-M de 4,30% em 2018, 4,32% em 2019 e 4,0% de 2020 a 2033 (v) IPCA de 3,54% (fonte: B3, Boletim Focus e instituições financeiras).

<sup>(2)</sup> Inclui pagamentos de juros estimados sobre a dívida de curto e longo prazo até os respectivos pagamentos.

<sup>(3)</sup> Os instrumentos de proteção foram estimados com base nos contratos futuros de dólar norte-americano e nas curvas futuras dos contratos DI x Pré e Pré x IPCA, cotados na B3 em 29 de março de 2018, e na curva futura de LIBOR (ICE – *IntercontinentalExchange*) em 29 de março de 2018. Na tabela acima foram considerados apenas os instrumentos de proteção com resultado negativo projetado no instante da liquidação.

### Gestão de capital

A Sociedade administra sua estrutura de capital com base em indicadores e *benchmarks*. Os indicadores-chave relacionados ao objetivo de gestão da estrutura de capital são o custo médio ponderado do capital, endividamento líquido / LAJIDA, índice de cobertura de juros e relação dívida / patrimônio líquido. O endividamento líquido é formado pelo caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras (vide nota explicativa nº 4) e empréstimos e financiamentos, incluindo debêntures (vide nota explicativa nº 15). A Sociedade pode alterar sua estrutura de capital conforme as condições econômico-financeiras, visando otimizar sua alavancagem financeira e sua gestão de dívida. A Sociedade procura também melhorar o seu retorno sobre capital empregado através da implementação de uma gestão eficiente de capital de giro e de um programa seletivo de investimentos.

## Notas Explicativas

*(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)*

### **Seleção e utilização de instrumentos financeiros**

Na seleção de aplicações financeiras e instrumentos de proteção são analisados os retornos estimados, riscos envolvidos, liquidez, metodologia de cálculo do valor contábil e do valor justo e documentação aplicável ao instrumento financeiro. Os instrumentos financeiros utilizados para a gestão dos recursos financeiros disponíveis da Sociedade e suas controladas visam preservar valor e liquidez.

A Política prevê a utilização de instrumentos financeiros derivativos somente para a cobertura de riscos identificados e em montantes compatíveis com o risco (limitado a 100% do risco identificado). Os riscos identificados na Política estão descritos nas seções acima nesta nota explicativa e, portanto, são objeto da gestão de risco. De acordo com a Política, a Sociedade e suas controladas podem utilizar contratos a termo, *swaps*, opções e contratos futuros para a gestão de riscos identificados. Instrumentos alavancados em derivativos não são permitidos. Como a utilização de instrumentos financeiros derivativos é limitada à cobertura de riscos identificados, a Sociedade e suas controladas utilizam a terminologia “instrumentos de proteção” quando se referem a instrumentos financeiros derivativos.

Conforme mencionado na seção “Gestão de riscos e instrumentos financeiros – Governança” desta nota explicativa, o Comitê monitora mensalmente a aderência aos parâmetros de risco estabelecidos pela Política, através de um mapa de acompanhamento de riscos, incluindo a utilização de instrumentos de proteção. Em adição, a auditoria interna audita o cumprimento dos parâmetros da Política.

## Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

A tabela abaixo sumariza a posição dos instrumentos de proteção contratados pela Sociedade e suas controladas:

	<b>Vencimento</b>	<b>Valor de referência (nocional)<sup>1</sup></b>		<b>Valor justo</b>		<b>Valor a receber</b>	<b>Valor a pagar</b>
		<b>31/03/2018</b>	<b>31/12/2017</b>	<b>31/03/2018</b>	<b>31/12/2017</b>	<b>31/03/2018</b>	<b>31/03/2018</b>
				R\$ milhões	R\$ milhões	R\$ milhões	R\$ milhões
<b><u>Instrumentos de proteção</u></b>							
<b><u>Designados como hedge accounting</u></b>							
<b>a – Swaps cambiais ativos em dólares norte-americanos</b>							
Ativos em dólares norte-americanos (LIBOR)	abr/2018 a jun/2022	US\$ 240,0	US\$ 240,0	796,2	788,6	796,2	-
Ativos em dólares norte-americanos (Pré)		US\$ 104,2	US\$ 203,6	342,8	665,6	342,8	-
Passivo em taxa de juros CDI		US\$ (344,2)	US\$ (443,6)	(1.234,9)	(1.568,6)	-	1.234,9
Resultado acumulado		-	-	(95,9)	(114,4)	1.139,0	1.234,9
<b>b – Swaps de juros em Reais</b>							
Ativo em taxa de juros pré-fixada + IPCA	abr/2024 a out/2024	R\$ 566,1	R\$ 566,1	599,0	583,3	599,0	-
Passivo em taxa de juros CDI		R\$ (566,1)	R\$ (566,1)	(595,3)	(586,6)	-	595,3
Resultado acumulado		-	-	3,7	(3,3)	599,0	595,3
<b><u>Não designados como hedge accounting</u></b>							
<b>c – Swaps cambiais ativos em dólares norte-americanos</b>							
Ativos em dólares norte-americanos (LIBOR)	jun/2020 a out/2026	US\$ 60,0	US\$ 60,0	197,0	195,7	197,0	-
Ativos em dólares norte-americanos (Pré)		US\$ 753,0	US\$ 753,0	228,8	157,5	228,8	-
Passivo em taxa de juros CDI		US\$ (813,0)	US\$ (813,0)	(355,1)	(308,8)	-	355,1
Resultado acumulado		-	-	70,7	44,4	425,8	355,1
<b>d – Swaps cambiais passivos em dólares norte-americanos + CUPOM</b>							
Ativo em taxa de juros CDI	abr/2018 a jun/2018	US\$ 8,2	US\$ 9,1	26,8	29,9	26,8	-
Passivo em dólares norte-americanos (Pré)		US\$ (8,2)	US\$ (9,1)	(27,0)	(29,8)	-	27,0
Resultado acumulado		-	-	(0,2)	0,1	26,8	27,0
<b>Resultado acumulado total bruto</b>				(21,7)	(73,2)	2.190,6	2.212,3
Imposto de renda				(7,6)	(4,7)	(7,6)	-
<b>Resultado acumulado total líquido</b>				(29,3)	(77,9)	2.183,0	2.212,3
<b>Resultado acumulado positivo (vide nota explicativa nº 4)</b>				149,5	85,8		
<b>Resultado acumulado negativo (vide nota explicativa nº 15)</b>				(178,8)	(163,7)		

<sup>1</sup> Em milhões. Moeda conforme indicado.

Todas as operações acima foram devidamente registradas na CETIP S.A.

## Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

Estão descritos abaixo os instrumentos de proteção existentes em 31 de março de 2018, de acordo com sua categoria, risco e estratégia de atuação:

a - Proteção à exposição cambial de passivos em moeda estrangeira - O objetivo destes contratos é (i) compensar o efeito da variação cambial de dívidas (ii) compromissos firmes em dólares norte-americanos, transformando-os em dívidas ou compromissos firmes em Reais indexados ao CDI (iii) transformar uma aplicação financeira indexada ao CDI dada em garantia de empréstimo em dólar, em aplicação financeira indexada ao dólar. Em 31 de março de 2018, a Sociedade e suas controladas possuíam contratos de *swap* em aberto que totalizavam US\$ 1.157,2 milhões de principal com posição passiva, na média a 82,9% do CDI, sendo US\$ 124,2 milhões, com posição ativa a US\$ + 2,11% a.a., US\$ 300,0 milhões com posição ativa a US\$ + LIBOR + 1,29% a.a. e US\$ 733,0 milhões em *swap* de juros com posição ativa a US\$ + 5,65% a.a. Deste total, US\$ 320,0 milhões referem-se aos instrumentos de *hedge* de valor justo de dívida da Ipiranga (vide notas explicativas nº 15.c e “Contabilidade de *hedge*” abaixo) e US\$ 24,2 milhões referem-se aos instrumentos de *hedge* de fluxo de caixa de compromissos firmes (vide “Contabilidade de *hedge*” abaixo).

b - Proteção à exposição cambial operacional - O objetivo destes contratos é igualar, no prazo do ciclo operacional, a taxa de câmbio do faturamento das controladas Oleoquímica, Oxiteno S.A. e Oxiteno Nordeste à taxa de câmbio do custo de suas principais matérias-primas. Em 31 de março de 2018, estes contratos de *swap* totalizavam US\$ 8,2 milhões e tinham na média uma posição ativa a 54,3% do CDI e passiva a US\$ + 0,0% a.a.

c - Proteção à taxa de juros fixa + IPCA em empréstimo nacional – O objetivo deste contrato é transformar a taxa de juros de debênture emitida em Reais de fixa + IPCA para flutuante. Em 31 de março de 2018 este contrato de *swap* totalizava R\$ 566,1 milhões de valor *nocional*, correspondente ao valor de principal da dívida objeto e tinha uma posição ativa em 4,55% a.a. + IPCA e passiva a 95,2% do CDI.

### **Contabilidade de proteção (*hedge accounting*)**

A Sociedade e suas controladas utilizam instrumentos financeiros derivativos e não derivativos como parte de sua estratégia de contabilidade de proteção e verificam, ao longo de toda a duração do *hedge*, a sua eficácia, bem como suas alterações de valor justo.

#### Hedge de valor justo

A Sociedade e suas controladas designam como *hedge* de valor justo instrumentos financeiros derivativos utilizados para compensar variações decorrentes de mudanças de taxas de juros e câmbio, no valor de mercado de dívidas contratadas em Reais e dólares norte-americanos.

Em 31 de março de 2018, os instrumentos de proteção de taxa de câmbio designados como *hedge* de valor justo totalizavam US\$ 320,0 milhões de valor *nocional*, sendo reconhecida no resultado em 2018, uma despesa de R\$ 1,7 milhão referente ao resultado dos instrumentos de proteção, uma despesa de R\$ 1,0 milhão referente ao ajuste de valor justo da dívida e uma despesa de R\$ 12,7 milhões referente a resultado financeiro da dívida, transformando o custo médio efetivo da operação em 102,7% do CDI (vide nota explicativa nº 15.c.1).

## Notas Explicativas

*(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)*

Em 31 de março de 2018, os instrumentos de proteção de taxa de juros designados como *hedge* de valor justo totalizavam R\$ 566,1 milhões de valor *nocional*, sendo reconhecida no resultado em 2018 uma receita de R\$ 7,0 milhões referente ao resultado dos instrumentos de proteção, uma despesa de R\$ 12,8 milhões referente ao ajuste de valor justo da dívida e uma despesa de R\$ 12,6 milhões referente ao resultado financeiro da dívida, transformando o custo médio efetivo da operação em 95,2% do CDI.

### Hedge de fluxo de caixa

A Sociedade e suas controladas designam, como *hedge* de fluxo de caixa de compromisso firme e transações altamente prováveis, instrumentos financeiros derivativos para proteção dos “compromissos firmes” e instrumentos financeiros não derivativos para proteção das “transações futuras altamente prováveis”, para proteção contra variações decorrentes de mudanças da taxa de câmbio.

Em 31 de março de 2018, os instrumentos de proteção de taxa de câmbio de compromissos firmes designados como *hedge* de fluxo de caixa totalizavam US\$ 24,2 milhões, sendo reconhecida no resultado em 2018 uma despesa de R\$ 10,5 milhões, restando um ganho não realizado em “Outros resultados abrangentes” de R\$ 0,8 milhões em 31 de março de 2018 (ganho de R\$ 5,3 milhões em 31 de dezembro de 2017), líquida de IRPJ e CSLL diferidos.

Em 31 de março de 2018, os instrumentos de proteção de taxa de câmbio de transações futuras altamente prováveis designados como *hedge* de fluxo de caixa, referente às notas no mercado externo, totalizavam US\$ 570,0 milhões, sendo reconhecida uma perda não realizada em “Outros resultados abrangentes” de R\$ 36,4 milhões em 31 de março de 2018 (perda de R\$ 30,5 milhões em 31 de dezembro de 2017), líquida de IRPJ e CSLL diferidos.

### Hedge de investimentos líquidos em entidades no exterior

A Sociedade e suas controladas designam, como *hedge* de investimentos líquidos em entidades no exterior, as notas no mercado externo, utilizados para proteção dos investimentos realizados nas entidades no exterior, para compensar variações decorrentes de mudanças da taxa de câmbio.

Em 31 de março de 2018, o saldo das notas no mercado externo designadas como *hedge* de investimentos líquidos em entidades no exterior, referentes a parte dos investimentos realizados em entidades que possuem moeda funcional diferente do Real, totalizavam US\$ 103,0 milhões, sendo reconhecido uma perda em “Outros resultados abrangentes” de R\$ 7,3 milhões em 31 de março de 2018 (perda de R\$ 6,2 milhões em 31 de dezembro de 2017), líquida de IRPJ e CSLL diferidos. Os efeitos da variação cambial dos investimentos e das notas no mercado externo se compensaram no patrimônio líquido.

## Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

### Ganhos (perdas) de instrumentos de proteção

As tabelas abaixo resumizam os valores dos ganhos (perdas) que afetaram o patrimônio líquido e a demonstração de resultado da Sociedade e suas controladas:

	<b>R\$ milhões</b>	
	<b>31/03/2018</b>	
	<b>Resultado</b>	<b>Patrimônio líquido</b>
a - <i>Swaps</i> cambiais ativos em dólares norte-americanos (i) e (ii)	26,8	0,8
b - <i>Swaps</i> cambiais passivos em dólares norte-americanos (ii)	0,1	-
c - <i>Swaps</i> de juros em Reais (iii)	(5,9)	-
d - Instrumento financeiro não derivativo (iv)	21,5	(43,7)
<b>Total</b>	<b>42,5</b>	<b>(42,9)</b>

	<b>R\$ milhões</b>	
	<b>31/03/2017</b>	<b>31/12/2017</b>
	<b>Resultado</b>	<b>Patrimônio líquido</b>
a - <i>Swaps</i> cambiais ativos em dólares norte-americanos (i) e (ii)	(19,7)	5,3
b - <i>Swaps</i> cambiais passivos em dólares norte-americanos (ii)	3,4	-
c - <i>Swaps</i> de juros em Reais (iii)	-	-
d - Instrumento financeiro não derivativo (iv)	(3,5)	(36,7)
<b>Total</b>	<b>(19,8)</b>	<b>(31,4)</b>

(i) não considera o efeito da variação cambial nos *swaps* cambiais ativos em dólares norte-americanos, quando tal efeito é compensado no resultado do objeto protegido (dívida/compromissos firmes);

(ii) considera o efeito da designação dos *hedges* cambiais;

(iii) considera o efeito da designação dos *hedges* de juros em Reais; e

(iv) considera o resultado das notas no mercado externo.

**Notas Explicativas***(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)***Valor justo dos instrumentos financeiros**

Os valores justos e os saldos contábeis dos instrumentos financeiros, incluindo os instrumentos de proteção cambial e de juros, estão demonstrados a seguir:

Categoria	Nota explicativa	31/03/2018		31/12/2017 Reapresentado		
		Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo	
<b>Ativos financeiros:</b>						
Caixa e equivalentes de caixa						
Caixa e bancos						
	Custo amortizado	4	220.958	220.958	147.926	147.926
	Mens. ao valor justo por outros resultados abrangentes	4	4.386.481	4.386.481	4.821.605	4.821.605
Títulos de renda fixa em moeda nacional						
	Mens. ao valor justo por meio do resultado	4	60.190	60.190	32.473	32.473
Títulos de renda fixa em moeda estrangeira						
<b>Aplicações financeiras</b>						
Títulos e fundos de renda fixa em moeda nacional						
	Mens. ao valor justo por meio do resultado	4	1.125.022	1.125.022	1.076.849	1.076.849
Títulos e fundos de renda fixa em moeda nacional						
	Mens. ao valor justo outros resultados abrangentes	4	2.831	2.831	2.720	2.720
Títulos e fundos de renda fixa em moeda nacional						
	Mensurado pelo custo amortizado	4	74.321	74.321	73.471	73.471
	Mens. ao valor justo por outros resultados abrangentes	4	219.991	219.991	129.131	129.131
Títulos e fundos de renda fixa em moeda estrangeira						
Instrumentos de proteção cambial e de juros						
	Mens. ao valor justo por meio do resultado	4	149.468	149.468	85.753	85.753
<b>Total</b>			<b>6.239.262</b>	<b>6.239.262</b>	<b>6.369.928</b>	<b>6.369.928</b>
<b>Passivos financeiros:</b>						
Financiamentos						
	Mens. ao valor justo por meio do resultado	15	1.055.193	1.055.193	1.047.809	1.047.809
Financiamentos						
	Mens. pelo custo amortizado	15	6.901.552	6.849.590	6.740.872	6.761.907
Debêntures						
	Mens. pelo custo amortizado	15	6.016.628	6.017.641	5.035.247	5.037.072
Debêntures						
	Mens. ao valor justo por meio do resultado	15	580.213	580.213	554.402	554.402
Arrendamento mercantil financeiro						
	Mens. pelo custo amortizado	15	47.893	47.893	48.515	48.515
Instrumentos de proteção cambial e de juros						
	Mens. ao valor justo por meio do resultado	15	178.832	178.832	163.749	163.749
Bônus de subscrição - indenização						
	Mens. ao valor justo por meio do resultado	24	169.865	169.865	171.459	171.459
<b>Total</b>			<b>14.950.176</b>	<b>14.899.227</b>	<b>13.762.053</b>	<b>13.784.913</b>

## Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

O valor justo dos instrumentos financeiros, incluindo os instrumentos de proteção cambial e juros, foi determinado conforme descrito a seguir:

- Os saldos em caixa e bancos têm seus valores justos idênticos aos saldos contábeis.
- As aplicações financeiras em fundos de investimentos estão valorizadas pelo valor da cota do fundo na data das informações trimestrais, que corresponde ao seu valor justo.
- As aplicações financeiras em CDBs (Certificado de Depósito Bancário) e instrumentos similares possuem liquidez diária com recompra na “curva do papel” e a Sociedade calcula seu valor justo por meio de metodologias comumente utilizadas para marcação a mercado.
- Os saldos contábeis de contas a receber e fornecedores são próximos aos seus valores justos.
- Os saldos de bônus de subscrição - indenização foram mensurados utilizando-se o preço das ações da Ultrapar (UGPA3) na data-base das informações trimestrais, ajustado pelo *dividend yield*, uma vez que seu período é possível somente a partir de 2020, não tendo até então direito a dividendos. A quantidade de ações dos bônus de subscrição - indenização também é ajustada conforme a variação dos montantes de provisões e passivos contingentes para riscos tributários, cíveis e trabalhistas relativos ao período anterior a 31 de janeiro de 2014 (vide nota explicativa nº 24).
- Para cálculo do valor justo das notas no mercado externo da Ultrapar International foi utilizado o preço observado desses títulos em mercado ativo (vide nota explicativa nº 15.b).

O valor justo de outras aplicações financeiras, instrumentos de proteção e financiamentos foi apurado através de metodologias de cálculo comumente utilizadas para marcação a mercado, que consistem em calcular os fluxos de caixa futuros associados a cada instrumento contratado, trazendo-os a valor presente pelas taxas de mercado em 29 de março de 2018 e 31 de dezembro de 2017. Para alguns casos, onde não há mercado ativo para o instrumento financeiro, a Sociedade e suas controladas podem utilizar-se de cotações fornecidas pelas contrapartes das operações.

A interpretação dos dados de mercado quanto à escolha de metodologias de cálculo do valor justo exige considerável julgamento e estabelecimento de estimativas para se chegar a um valor considerado adequado para cada situação. Consequentemente, as estimativas apresentadas podem não indicar, necessariamente, os montantes que poderão ser obtidos no mercado corrente.

Os instrumentos financeiros foram classificados como ativos ou passivos financeiros mensurados ao custo amortizado, com exceção de (i) todos os instrumentos de proteção cambial e de juros, que estão mensurados ao valor justo por meio do resultado, (ii) aplicações financeiras classificadas como mensuradas a valor justo por meio do resultado, (iii) aplicações financeiras classificadas como mensuradas ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (vide nota explicativa nº 4), (iv) financiamentos mensurados ao valor justo por meio do resultado (vide nota explicativa nº 15); (v) garantias de clientes que possuem *vendor* (vide nota explicativa nº 15.k), que estão mensuradas ao valor justo por meio do resultado e (vi) bônus de subscrição - indenização, que estão mensuradas ao valor justo por meio do resultado (vide nota explicativa nº 24). Caixa, bancos e contas a receber de clientes estão classificados como ativos financeiros mensurados ao custo amortizado. Fornecedores e demais contas a pagar estão classificados como passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado.

**Notas Explicativas**

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

**Hierarquia de valor justo dos instrumentos financeiros**

Os instrumentos financeiros são classificados de acordo com as seguintes categorias:

- (a) Nível 1 - preços negociados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos idênticos ou passivos;  
 (b) Nível 2 - *inputs* diferentes dos preços negociados em mercados ativos incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços); e  
 (c) Nível 3 - *inputs* para o ativo ou passivo que não são baseados em variáveis observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

A tabela abaixo demonstra em resumo os ativos financeiros e passivos financeiros mensurados a valor justo da

	<b>Categoria</b>	<b>Nota explicativa</b>	<b>31/03/2018</b>	<b>Nível 1</b>	<b>Nível 2</b>	<b>Nível 3</b>
<b>Ativos financeiros:</b>						
<b>Caixa e equivalentes de caixa</b>						
Caixa e bancos	Custo amortizado	4	220.958	220.958	-	-
Títulos de renda fixa em moeda nacional	Mens. ao valor justo por outros resultados abrangentes	4	4.386.481	-	4.386.481	-
Títulos de renda fixa em moeda estrangeira	Mens. ao valor justo por meio do resultado	4	60.190	60.190	-	-
<b>Aplicações financeiras</b>						
Títulos e fundos de renda fixa em moeda nacional	Mens. ao valor justo por meio do resultado	4	1.125.022	1.125.022	-	-
Títulos e fundos de renda fixa em moeda nacional	Mens. ao valor justo por outros resultados abrangentes	4	2.831	-	2.831	-
Títulos e fundos de renda fixa em moeda nacional	Mensurado pelo custo amortizado	4	74.321	-	74.321	-
Títulos e fundos de renda fixa em moeda estrangeira	Mens. ao valor justo por outros resultados abrangentes	4	219.991	37.692	182.299	-
Instrumentos de proteção cambial e de juros	Mens. ao valor justo por meio do resultado	4	149.468	-	149.468	-
<b>Total</b>			<b>6.239.262</b>	<b>1.443.862</b>	<b>4.795.400</b>	<b>-</b>
<b>Passivos financeiros:</b>						
Financiamentos	Mens. ao valor justo por meio do resultado	15	1.055.193	-	1.055.193	-
Financiamentos	Mens. pelo custo amortizado	15	6.849.590	2.464.462	4.385.128	-
Debêntures	Mens. pelo custo amortizado	15	6.017.641	-	6.017.641	-
Debêntures	Mens. ao valor justo por meio do resultado	15	580.213	-	580.213	-
Arrendamento mercantil	Mens. pelo custo amortizado	15	47.893	-	47.893	-
Instrumentos de proteção cambial e de juros	Mens. ao valor justo por meio do resultado	15	178.832	-	178.832	-
Bônus de subscrição – indenização <sup>(1)</sup>	Mens. ao valor justo por meio do resultado	24	169.865	-	169.865	-
<b>Total</b>			<b>14.899.227</b>	<b>2.464.462</b>	<b>12.434.765</b>	<b>-</b>

**Notas Explicativas***(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)*

	<b>Categoria</b>	<b>Nota explicativa</b>	<b>31/12/2017</b>	<b>Nível 1</b>	<b>Nível 2</b>	<b>Nível 3</b>
<b>Ativos financeiros:</b>						
<b>Caixa e equivalentes de caixa</b>						
Caixa e bancos	Custo amortizado	4	147.926	147.926	-	-
Títulos de renda fixa em moeda nacional	Mens. ao valor justo por meio do resultado	4	4.821.605		4.821.605	-
Títulos de renda fixa em moeda estrangeira	Mens. ao valor justo por meio do resultado	4	32.473	32.473	-	-
<b>Aplicações financeiras</b>						
Títulos e fundos de renda fixa em moeda nacional	Mens. ao valor justo por meio do resultado	4	1.076.849	1.076.849	-	-
Títulos e fundos de renda fixa em moeda nacional	Mens. ao valor justo por outros resultados abrangentes	4	2.720	-	2.720	-
Títulos e fundos de renda fixa em moeda nacional	Mensurado pelo custo amortizado	4	73.471	-	73.471	-
Títulos e fundos de renda fixa em moeda estrangeira	Mens. ao valor justo por outros resultados abrangentes	4	129.131	40.556	88.575	-
Instrumentos de proteção cambial e de juros	Mens. ao valor justo por meio do resultado	4	85.753	-	85.753	-
<b>Total</b>			<b>6.369.928</b>	<b>1.297.804</b>	<b>5.072.124</b>	<b>-</b>
<b>Passivos financeiros:</b>						
Financiamentos	Mens. ao valor justo por meio do resultado	15	1.047.809	-	1.047.809	-
Financiamentos	Mens. pelo custo amortizado	15	6.761.907	2.523.643	4.238.264	-
Debêntures	Mens. pelo custo amortizado	15	5.037.072	-	5.037.072	-
Debêntures	Mens. ao valor justo por meio do resultado	15	554.402	-	554.402	-
Arrendamento mercantil	Mens. pelo custo amortizado	15	48.515	-	48.515	-
Instrumentos de proteção cambial e de juros	Mens. ao valor justo por meio do resultado	15	163.749	-	163.749	-
Bônus de subscrição – indenização <sup>(1)</sup>	Mens. ao valor justo por meio do resultado	24	171.459	-	171.459	-
<b>Total</b>			<b>13.784.913</b>	<b>2.523.643</b>	<b>11.261.270</b>	<b>-</b>

<sup>(1)</sup> Refere-se aos bônus de subscrição emitidos na aquisição da Extrafarma.

As contas a receber de clientes e os fornecedores são classificados como nível 2.

## Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

### Análise de sensibilidade

A Sociedade e suas controladas utilizam-se de instrumentos financeiros derivativos somente para a proteção de riscos identificados e em montantes compatíveis com o risco (limitado a 100% do risco identificado). Desta forma, para fins de análise de sensibilidade, conforme exigida pela Instrução CVM nº 475/08, para riscos de mercado originados por instrumentos financeiros, a Sociedade analisa conjuntamente o instrumento de proteção e o objeto de proteção, conforme demonstrado nos quadros abaixo.

Para a análise de sensibilidade dos instrumentos de proteção cambial, a administração adotou como cenário provável as taxas de câmbio Real/dólar norte-americano para o vencimento de cada derivativo, utilizando os contratos futuros de dólar norte-americano, cotados na B3 em 29 de março de 2018. Como referência, a taxa de câmbio para o último vencimento de instrumentos de proteção cambial é de R\$ 5,15 no cenário provável. Os cenários II e III foram estimados com uma apreciação ou depreciação adicional de 25% e 50% do Real em relação ao cenário provável, respeitando o risco ao qual o objeto protegido está exposto.

Com base nos saldos dos instrumentos de proteção e dos objetos protegidos em 29 de março de 2018, foram substituídas as taxas de câmbio e calculadas as variações entre o novo saldo em Reais e o saldo em Reais em 29 de março de 2018 em cada um dos três cenários. A tabela abaixo demonstra a variação dos valores dos principais instrumentos derivativos e seus objetos de proteção, considerando-se as variações da taxa de câmbio nos diferentes cenários:

	<u>Risco</u>	<u>Cenário I (Provável)</u>	<u>Cenário II</u>	<u>Cenário III</u>
<b>Swaps cambiais ativos em dólares norte-americanos</b>				
(1) Swaps dólar norte-americano/Real		138.077	543.245	948.413
(2) Dívidas/compromissos firmes em dólar norte-americano	Apreciação do dólar	(138.065)	(543.213)	(948.360)
(1)+(2)	Efeito líquido	<u>12</u>	<u>32</u>	<u>53</u>
<b>Swaps cambiais passivos em dólares norte-americanos</b>				
(3) Swaps Real/dólar norte-americano	Depreciação do dólar	103	6.882	13.662
(4) Margem bruta da Oxiten		(103)	(6.882)	(13.662)
(3)+(4)	Efeito líquido	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>

Para a análise de sensibilidade dos instrumentos de proteção à taxa de juros em Reais, a Sociedade utilizou a curva futura do contrato DI x Pré da B3 em 29 de março de 2018 para os vencimentos de cada swap e de cada dívida (objeto de proteção), para fins de definição do cenário provável. Os cenários II e III foram estimados com uma deterioração de 25% e 50%, respectivamente, da estimativa de taxa pré-fixada do cenário provável.

## Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

Com base nos três cenários de taxas de juros em Reais a Sociedade estimou os valores de suas dívidas e dos instrumentos de proteção conforme o risco que está sendo protegido (variações nas taxas de juros pré-fixadas em Reais), levando-os a valor futuro pelas taxas contratadas e trazendo-os a valor presente pelas taxas de juros dos cenários projetados. O resultado está demonstrado na tabela abaixo:

	<u>Risco</u>	<u>Cenário I</u> <u>(Provável)</u>	<u>Cenário II</u>	<u>Cenário III</u>
<b>Swap de taxa de juros (em Reais) – Debêntures - CRA</b>				
(1) Swap taxa fixa - CDI	Redução da	12.865	86.754	172.793
(2) Dívida a taxa fixa	taxa pré-fixada	(12.865)	(86.754)	(172.793)
<b>(1) + (2)</b>	Efeito líquido	-	-	-

### 34 Compromissos (Consolidado)

#### a. Contratos

i) A controlada Tequimar possui contratos com a CODEBA e com o Complexo Industrial Portuário Governador Eraldo Gueiros, relacionados com suas instalações portuárias em Aratu e Suape, respectivamente. Esses contratos estabelecem uma movimentação mínima de carga, conforme tabela abaixo:

<b>Porto</b>	<b>Movimentação mínima em toneladas por ano</b>	<b>Vencimento</b>
Aratu	397.000	2031
Aratu	900.000	2022
Suape	250.000	2027
Suape	400.000	2029

Se a movimentação anual for menor que o mínimo exigido, a controlada deverá pagar a diferença entre a movimentação real e a mínima estabelecida nos contratos, com base nas tarifas portuárias em vigor na data definida para pagamento. Em 31 de março de 2018, essas tarifas eram de R\$ 6,99 e R\$ 2,54 por tonelada para Aratu e Suape, respectivamente. A controlada tem cumprido os limites mínimos de movimentação de carga desde o início dos contratos.

ii) A controlada Oxiteno Nordeste possui contrato de fornecimento com a Braskem S.A., que estabelece consumo anual mínimo de eteno e regula condições de fornecimento de eteno até 2021. A cláusula de compromisso mínimo de compra prevê em 2018 um consumo anual mínimo de 205 mil toneladas. No caso de descumprimento do compromisso mínimo de compra, a controlada obriga-se a pagar multa baseada no preço corrente do eteno, na extensão da quantidade não cumprida. Conforme condições e tolerâncias contratuais, não existem pendências materiais no que se refere aos limites mínimos de compra do contrato.

## Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

iii) A controlada Oxiteno S.A. possui contrato de fornecimento de eteno com a Braskem S.A., com vencimento em 2023, que prevê e regula as condições do fornecimento de eteno à Oxiteno tendo como base o mercado internacional deste produto. A quantidade mínima de compra é de 22.050 toneladas de eteno semestrais. Em caso de descumprimento do compromisso mínimo de compra, a controlada obriga-se a pagar multa baseada no preço corrente do eteno, na extensão da quantidade não cumprida. Conforme condições e tolerâncias contratuais, não existem pendências materiais no que se refere aos limites mínimos de compra do contrato.

### b. Cobertura de seguros em controladas

A Sociedade contrata apólices de seguro, visando cobrir diversos riscos aos quais está exposta, incluindo lucros cessantes, perdas e danos causados por incêndio, queda de raio, explosão de qualquer natureza, vendaval, queda de aeronave e danos elétricos, entre outros, garantindo as plantas industriais, bases de distribuição e filiais de todas as controladas. Os valores máximos indenizáveis, com base na análise de risco de determinados locais, são assim demonstrados:

	<b>Valor máximo indenizável (*)</b>
Oxiteno	US\$ 1.142
Ipiranga	R\$ 989
Ultracargo	R\$ 740
Ultragaz	R\$ 150
Extrafarma	R\$ 160

(\*) em milhões. Conforme condições das apólices.

O programa de Seguro de Responsabilidade Civil Geral atende à Sociedade e suas controladas, com valor de cobertura global máximo de US\$ 400 milhões, cobrindo os prejuízos que eventualmente possam ser causados a terceiros decorrentes de acidentes relacionados às operações comerciais e industriais e/ou à distribuição e comercialização de produtos e serviços.

São mantidas apólices de responsabilidade civil de diretores e administradores (D&O) para indenizar os membros do conselho de administração, conselho fiscal e diretores executivos da Ultrapar e de suas controladas (“Segurados”) no valor total de US\$ 80 milhões, que cobrem qualquer dos Segurados pelas responsabilidades resultantes de atos danosos, incluindo qualquer ato, omissão ou qualquer reclamação, contra os mesmos apenas em razão de sua função, salvo se o ato, omissão ou a reclamação for consequência de negligência ou dolo.

São contratados, também, seguros nas modalidades de vida e acidentes pessoais, saúde, transportes nacionais e internacionais, entre outros.

As coberturas e limites segurados nas apólices contratadas são baseados em criterioso estudo de riscos e perdas realizado por consultores independentes de seguros, sendo a modalidade de seguro contratada considerada, pela administração, suficiente para cobrir os eventuais sinistros que possam ocorrer, tendo em vista a natureza das atividades realizadas pelas empresas.

## Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

### c. Contratos de arrendamento mercantil operacional

As controladas Cia. Ultragas, Bahiana, Tequimar, Serma e Oxiteno S.A. mantêm contratos de arrendamento mercantil operacional, relacionados ao uso de equipamentos de informática. Esses contratos têm prazos de 36 a 48 meses. As controladas têm a opção de comprar os ativos por um preço equivalente ao valor justo na data da opção e a administração não possui a intenção de exercê-la. As controladas Cia. Ultragas e Bahiana possuem contratos de arrendamento mercantil operacional, relacionados aos veículos utilizados nas suas frotas. Esses contratos têm prazos de 24 a 60 meses e não existe a opção de compra desses veículos. Os desembolsos futuros (contraprestações), assumidos em decorrência desses contratos, totalizam aproximadamente:

	<u>até 1 ano</u>	<u>de 1 a 5 anos</u>	<u>acima de 5 anos</u>	<u>Total</u>
<b>31/03/2018</b>	27.696	41.082	-	68.778

As controladas IPP, Extrafarma e Cia. Ultragas mantêm contratos de arrendamento mercantil operacional, relacionados aos imóveis dos postos de serviços, farmácias e pontos de venda, respectivamente. Os desembolsos e recebimentos futuros (contraprestações), decorrentes desses contratos, totalizam aproximadamente:

		<u>até 1 ano</u>	<u>de 1 a 5 anos</u>	<u>acima de 5 anos</u>	<u>Total</u>
<b>31/03/2018</b>	a pagar	170.156	540.053	453.708	1.163.917
	a receber	(60.312)	(178.027)	(142.607)	(380.946)

O total de arrendamento mercantil operacional, reconhecido como despesa (líquido da receita) no período de três meses findo em 31 de março de 2018, foi R\$ 39.464 (R\$ 27.201 no período de três meses findo em 31 de março de 2017).

## Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da

Ultrapar Participações S.A.

São Paulo- SP

### Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da Ultrapar Participações S.A. ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais – ITR referente ao trimestre findo em 31 de março de 2018, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração da Companhia é responsável pela elaboração dessas informações contábeis intermediárias de acordo com o CPC 21 (R1) e a IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board – IASB, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

### Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

### Conclusão sobre as informações intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 (R1) e a IAS 34, emitida pelo IASB aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

### Outros Assuntos - Demonstrações do valor adicionado

As informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas, relativas às demonstrações do valor adicionado (DVA) referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2018, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, apresentadas como informação suplementar para fins da IAS 34, foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais - ITR da Companhia. Para a formação de nossa conclusão, avaliamos se essas demonstrações estão reconciliadas com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

São Paulo, 2 de maio de 2018.

KPMG Auditores Independentes

CRC 2SP014428/O-6

Wagner Bottino

Contador CRC 1SP196907/O-7

## **Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras**

### Declaração

Em atendimento ao artigo 25, parágrafo 1º, incisos V e VI, e ao artigo 29, parágrafo 1º, inciso II, da Instrução Normativa CVM nº 480/09, os Diretores da Ultrapar Participações S.A. ("Ultrapar"), abaixo assinados, declaram que:

- (i) reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no relatório sobre a revisão de informações trimestrais da KPMG Auditores Independentes relativo às informações trimestrais da Ultrapar referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2018; e
- (ii) reviram, discutiram e concordam com as informações trimestrais da Ultrapar referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2018.

São Paulo, 02 de maio de 2018.

Frederico Pinheiro Fleury Curado - Diretor Presidente

André Pires de Oliveira Dias - Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

André Covre - Diretor

João Benjamin Parolin - Diretor

Leocadio Almeida Antunes Filho - Diretor

Pedro Jorge Filho - Diretor

Ricardo Isaac Catran - Diretor

## **Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente**

### Declaração

Em atendimento ao artigo 25, parágrafo 1º, incisos V e VI, e ao artigo 29, parágrafo 1º, inciso II, da Instrução Normativa CVM nº 480/09, os Diretores da Ultrapar Participações S.A. ("Ultrapar"), abaixo assinados, declaram que:

- (i) reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no relatório sobre a revisão de informações trimestrais da KPMG Auditores Independentes relativo às informações trimestrais da Ultrapar referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2018; e
- (ii) reviram, discutiram e concordam com as informações trimestrais da Ultrapar referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2018.

São Paulo, 02 de maio de 2018.

Frederico Pinheiro Fleury Curado - Diretor Presidente

André Pires de Oliveira Dias - Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

André Covre - Diretor

João Benjamin Parolin - Diretor

Leocadio Almeida Antunes Filho - Diretor

Pedro Jorge Filho - Diretor

Ricardo Isaac Catran - Diretor